



Detalhe do quadro Juramento da Constituição pela Princesa Isabel.
Óleo de Victor Meirelles de Lima. Museu Imperial de Petrópolis, RJ.

.....

OITO ANOS DE PARLAMENTO

.....
Biblioteca Básica Brasileira

Afonso Celso
da Academia Brasileira

OITO ANOS DE PARLAMENTO

Reminiscências e notas

Historia quoquomodo scripta delectat



BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997 – composto pelo Senador Lúcio Alcântara, presidente, Joaquim Campelo Marques, vice-presidente, e Carlos Henrique Cardim, Carlyle Coutinho Madruga e Raimundo Pontes Cunha Neto como membros – buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

- Lançamentos programados:
- A Querela do Estatismo*, de Antonio Paim
 - Minha Formação*, de Joaquim Nabuco
 - A Política Exterior do Império*, de J. Pandiá Calógeras
 - O Brasil Social*, de Sílvio Romero
 - Os Sertões*, de Euclides da Cunha
 - Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu
 - Instituições Políticas Brasileiras*, de Oliveira Viana
 - A Cultura Brasileira*, de Fernando Azevedo
 - A Organização Nacional*, de Alberto Torres

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 1998
Congresso Nacional
Praça dos Tres Poderes s/nº
CEP 70168-970
Brasília – DF

.....

Afonso Celso, Affonso Celso de Assis Figueiredo, Conde de,
1860-1938
Oito anos de parlamento / Afonso Celso. – Brasília :
Senado Federal, 1998.

163 p. – (Biblioteca básica brasileira)

1. Parlamentarismo, Brasil. 2. Câmaras legislativas, Brasil.
3. Império (1822-1889), Brasil. I. Título. II. Série.

CDDir 341.237

.....

.....

SUMÁRIO

Introdução

"Breve memória de um parlamentar do Império",
por Lúcio Alcântara, senador

Pág 1

I – Época em que fui deputado

Pág 9

II – Como fui eleito

Pág 13

III – Os eleitores

Pág 17

IV – O competidor

Pág 23

V – Primeiras impressões

Pág 27

VI – Os presidentes do Conselho

Pág 31

VII – Os presidentes da Câmara

Pág 61

VIII – Os ministros

Pág 67

IX – Os oradores

Pág 77

X – Outros oradores

Pág. 87

XI – Deputados notáveis

Pág. 91

XII – Traços psicológicos de alguns deputados

Pág. 99

XIII – Fisionomia de uma sessão

Pág. 105

XIV – A Abolição

Pág. 111

XV – Pródromos da República

Pág. 127

XVI – A última sessão da Câmara na Monarquia

Pág. 139

XVII – O parlamentarismo no Brasil

Pág. 145

XVIII – Observações finais

Pág. 153

Índice Onomástico

Pág. 159

.....

Introdução

BREVE MEMÓRIA DE UM PARLAMENTAR DO IMPÉRIO

Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (Ouro Preto, 1860 - Rio de Janeiro, 1938) foi escritor e historiador, advogado e professor de direito, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual presidiu por longos anos, fundador e presidente da Academia Brasileira de Letras. Em breve período de sua vida, exerceu atividade política, representando a província de Minas Gerais por oito anos, na Câmara dos Deputados. Dá-nos conta desse tempo no livro que escreveu, intitulado *Oito Anos de Parlamento – reminiscências e notas, ora reeditado pelo Senado Federal*. Católico fervoroso, teve reconhecida sua militância em favor da Igreja com a concessão pelo Papa do título de Conde que, incorporado ao seu prenome – Conde de Afonso Celso, o identificaria em vida e na posteridade. Escreveu muitas obras e artigos de jornal, particularmente no *Jornal do Brasil*, no qual colaborou durante muitos anos. Exerceu, igualmente, profícua atividade no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Academia Brasileira de Letras. No Magistério, foi professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e, posteriormente, seu diretor, tendo alcançado ainda o cargo de Reitor da Universidade do Rio de Janeiro.

Nos seus livros, abordou episódios da nossa história de forma a fazer mais conhecida a evolução do nosso país, estimulando na população sentimentos cívicos e de

2 Afonso Celso

amor ao Brasil. Escreveu os seguintes livros, que tratam de assuntos diversos: Camões, São Paulo, Liv. Popular, 1880 (edição comemorativa do terceiro centenário de morte de Luís de Camões); Vultos e fatos, Rio de Janeiro, Magalhães e Cia., 1882; Minha Filha, Rio de Janeiro, Domingos Magalhães, 1893 (três edições); O Imperador no Exílio, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1893 (seis edições); Notas e ficções, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1894, 2. ed., Rio de Janeiro, Garnier, s.e.; Guerrilhas, Rio de Janeiro, Tip. Moraes, 1895; Aos Monarquistas, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1895; Contraditos anárquicos, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1896; O assassinato do Coronel Gentil de Castro; subsídio para a história do regime republicano no Brasil, Paris, 1897; Porque me Ufano do meu País, Rio de Janeiro, Laemmert, 1901 (11 edições em português e quatro em italiano); A Reforma do ensino superior e a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916; Segredo Conjugal, Rio de Janeiro, Liv. Calvino, 1932; Visconde de Ouro Preto (excertos biográficos), Porto Alegre, Globo, 1935. Junte-se a isso copiosa produção jornalística, traduções, conferências, discursos, coletâneas de versos e contos, peças de teatro e palestras que proferiu e ter-se-á idéia de intenso labor literário, de cujo legado cabe destacar, até por ter sido a que mais resistiu ao tempo, a obra Porque me Ufano do meu País vinda a lume em 1900 e sucessivamente reeditada. Recentemente, a Empresa Expressão e Cultura, coleção páginas amarelas – 1997, publicou, sob o formato de livro de bolso, mais uma edição dessa obra de exaltação patriótica. Escrita para os filhos, como diz à guisa de introdução, e em meio à desilusão com a República pelo advento da qual tanto pugnara e às incertezas do novo regime carente do apoio popular que, pacificando o país, oferecesse base sólida para sua edificação.

Fora da política, nos albores republicanos, dava visões de patriotismo e amor ao Brasil, exortando sobretudo a melhor maneira de conhecermos e amarmos nossa terra a partir, principalmente, da grandeza e exuberância da sua natureza e dos fatos históricos. Daí cunhou-se a expressão ufanismo, que viria significar sentimento desmedido de vanglória ao país. Certo é que outras interpretações do Brasil, feitas com rigor acadêmico, nos fizeram conhecer nossas origens e evolução, o que nada significa arrefecer nosso patriotismo. Diga-se, aliás, que no umbral de um novo milênio, cabe recordar o fato da obra a que nos referimos ter vindo à luz a pretexto de comemorar-se os 400 anos de nossa história e, examinada no contexto em que surgiu, permanece válida como manifestação de orgulho nacional. O ufanismo do qual carecemos

hoje não é apenas esse sentimento derramado de apologia irrestrita ao país, mas o amor maduro que reconhece as vicissitudes da nossa sofrida história. Creio que assim deve ser vista tal manifestação do Conde Afonso Celso, que o passar dos anos não apagou. A História cortou-lhe os excessos, mantendo o tom de acendrado patriotismo, que é o cerne de sua obra.

Tendo se ocupado de atividades tão diversas, como vimos em sucinto exame de sua rica biografia, Afonso Celso não deixaria sua rápida passagem pela política sem um relato sobre sua experiência como deputado geral na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais. Trata-se de livro curioso, capaz de oferecer informações úteis, para melhor compreensão do funcionamento do Parlamento brasileiro no império, de modo especial a Câmara dos Deputados. Note-se ter ele exercido o mandato em período de grande turbulência, de excitados os políticos, a imprensa e a opinião pública dedicados aos debates da abolição da escravatura e o crescente movimento republicano. Afonso Celso foi espectador privilegiado, agindo como observador discreto e arguto, narrando com elegância e isenção a movimentação da Câmara naquele período. Escreveu o livro mais como historiador que como político. Mas isto não reduz seu valor, antes eleva-o. Nele, toma-se conhecimento da instabilidade política do regime, retratada nas repetidas quedas de gabinete, provocadas pela divisão dos políticos e do país em torno de temas candentes como a Abolição e a propaganda republicana. Deputado aos 22 anos, por inspiração de seu pai, o Visconde de Ouro Preto, refutou inquinação dos adversários que o alcunharam de filhote característico da corrupção monárquica. Sua eleição afirmou o prestígio do pai, em quem reconheceu seu único chefe político. Em sua defesa destacou o fato de haver disputado eleições na vigência da Lei Saraiva, que tornava o processo mais democrático e livre, e de ter introduzido a representação distrital sem embargo das limitações de gênero e de patrimônio entre outras que restringiam gravemente o colégio eleitoral.

Já se disse que no Império as eleições eram ilegítimas, mas a representação tinha qualidade. Anotem-se reiteradas manifestações do autor declarando a modéstia pecuniária dos colegas. Em uma de suas observações a respeito afirmou: A verdade é que eram todos pobres: a política até então nunca enriquecera ninguém no Brasil.

Surpreende também na obra em exame, da qual só tomei conhecimento com vistas à elaboração desta despreziosa introdução, sua atualidade. Os homens mudam, os parlamentos, nem tanto. O retrato que faz o autor da Câmara de seu tempo,

4 Afonso Celso

guarda muita semelhança com o Parlamento atual, se não no funcionamento formal, na conduta de seus membros, desde a eleição.

Temas recorrentes da vida política já surgiam àquela época apontados pela argúcia do autor, preocupado com o papel de procurador de partes de que ainda hoje não se livrou o parlamentar brasileiro, e com a distância entre representantes e representados agravada pelas péssimas condições de comunicação vigentes à época. A propósito do voto distrital, do qual se cogita a introdução no Brasil, sob o argumento de aprimorar a representação e consolidar partidos e instituições políticas, manifestou preocupação. É dele a assertiva:

"Um dos defeitos dos distritos uninominais consistia em que, enquanto o deputado se esforçava no Rio por desempenhar bem o seu papel, aproveitava-se o competidor da ausência dele para desagregar-lhe os elementos, explorar as queixas, seduzir-lhe os amigos, intrigá-lo, agenciar forças que de futuro o derrotassem. Era o que geralmente sucedia. Poucos logravam reeleição.

Com o correr do tempo, gasta-se o mais sólido prestígio, sobretudo diligenciando o adversário dia e noite por diminuí-lo e corroê-lo."

Não são igualmente estranhas, aos que convivem com o Parlamento de hoje, menções sobre a leviandade e o superficialismo dos deputados, bem como o desassossego existente no recinto, imprimindo ar de balbúrdia aos trabalhos que se desejam austeros. Compara tudo a comportamento de colegiais. Denuncia o ódio que grassa entre companheiros de partido citando Nordau: a vida pública renova no meio da nossa civilização pacífica todas as condições da vida do homem primitivo, num registro claro da mesma selvageria política que ainda vige entre nós.

O perfil que traça de colegas e de ministros constitui parte importante da obra de Afonso Celso. Ele mostra os sucessivos debates na Câmara e, com perspicácia, identifica atitudes que define, sem nominá-los, tipos parlamentares ainda hoje presentes nas nossas casas legislativas. Desfilam, no capítulo "traços psicológicos de alguns deputados", perfis variados que abrangem parlamentares diligentes e responsáveis, modestos em bens, frívolos, possuidores de espírito público -- deputado traficante, especulando com seu diploma, não o conheci, cortesãos da imprensa em busca de notoriedade, oportunistas cuja sofreguidão se exacerbava por ocasião das crises, na esperança que lhes caísse ao colo um ministério. Todos movendo-se num ambiente

de disputa, ansiedade e ambição próprio da atmosfera política. A esse respeito, sentenciou que matar para roubar, isto é, derrubar o ministro para lhe tomar a pasta é lícito e comum nas altas regiões políticas.

No geral, o autor constata que, apesar dos vícios das eleições, os deputados observavam o decoro, agiam com urbanidade e representavam verdadeiramente o Brasil. Dá-nos ainda conta do andamento das sessões, das manobras da maioria, das articulações políticas para sustentação dos gabinetes, dos trabalhos das mesas e de suas relações com o plenário. Faz pequena abordagem sobre a sua participação como primeiro-secretário em oposição política ao presidente Moreira Barros, embora isto não tenha sido impedimento para uma cordial convivência. Pode-se dizer que transmite aos leitores impressão favorável, apesar dos reparos à instituição e aos deputados.

De sua atuação parlamentar fala pouco, mas descreve em abundância o ritual da Câmara, a natureza do debate parlamentar, o prestígio da oratória, a importância da Fala do Trono e da resposta subsequente, e sobre o emprego de manobras toscas, mas eficazes, como empunhar a rolha, isto é, requerer o encerramento da sessão para silenciar a oposição.

É inequívoca a grande participação do Deputado Afonso Celso no movimento republicano e na abolição da escravatura. Com relação ao primeiro, declarou sua condição republicana, nos termos do manifesto de 3 de dezembro de 1870, no momento da posse. Decepcionado com a república, mudou de posição, transformando-se, curiosamente, em um republicano na Monarquia e um monarquista na República. República que cresceu e apareceu no dizer de aparte premonitório do Deputado João Penido a João Alfredo, quando este último desafiava os republicanos a mostrarem apoio popular e expressão política.

Como é sabido, o último gabinete do Império foi chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, pai de Afonso Celso. Isto pode ter influenciado o seu ânimo com relação à república adventícia, embora não tenha deixado transparecer no livro que tenho a honra de apresentar. É importante lembrar o amor e a dedicação ao pai, cujos sentimentos foram traduzidos na biografia que viria a escrever, defendendo o Ministro Ouro Preto da acusação de inépcia, que ensejou a proclamação da República. Segundo o autor, nem houve tempo para implantar as reformas necessárias ao país, nem a vitória do movimento republicano pode ser explicada com base em coincidências e circunstâncias, mas sim na força irresistível das armas.

O rompimento de Afonso Celso com a república ocorreu quando afirmou, com contundência, que ela começou mal, trazendo em si o gérmen da morte; começou pela traição, pela violação de princípios que não perdoam violações. Se a República foi a frustração dos sonhos de Afonso Celso, a Abolição foi o fruto que colheu da sua ação parlamentar e para o amadurecimento do qual muito contribuiu. Discursos, projetos, trabalhos em comissões, de tudo se serviu para militar com entusiasmo pela revogação de estatuto tão injusto. São passagens notáveis do seu livro as referências às discussões travadas sobre tema tão apaixonante, por primorosos oradores que brandiam ardorosamente argumentos em defesa de suas idéias.

É nesse quadro que sobressai o discurso de Cotegipe. Formidável peça de oratória parlamentar, a desprezar das multidões suas manifestações, a fazer jogo de palavras entre conservadores e liberais, cujos papéis, invertidos diante da momentosa questão da escravatura, era anúncio certo de que, abolida esta, a crise há de ser grande, seja-me permitida uma rápida vista de olhos sobre as conseqüências políticas deste ato, por ora, tudo é festa, tudo é alegria, tudo são flores; enfim, o prazer é unânime, universal, por esse grande ato da extinção da escravidão. Estão porém persuadidos de que o negócio fica aí? Estão convencidos? Era o prenúncio do que estava por vir: o fim do império. Isabel, a princesa magnânima, ganhava a batalha e perdia o trono.

Por último, a título de atrair os leitores e colaborar para o sucesso dos deputados que, no dia primeiro de fevereiro de 1999, se investirão em mandatos para uma nova legislatura, transcrevo úteis conselhos de inegável atualidade, sobretudo para os neófitos, a quantos escolheram para si o destino honroso e incerto da vida parlamentar:

Regras para captar e reter as simpatias dos eleitores.

Em resumo: não guardo dos meus antigos eleitores o menor ressentimento. Vivi sempre otimamente com eles. Não me consta que haja feito um único inimigo. Vários se me conservam afeiçoados. Segundo a minha experiência, poucas e fáceis são as regras para lhes captar e reter as simpatias. Reduzem-se ao seguinte: Tratá-los com polidez e apreço; falar-lhes, invariavelmente, a verdade; proceder com a máxima lisura. Apesar de genuinamente democráticos, irrita-os a familiaridade irreverente. O candidato apanhado numa mentira, ou num passo equívoco, nunca mais é acreditado, desmoraliza-se. Cumpre responder-lhe a todas

as cartas, mesmo e mormente quando se lhes nega o serviço solicitado; visitá-los, se eles vêm ao Rio, interessar-se pelos seus negócios, ouvi-los com paciência e atenção, levá-los à Câmara, apresentá-los aos deputados ilustres, satisfazer-lhes, no limite do razoável, as incumbências, rejeitando com franqueza as inexecutáveis.

Prometer o menos possível, jamais assegurando em tom peremptório a efetividade da promessa. Desta maneira, realizada ela, o obséquio aumenta de valor; no caso contrário, não surgem agastamentos e decepções.

Solicitar-lhes insistente o voto, capacitando-os de que, concorrendo ao pleito, fazem assinalado favor.

Enfim, avante-se quanto puder o deputado no desempenho dos seus deveres. Apareça de forma airoso na tribuna e na imprensa. Faça falar vantajosamente de si. Convém que o amor-próprio dos mandantes se sinta lisonjeado por motivo da feliz e aplaudida designação do mandatário.

Conselhos dados pelo veterano parlamentar Martinho Campos ao jovem Deputado Afonso Celso na ocasião em que este lhe foi apresentado:

Cumprir que grave na memória algumas recomendações, para fazer carreira como deputado.

As essenciais são: Primeira: Andar sempre bem com o presidente da Casa; pode atacá-lo, mas com jeito; nunca briguem. Segunda: Agredir o adversário de modo a não se tornar incompatível com ele; o mundo e a política dão imensas voltas; convém deixar margem para possíveis reconciliações e alianças. Terceira: Ocupar constantemente o seu lugar no recinto; não se demorar em palestras pelos corredores; evitam-se assim intrigas, não se externam coisas de que provenha arrependimento, nem se ouvem outras desagradáveis; no recinto, está-se em público; tudo quanto se fala, repercute; daí instintivo cuidado, que se converte em hábito e segunda natureza, na compostura, na correção das atitudes. Quarta, finalmente: É preciso que o novel deputado pratique um ato qualquer de energia, não perca oportunidades de provar que não engole desaforos, mas, ao contrário, sendo conveniente, saber dizê-lo. Sim, desaforo não se leva para casa. Repellido cabalmente o primeiro, está acabado; vive-se em harmonia durante longo tempo, com todo o mundo. Ao

8 Afonso Celso

cabo de certo prazo, porém, não é mau refrescar as memórias mostrando que a gente também é capaz de uma pequena malcriação (...).

Em um parêntese de existência longa e vitoriosa, Afonso Celso narra com sobriedade e isenção evidências de males e virtudes do Parlamento, em sua história de grandezas e misérias que o acompanham desde sua instituição na velha Inglaterra.

A vida política de Afonso Celso apagou-se com o Império. Acompanhou o pai no exílio. Ao retornar ao Brasil, dedica-se ao magistério, à história e à literatura, sem deixar de mencionar saudosas recordações do Parlamento, ao qual não pretende voltar por não se coadunarem com ele, seu temperamento e predileções.

LÚCIO ALCÂNTARA, senador
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

.....
I -- Época em que fui deputado

*D*esde dezembro de 1881 até 15 de novembro de 1889, isto é, durante oito anos menos um mês, exerci, sem outras interrupções senão as provenientes dos intervalos legislativos, as funções de deputado ao Parlamento, como representante do então 20^o Distrito eleitoral de Minas Gerais, minha província natal.

Fui eleito quatro vezes: a primeira, a 31 de outubro do mencionado ano de 1881, por mais de 100 votos de maioria; a segunda, a 2^a de dezembro de 1884, por nove votos de maioria; a terceira, a 15 de janeiro de 1886, por 11 votos de maioria; a quarta, a 31 de agosto de 1889, por centenas de votos de maioria – 637 contra 162 dados ao meu competidor.

As assembléias de que fiz parte foram todas dissolvidas: a primeira pelo gabinete Dantas; a segunda pelo gabinete Cotegipe; a terceira pelo gabinete Ouro Preto; a quarta pela sedição militar constituidora da República.

Servi no cargo de 1^o Secretário da Câmara por espaço de sete meses, de 13 de fevereiro a 26 de setembro de 1886.

Fui um dos cinco membros da comissão especial encarregada de examinar o projeto do Poder Executivo concernente à abolição imediata e incondicional do elemento servil. Entrei, além dessa, em várias outras comissões importantes.

10 Oito Anos de Parlamento

Encetei a vida pública, por ocasião de ser executada pela primeira vez a lei de 9 de janeiro de 1881, conhecida sob o nome de lei Saraiva – quer dizer numa das mais livres eleições havidas no Brasil. Os pleitos em que triunfei por insignificante número de votos – pleitos renhídicissimos – foram: primeiro, o realizado sob a pressão da questão servil, governando Dantas; segundo, o efetuado sob o ministério de adversários meus, presidido pelo barão de Cotegipe. Deixei o parlamento em consequência do levante militar que derrubou a Monarquia.

No correr dos oito anos da minha carreira parlamentar, conheci nove ministérios, oito presidentes do conselho, 54 ministros, 12 presidentes da Câmara.

Tratei com os homens mais notáveis dos partidos então existentes.

Assisti a debates sobre todos os assuntos de política e administração. Elaboraram-se e apareceram em meu tempo relevantes relatórios e preciosas monografias.

Dos projetos que se discutiram, muitos dos quais se converteram em lei, cumpre recordar os relativos às seguintes matérias: observação da passagem do planeta Vênus; concessão de patentes aos autores de invenções e descobertas; sociedades anônimas; furto de gado; auxílios às vítimas da seca; medidas preventivas contra epidemias; reforma das faculdades de Medicina e Direito; aumento de deputações; aperfeiçoamento do sistema eleitoral; reforma do governo provincial e municipal; emissões bancárias e de bilhetes do Tesouro; execuções cíveis e comerciais; extinção da pena de açoites; crimes de destruição, dano e incêndio; ações hipotecárias; penhor agrícola; serviço sanitário; lavoura e indústria; litígio de missões; conversão do juro das apólices; registro de nascimentos, casamentos e óbitos; marcas de fábrica e comércio; caixas econômicas, de montepio e de socorro; casas de operários e classes pobres; estradas de ferro; administração judiciária; arrecadação de impostos; ensino primário, secundário e superior; de magistrados; juramento parlamentar e de doutores e bacharéis; emissão de bilhetes ao portador; repartições de meteorologia, correios, telégrafos, museus e engenhos centrais; polícia, guarda nacional; teatro; imprensa; empréstimos internos e externos; conservatório de música; recolhimento do papel-moeda; propriedade literária

e artística; bancos de capital metálico; assistência pública; melhoramento de portos; reorganização do Exército e da Armada; alistamento, instrução, educação, promoção e obras militares.

Isto sem falar nas discussões freqüentes de interpelações e requerimentos, na de resposta à Fala do Trono, na de fixação anual das forças de terra e mar, nas do orçamento de cada ministério, na da receita geral – discussões a propósito das quais se agitavam idéias e se propunham medidas, não raro efetuadas, acerca de todos os ramos da atividade social.

No meu tempo, declarou-se extinta a escravidão no Brasil e o Exército e a Armada, em nome da Nação, constituíram o Governo Provisório republicano.

Nestas condições, creio que não serão destituídas de interesse algumas notas sobre as pessoas com quem privei e os acontecimentos em que intervi.

Não passam de rápidas e despreziosas impressões.

Publico-as na esperança de que talvez forneçam ao investigador futuro traços utilizáveis para a fisionomia da época.

Em começo, direi algo sobre a maneira como alcancei o mandato, sobre os meus eleitores e sobre o meu competidor constante nos quatro pleitos.

Esboçarei, em seguida, o perfil dos presidentes do conselho, dos presidentes da Câmara, dos ministros, bem como o dos oradores e dos simples deputados que se salientaram nesse período.

A narrativa de alguns sucessos e as observações sintéticas que me sugeriram as personalidades e os fatos porão termo ao singelo trabalho.

.....

II -- Como fui eleito

Assacam-me assiduamente a pecha de haver sido eleito sem elementos próprios, graças apenas ao prestígio de meu pai. Sou apontado como um dos filhotes, característicos da pretensa corrupção monárquica.

É verdadeira a primeira parte. O único protetor e chefe que tive na carreira política e quem me abriu as portas dessa carreira foi o visconde de Ouro Preto. As recomendações de que proveio o meu ingresso no parlamento devo-as a ele exclusivamente. Andou mal?! Há, pelo menos, no meu caso, várias atenuantes.

Por si só, independente de qualquer patrocínio e auxílio, ninguém jamais, em parte alguma, começou a vida pública. Que é uma candidatura séria? É aquela que foi sugerida ou adotada por uma ou muitas influências locais ou gerais. Consistem nisso mesmo os chamados elementos de um candidato: na estima e confiança que inspira a correligionários e amigos, os quais tomam a iniciativa de apresentar, ou resolvem sufragar o nome dele.

Relativamente a mim, quem tomou essa iniciativa, dispensou-me aquela coadjuvação e patrocínio, quem, em suma, me deu a mão foi meu pai, então chefe político de vasto prestígio.

14 Oito Anos de Parlamento

Onde o erro, se ele me reputava (sem razão, mas sinceramente) possuidor dos necessários requisitos; se nenhum eleitor violentou; se empregou somente meios lícitos; se não era governo na ocasião; se, indigitando-me, a ninguém prejudicou ou preteriu? – Não fora o amor paterno, sempre suspeito – contrariar-se-á – e tão cedo não conseguireis a cadeira.

Pode ser que sim, pode ser que não. Não há dúvida que a posição de meu pai, senador do Império, embora não exercesse efetiva autoridade, tudo me facilitou.

Mas, numa organização essencialmente democrática, qual a do passado regime, o fato de usar alguém um nome já ilustre, a par de incontestáveis vantagens (e nenhuma superiores às que me couberam, das quais me orgulho) acarretava embaraços positivos. Regalias e privilégios de nascença só os desfrutava a família do soberano. A todos era lícita e fácil a concorrência. Somente por meio de luta e esforço se triunfava.

Ora, contra o descendente de um homem notável militavam: primeiro, a pesada responsabilidade da tradição que cumpria zelar e desenvolver; depois, as atitudes de antemão fixadas para com indivíduos e acontecimentos; em terceiro lugar, os ódios, as prevenções, as invejas, a má vontade que, não raro, assaltavam o estreante, simplesmente porque era filho do seu pai.

Como quer que seja, se o visconde de Ouro Preto procedeu mal indicando-me prematuramente, atenuavam-lhe a falta, repito, diversas circunstâncias.

Tempos antes, ainda eu na Faculdade de Direito, oferecera-me espontaneamente o Diretório Liberal de Ouro Preto um assento na Assembléia Provincial, o que rejeitei. Não recebi durante a candidatura de 1881 a menor assistência oficial. Tratava-se, já o disse, do primeiro ensaio da lei Saraiva, ensaio em que o eleitorado gozou de plena liberdade, derrotando dois ministros da coroa, os Srs. Homem de Melo e Pedro Luís, e fazendo triunfar avultada falange de conservadores, adversários do gabinete. Meu pai serviu-se em proveito meu, pura e simplesmente do seu prestígio individual, adquirido (era um perfeito *self made man*), à custa de longos labores e sacrifícios.

Como todo o Império, Minas Gerais fora dividida em circunscrições eleitorais de um só deputado cada uma, acabando-se com o escrutínio de lista, ou de chapa coletiva. Uma dessas circunscrições ficara composta de comarcas que meu pai outrora representara, durante o regímen de distritos com três deputados. Possuía aí verdadeiras dedicações. Antes de se lembrar de mim, oferecera ele a candidatura por aquela zona a diversos correligionários que preferiram outras, por desconhcerem as condições partidárias ali criadas pela nova organização, e não se animarem a lá ir, atenta a enorme e difícil viagem.

Havia um chefe local com títulos para ser escolhido. Esse, porém, estava incompatibilizado.

Achava-se então no Rio um dos mais sinceros e dedicados amigos da minha família, o coronel Gentil José de Castro, valente cabo eleitoral, relacionado com todo o distrito, onde contava numerosos parentes. Meu pai falou-lhe a meu respeito e ele assentiu, do melhor grado, em me coadjuvar.

Como negócios o chamassem ao norte de Minas, convidou-me:

– Venha comigo. Percorreremos juntos o distrito. Se encontrarmos disposições favoráveis, você se apresentará. No caso contrário, moço como é, prestará serviços, adquirirá amizades que lhe hão de ser sempre úteis, habilitando-se para outra vez. Aproveitará em qualquer hipótese, pois, quando menos, visitará imensa e curiosa região da nossa terra.

Seduziu-me principalmente a perspectiva da viagem. Partimos. Embarcamos para a capital da Bahia e daí para Belmonte, porto ao sul dessa província. Ia conosco, em missão profissional, o Dr. Chrockatt de Sá, mais tarde, sob a República, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Quase naufragamos, vítimas de violenta tempestade, ao sair daquele primeiro porto. Arribamos a Ilhéus; tocamos em Canavieiras; subimos o Jequitinhonha, a princípio em vapor, depois em canoas. Tomamos animais em São Miguel, já Minas, e, após compridas jornadas, chegamos à cidade do Grão-Mogol, cabeça do 20^o Distrito.

Perlustrei grande extensão dele, de paróquia em paróquia, procurando eleitor por eleitor. Nenhum contraíra ainda compromissos quanto ao

16 Oito Anos de Parlamento

próximo pleito. Simples, chãos, acessíveis, acolheram-me com a afabilidade proverbial dos mineiros, sobretudo no sertão. Realizei freqüentes defesas no júri e conferências públicas que me valeram calorosas adesões. Labutei ativamente, angariando amigos decididos que nunca me faltaram, e até hoje se me conservam fiéis.

O fato de não me haver eu poupado a incômodos e perigos, viajando centenas de léguas para visitar o distrito – coisa que nenhum candidato tinha ainda feito – as cartas de meu pai, a prestante colaboração do coronel Gentil que não me deixou, empenhando-se por mim com ardor, produziram efeito decisivo. Posso dizer que conquistei o distrito, que de novo percorri em 1886. Ganhei sólido terreno a pouco e pouco. Afinal, cabalava por mim toda a gente de valor.

Suave, pacífico, sem reclamações ou protestos, correu o escrutínio. Os próprios adversários me trataram com a máxima deferência.

Sabido o resultado, regressei ao Rio de Janeiro por terra, atravessando de extremo a extremo Minas Gerais.

Não havia imprensa nem telégrafo no distrito, de penosas e demoradas comunicações com Ouro Preto, então capital da província, e a Corte.

Causou, pois, surpresa a exibição do meu diploma numa das primeiras sessões preparatórias da nova legislatura. Eu contava menos de vinte e dois anos de idade. Era tão líquido o meu direito que imediatamente o reconheceram e tomei assento.

Que intensa emoção – misto de contentamento, receio, ambição de glória, desejo de trabalhar, esperança, desencanto – na hora em que me vi proclamado um dos legisladores do meu país!

.....

III -- Os eleitores

É uma zona sem grande riqueza, mas também sem grande miséria, o norte de Minas. Têm o assolado ultimamente terríveis secas. No tempo em que o representei, gozava de farta mediania.

Compunha-se o antigo 20^o Distrito de pequenos núcleos populosos, muito afastados uns dos outros. Trabalhos de lavoura e criação, em modesta escala, ocupavam a maioria dos habitantes.

Vida fácil, necessidades restritas, horizontes estreitos – obedeciam eles mais aos chefes locais com que lidavam e de que recebiam favores imediatos, do que às influências do centro. Indiretamente, exerciam estas a sua ação, por intermédio daqueles chefes.

A exigüidade do meio faz com que qualquer ato repreensível seja logo sabido e comentado. Essa fiscalização, junta à natural bondade e gênio prestadio dos moradores, torna-os sérios, sinceros, leais.

Compreensão fácil, temperamento ativo e vivaz, distingue-os inexcédível espírito de hospitalidade. Não há hotéis, mesmo nas cidades de certa ordem. Os moradores consideram um desar não receber hóspedes. Em todas as casas existem aposentos sempre preparados para alojar viajantes. O quarto dos hóspedes, a roupa de cama dos hóspedes são expressões vulgares da linguagem familiar. Ainda os mais humildes rece-

18 Oito Anos de Parlamento

bem com extraordinário agrado quem lhes bata à porta. Matam, para obsequiar o recém-vindo, a galinha única que possuam.

Em compensação, interrogam avidamente o viajante, sequiosos de novidades. O hóspede preenche para eles a função de um jornal falante: dá-lhes notícias e informações. Muita vez, na hora em que, moído de exaustiva caminhada, por péssimas estradas, sob sol de queimar ou chuva de dissolver os ossos, o pobre homem se enfia sob os lençóis no intuito de recuperar forças para igual estafa no dia seguinte – eis que se lhe apresenta o dono da casa, toma um tamborete ao lado, e, preparando com a faca de ponta comprido cigarro, declara: "Agora podemos conversar à vontade; vamos lá, conte-me por miúdo as novas do Rio".

Ai do inquirido que se recusasse! Ingênuos, exigentes e desconfiados, não perdoam nem esquecem a menor falta. E não perdem ensejo de vingança.

Dois estrangeiros, de origem hebraica, dominavam, naquela quadra, um a cidade do Rio Pardo, outro a do Grão-Mogol. Dizia-se que haviam aparecido por lá como mascates. Fixaram-se, identificaram-se com os hábitos e os interesses da população, sobre a qual ganharam gradativamente legítima ascendência. Constituiu um deles respeitável família. Negociava em diamantes; ia de três em três anos à Europa, onde mandou educar os filhos mais velhos; era o tipo do homem operoso e serviço. Foi nomeado oficial da ordem da Rosa; estava a ponto de ser barão. Isto prova a acessibilidade, a ausência de preconceito do nosso meio social.

A política – eis para essa gente o exercício superior das faculdades, o divertimento predileto, a favorita ocupação. Não a política de idéias e princípios, mas a do mando local, a da emulação mesquinha, a do amor-próprio ininteligente que não toleram a supremacia do contrário, pondo o máximo empenho em a impedir ou anular. A política, em tais condições, assume o caráter de jogo, com todas as sensações e excessos de semelhante paixão. Dispendem avultadas somas, atreladas a ela; olvidam, para a contentarem, negócios e obrigações. Ela os embriaga e arrasta. O candidato torna-se, de ordinário, um pretexto, um instrumento de baterem os rivais. Apreciam o candidato bom, porque fornece maiores probabilidades

de vitória. É um trunfo. Votam no mau, uma vez adotado, com igual entusiasmo. Até senhoras trabalham e se apaixonam pela partida. A questão é não perder. Quanto a programas, não concebem como coisa primordial o seu valor, exceto em se tratando de reformas capitais que a todos, indistintamente, afetam, com foi a do elemento servil. Gostam de que o seu deputado sobressaia e intervenha assíduo nos debates da Câmara, porque assim se realçam sobre o adversário, satisfazendo a vaidade.

Por outro lado, julgam que o deputado deve ser uma espécie de procurador ou comissário-geral para todas as incumbências, mesmo as de ordem mais particular. Que de estrambóticas encomendas! Escrevem a miúdo e exigem pronta resposta. Não ter cartas no correio importa para eles o mesmo que não ter hóspedes: uma inferioridade. À falta de quem lhe escrevesse, chegou uma influência a endereçar invólucros de epístolas a si própria, a fim de não desmerecer no conceito de seus contemporâneos.

Conquanto se classifiquem neste ou naquele partido, menos por amor à doutrina que por acaso de nascimento, relações de amizade, reconhecimento a obséquios, dependências, conservam-se fiéis à bandeira jurada. Tão firmes e cumpridores da sua palavra que de antemão podia afirmar-se qual o resultado de cada colégio, sendo raras as surpresas. Poucas abstenções: votar era-lhes prazer e dever. Casos de venalidade nunca os observei. O censo alto da qualificação contribuiu para evitar esse abuso. Mesmo os pedidos para empregos públicos não subiam a quantidade exagerada, porque de exíguo número de cargos a distribuir dispunha o candidato. Consistia o seu forte nas patentes da guarda nacional e nas condecorações, sujeitas a limitações óbvias.

Muito seguro e lúcido o critério dos políticos sertanejos na apreciação de homens e fatos! Formam no geral juízos mais justiceiros do que os expendidos nas capitais. Os que assinam folhas, lêem-nas lenta e meditadamente, contemplando as coisas com imparcialidade e calma, sem que elementos estranhos lhes deturpem a conscienciosa ponderação. Ferem-lhes a retina incidentes que nos centros a muitos escapam. Quanta

20 Oito Anos de Parlamento

reflexão original e conceituosa acerca de sucessos políticos em indivíduos de baixa esfera e escassa instrução!

Jamais, no 20^o Distrito, medrou a fraude – que inutiliza os esforços lícitos – ou a violência material. Nada de morticínios ou pugilatos, no dia do escrutínio. Vencida a eleição, entregavam-se os triunfadores a vivas demonstrações de regozijo, sem, contudo, desrespeitarem os derrotados – parceiros constantes, com quem tinham de conviver, e aos quais, não raro, os ligavam vínculos de parentesco e afinidade. Sogro e genro, cunhados, irmãos militavam em facções antagônicas, mantendo intimidade entre si. Costumavam, entretanto, os vencedores, ao se proclamar a vitória, atacar uns foguetes especiais que ao subir soltavam estridente assobio, à guisa de vaia. No mais, escreviam as atas e outros documentos eleitorais com apurado rigor de caligrafia e redação.

Em resumo: não guardo dos meus antigos eleitores o menor ressentimento. Vivi sempre otimamente com eles. Não me consta que haja feito um único inimigo. Vários se me conservam afeiçãoados. Segundo a minha experiência, poucas e fáceis são as regras para lhes captar e reter as simpatias. Reduzem-se ao seguinte: tratá-los com polidez e apreço; falar-lhes, invariavelmente, a verdade, proceder com máxima lisura. Apesar de genuinamente democrático, irrita-os a familiaridade irreverente. O candidato apanhado numa mentira, ou num passo equívoco, nunca mais é acreditado, desmoraliza-se.

Cumprir responder-lhes a todas as cartas, mesmo e mormente quando se lhes nega o serviço solicitado; visitá-los, se eles vêm ao Rio, interessar-se pelos seus negócios, ouvi-los com paciência e atenção, levá-los à Câmara, apresentá-los aos deputados ilustres, satisfazer-lhes, no limite do razoável, as incumbências, rejeitando com franqueza as inexequíveis.

Prometer o menos possível, jamais assegurando em tom peremptório a efetividade da promessa. Desta maneira, realizada ela, o obséquio aumenta de valor; no caso contrário, não surgem agastamentos e decepções.

Solicitar-lhes insistente o voto, capacitando-os de que, concorrendo ao pleito, fazem assinalado favor.

Enfim, avantaje-se quanto puder o deputado no desempenho dos seus deveres. Apareça de forma airosa na tribuna e na imprensa. Faça falar vantajosamente de si. Convém que o amor-próprio dos mandantes se sinta lisonjeado por motivo da feliz e aplaudida designação do mandatário.

.....

IV -- O competidor

Foi-me contendor único nos quatro pleitos a que concorri o coronel Manuel Fulgêncio Alves Pereira, depois da República deputado à Constituinte e aos congressos federais subsequentes. Era então conspícuo membro do partido conservador mineiro.

No físico, baixo, delgado, grisalho, olhar franco e doce através de óculos azuis. Moralmente, um mineiro às direitas.

Antigo professor de humanidades, advogado provisionado, perspicaz, insinuante, serviçal, vivaz e traquejado, exprimindo-se com facilidade, dispondo de boa letra e excelente estilo epistolar, o coronel Manuel Fulgêncio, que, na primeira eleição nenhum receio me causara, se tornou nas seguintes adversário temível.

Um dos defeitos dos distritos uninominais consistia em que, enquanto o deputado se esforçava no Rio por desempenhar bem o seu papel, aproveitava-se o competidor da ausência dele para desagregar-lhe os elementos, explorar as queixas, seduzir-lhe os amigos, intrigá-lo, agenciar forças que de futuro o derrotassem. Era o que geralmente sucedia. Poucos logravam reeleição.

Com o correr do tempo, gasta-se o mais sólido prestígio, sobretudo diligenciando o adversário dia e noite por diminuí-lo e corroê-lo.

24 Oito Anos de Parlamento

O coronel Manuel Fulgêncio todavia, nunca recorreu a meios inconfessáveis. Provinha-lhe o valor do cavalheirismo e lhaneza do proceder. Não havia dizer mal da pessoa dele. De extraordinária atividade, azevedo às viagens pelo sertão, conhecendo a fundo os costumes e o caráter dos habitantes, compadre de meio mundo relacionado com os próprios contrários que nunca molestava, fino estrategista eleitoral, afável, sem exceção alguma, emérito cabalista, inspirava universal acatamento e exercia genuína influência.

De uma feita, representou sozinho o seu partido numa assembléia provincial toda liberal, ocupando em oposição a tribuna quotidianamente, de maneira, se não brilhante, pelo menos reveladora de tenacidade e facúndia fora de comum. Proverbial a sua bonomia, popularíssima a sua alcunha – o *Manduca*.

Na eleição efetuada sob a pressão da questão servil, e na que se realizou ao se iniciar a situação conservadora, chefiada pelo barão de Cotegipe, custou-me a vencer Manuel Fulgêncio, por poucos votos, após renhida campanha.

Um fato significativo define sua estrutura moral. Num dos pleitos, em colégio onde eu alcançara maioria, ele protestou, e juntou documentos para ir pessoalmente sustentar o protesto perante a junta apuradora reunida na cidade do Grão-Mogol, distante do ponto em que ambos nos achávamos.

Disponha-se a partir, quando soube que adoecera em outro ponto, igualmente afastado, alguém de sua família que lhe reclamava a presença, sem demora. Havia urgência na apresentação do protesto. O correio não chegaria a tempo. Só restava o recurso de um *próprio* ou *positivo*, consoante a gíria local. Esses próprios são estafetas particulares que, mediante razoável retribuição, se encarregam de levar cartas e jornais de um lugar a outro. No comum, viajam a pé, calçados de alpercatas, um saco às costas. Realizam extensos trajetos, celebrizando-se pela rapidez e fidelidade com que cumprem as suas comissões. Estava de serviço o *próprio* de que poderia valer-se o coronel Manuel Fulgêncio. Então, procurou-me ele e disse:

– Eis aqui papéis importantes contra sua eleição. Preciso de portador seguro para levá-los a Grão-Mogol. Como sei que o senhor segue amanhã, rogo-lhe que se incumba disso, e ficarei tranqüilo.

Nunca invólucro algum me mereceu tanto cuidado e atenção, como o que aceitei do meu contendor. Em caminho, guardei esse invólucro constantemente junto ao peito, receoso de incidentes que me impedissem o desempenho do encargo. Chegado ao Grão-Mogol, apeei-me à porta do chefe adversário, com surpresa dos meus amigos, e só sosseguei quando vi acautelados os escritos.

Este e outros fatos imprimiram às lutas eleitorais do 20^o Distrito rara feição de nobreza. Onde nos encontrássemos, eu e o meu contendor, trocávamos amáveis visitas, o que refletia beneficentemente no séquito dos nossos aderentes. As atas das eleições, constantes dos arquivos da Câmara, atestam a regularidade e a correção dos processos ali usados.

Abandonei a política, trazendo do meu aliás implacável competidor as recordações que traria do adversário com quem houvesse galhardamente esgrimido numa sala de armas. Sei que ele manifesta a meu respeito idêntico juízo.

As nossas relações, sempre corteses, ultimamente se estreitaram. Mais de uma vez, temos conversado joviais sobre as traças e ardis a que outrora nos socorríamos para mutuamente nos fazer mal.

Continuamos adversários, porque ele prestou adesão à República, no que lhe assistiu pleno direito, pois nenhum vínculo especial o prendia à sorte da Monarquia. Mas a nossa convivência dá-nos peregrino prazer moral. Somos exemplo de que é possível se travarem ardentes batalhas políticas, sem que o caráter individual dos combatentes sofra o mais ligeiro ataque, antes pairando, serena e inviolável, a dignidade de cada um sobre as mais agitadas conjunturas.

.....
V -- Primeiras impressões

As emoções do deputado a uma alta assembléia, quando nela entra pela primeira vez, presumo-as muitíssimo mais intensa do que as do ator na famosa noite de estréia.

Acham-se ambos num palco, expostos às vistas e críticas da multidão; mas as responsabilidades do deputado são incomparavelmente maiores, e ele não sabe de antemão as frases e os gestos do seu papel. Daí, para quem não desfruta a inabalável confiança em si, apanágio da imbecilidade, vivas sensações de susto, constrangimento, mal-estar.

A par destas, foram más as minhas primeiras impressões, no dia em que comecei a tomar parte nos trabalhos da Câmara. Eu vinha da Academia, a mente povoada de quimeras e ilusões. Supunha o parlamento um preclaro congresso, sempre ocupado de elevados assuntos, o pensamento fixo no bem da Pátria, aclimado no ambiente da superioridade. Em estudante, eu pouco lhe freqüentava as galerias. Espectador, só lhe conhecia os aspectos decorativos. Ignorava-lhe os bastidores e os quartos baixos.

Impressionou-me antes de tudo a ausência de gravidade nas relações dos deputados entre si. Ouvia-se nos corredores a mais livre linguagem, contavam-se anedotas impróprias, e, sobretudo, falava-se horivelmente mal da vida alheia, mais da dos amigos que da dos adversários.

Observei defeitos idênticos aos notados nas reuniões de estudantes: intrigas, pequenas rivalidades, invejas, leviandades, sem o entusiasmo e o desinteresse característico dos rapazes, mas revestidas, em compensação, de cálculo e astúcia. Amarga decepção! Será esta a grande política da minha terra?! – indagava eu, de mim para mim. Afligia-me o que se me afigurava incompreensão das obrigações contraídas.

Tudo me parecia levado à ligeira, de modo negligente e confuso.

Dominava os espíritos a tendência pessimista. Só se contavam nos grupos narrativas de abusos praticados por autoridades subalternas, queixas, vaticínios desagradáveis. Os ministros eram maltratados sem pena, mesmo ou mormente por aqueles que os apoiavam.

No dia do pagamento do subsídio, tornava-se grotesco o espetáculo. Compareciam os menos assíduos. Havia, a princípio, luxos, relutâncias fingidas, afetações de se não lembrarem de que iam receber dinheiro. Depois, aglomeravam-se na sala em que o empregado do Tesouro efetuava a distribuição. Que ares teatralmente indiferentes ao embolsarem as notas! Que sofreguidão noutros! Estes verificam atentamente a quantia. Repetem aqueles conhecidas graçolas: "Eis a verdade do sistema representativo... É o nervo da guerra! Ninguém imagina quanto isto estimula o patriotismo e esclarece as idéias!" E retiravam-se lépidos, radiantes... A verdade é que eram todos pobres: a política até então nunca enriquecera ninguém no Brasil.

Por outro lado, reinava camaradagem. Raras incompatibilidades, oriundas de ódios irreconciliáveis. Muita vez, após violentas explosões de tribuna, saíam de braço dado os antagonistas. Os ódios grassavam mais no seio do mesmo partido, que de partido a partido.

A estes traços cumpre acrescentar: a mínima importância que cada um atribuía a si próprio: certo desdém pelas letras e artes, coisas pouco sérias, indignas de gente circunspecta; a febre de exibição; a ânsia de exercer mando e poderio, de influir direta ou indiretamente na marcha governamental; a nenhuma simpatia ou piedade para com os desastres políticos de outrem – antes manifesto prazer, sobretudo em se tratando de um correligionário, concorrente possível; a escassa imparcialidade nos julgamentos, sumamente severos, filhos e idéias preconcebidas e

partis-pris, o enorme dispêndio de tempo e talento em resolver questões, destituídas de interesse para o grosso público.

Desde logo, fui sorteado membro de uma das comissões encarregadas de examinar o processo eleitoral. De perto, conheci aí a preocupação partidária sobrepujando o sentimento de justiça, o sofisma, em pugilato vitorioso contra a verdade, os mil manejos do politiquismo em ação.

Sentia-me deslocado, enojado, reconhecendo a exatidão do dito de Thiers: "Os belos discursos podem mudar as opiniões, porém nunca mudam os votos." Gravaram-se-me na mente as desanimadoras frases de Max Nordau: "A vida pública renova, no meio da nossa civilização pacífica, todas as condições da vida dos homens primitivos— vida em que não há tréguas nem repouso, em que cada qual deve continuamente combater e vigiar, espreitar, espiar, pesquisar as pegadas dos outros e apagar as próprias, dormir com as armas na mão e os olhos semi-abertos — vida em que cada homem é um inimigo, em que temos a mão levantada contra todos e a mão de todos levantada contra nós, em que somos sem cessar vilipendiados, molestados, caluniados, contundidos, em que vivemos, numa palavra, como o pele-vermelha sobre a pista de guerra, nas florestas antigas."

Mas, a pouco e pouco, ao lado dos senões apontados, desvendaram-se-me irrecusáveis qualidades. Entrei a interessar-me pelo jogo do sistema, mais aparelhado para evitar o mal que para praticar o bem e de tão variadas e curiosas cenas. Insensivelmente, fui absorvido. Imprevisto e empolgante desenrolou-se o entrecho. Principiaram a desfilar os personagens principais.

.....

VI -- *Os presidentes do Conselho*

Q

I

MARTINHO CAMPOS

Quando se reuniu a nova Câmara, o cupava o poder o Ministério Saraiva, referendário da reforma eleitoral. Mas achava-se reduzido esse Ministério ao seu chefe e aos conselheiros Dantas, Franklin Dória e Lima Duarte. Dos outros ministros, Buarque de Macedo falecera inopinadamente em São João d'el-Rei, por ocasião de se inaugurar a Estrada de Ferro Oeste de Minas; Pelotas se exonerara; Pedro Luís e o barão Homem de Melo haviam sido derrotados nas urnas, e, em consequência da derrota, obrigados a abandonar o poder.

Em virtude da idade, assumiu a presidência nas sessões preparatórias o Deputado Martinho Campos, desde logo indigitado como sucessor de Saraiva. Ocorreu isso em fins de dezembro de 1881. A 21 de janeiro de 1882, organizou ele o seu gabinete, depois da recusa do Visconde de Paranaguá.

Martinho era então homem de mais de sessenta anos, alto, todo escanhado, uma grande verruga no queixo, sorriso zombeteiro, pequenos olhos faiscantes de malícia, fisionomia espreitada de ator. Há uns retratos de Coquelin *ainé* que dão ares com Martinho, nessa quadra.

Nada sucedeu de importante nas sessões preparatórias. Durante os cinco meses e poucos dias em que Martinho exerceu o governo, raras vezes falou na Câmara. Fora nomeado simultaneamente ministro e senador. Tomou a palavra apenas ao apresentar o Ministério, para discutir duas ou três interpelações, a resposta à Fala do Trono e a prerrogativa do orçamento. Não o pude apreciar, pois, devidamente como parlamentar.

Imensa a sua fama de *debater* vivaz, fértil em manobras, palavra fácil e mordaz! No caráter de presidente do Conselho, não lhe era dado utilizar-se desses predicados. Conforme ele próprio mais de uma vez confessou, sentia-se acanhado, fora do seu meio, privado dos recursos habituais. Levava a vida inteira a fazer oposição. Em nenhum cargo público até aí estivera, à exceção da presidência do Rio de Janeiro. Pesavam-lhe agora a circunspecção ministerial; o dever de cingir-se a apertadas normas; a obrigação de responder com precisão e gravidade substituindo o vezo de inquirir impertinente-mente; a necessidade de medir as frases e guardar reservas.

Não agradou o seu discurso-programa. Foi longo, difuso, sem elevação. Via-se que o orador não se preparara, fiado na sua extensa prática de falar. Sob a pressão da solenidade, sentindo novas e árduas responsabilidades, hesitava, mastigava os termos, procurava em vão quem o interrompesse, não achando ensejo de terminar.

Quanto a idéias, que decepção! Não cogitava de nenhuma das apregoadas reformas liberais. Propunha-se unicamente a realizar algumas medidas orçamentárias, deixando para mais tarde projetos políticos e administrativos.

Verdade é que Martinho se dirigia a uma assembléia em que as forças conservadoras não era muito somenos às liberais. Contavam-se 47 membros daquele partido contra 75 deste. Parecia que, livremente consultado, manifestara-se infenso o país a largas inovações, preferindo uma fase de recolhimento e moderação.

Como quer que seja, entrou desde cedo o Ministério a sofrer forte oposição nos corredores e na imprensa. Censuravam-lhe sobretudo as

tendências conservadoras, em antinomia com as antigas declarações libérrimas do seu chefe.

As principais qualidades oratórias deste eram o sangue-frio e o desembaraço. Nunca erguia a voz, mas conseguia ser perfeitamente ouvido, em virtude da calma com que articulava as frases. Expressia-se em diapasão familiar, tom de conversa, sem o menor artifício retórico. Repetia a miúdo certas locuções. As palavras – *perdoe-me V. Ex^a* – vinham-lhe aos lábios, com a insistência de um cacoete. Ereto na tribuna, a gesticulação sóbria, sacudindo incessante a cabeça, vivava-se rápido para o lado donde saíam apartes que o avivavam, como esporadas a um ginete brioso. Desfechava réplicas prontas, incisivas, de ordinário felizes.

Improvisava sempre e jamais revia notas taquigráficas. Estilo incorreto, sem plano, atravancados de digressões, os seus discursos, entretanto, se impunham à atenção pela naturalidade da dicção, pitoresco das imagens, graça espontânea, imprevisível dos conceitos. Despertavam, não raro, simpática hilaridade: nunca deixavam de interessar. Juntai a isso o aspecto original do orador, as inflexões agradáveis do seu dizer, a sua reputação de galhofeiro desabusado, a sua habilidade em escamotear os pontos difíceis, a sua destreza em passar de um assunto a outro e em torcer as questões; a sua imperturbabilidade, as caprichosas ondulações do seu pensamento que desnorteavam o adversário, os seus remos célebres, a sua ilibada probidade – e tereis a explicação do seu incontestável prestígio parlamentar.

No mais, usava de fórmulas em extremo polidas, mas reagia enérgico se o agrediam. Quando falava um antagonista, mirava-o irônico e resmungando.

Conversador emérito, muito afável nas relações particulares, gostava de narrar anedotas da nossa crônica política que chistosamente comentava, rindo-se às vezes de si mesmo e aparentando não ligar importância à posição que atingira.

A sua bonomia revela-a, entre outros, o seguinte fato: Servia como *sota* no seu *coupé* ministerial um moleque retinto trazido da fazenda de Cebolas, onde Martinho, escravocrata da gema, qual se definira, era de

34 Oito Anos de Parlamento

proverbial brandura para os cativos. Um dia, começando a chover de rijo, o presidente do conselho mandou parar o carro, ordenando que o moleque descesse da boléia, a fim de se não molhar, e se assentasse a seu lado.

Chamava o gabinete – *o meu colégio* – porque se compunha de homens muito novos então – Rodolfo Dantas e Afonso Pena, sobretudo –, o primeiro com menos e o segundo com pouco mais de trinta anos. Apelidou também o gabinete – a canoa em que todos cabiam. Daí a designação popular do seu Ministério – *a canoa do pai Martinho*. Quando uma moção de desconfiança o derrubou, exclamou, sorrindo: "Tiraram-me o emprego!"

Ocorreu o carnaval durante o seu governo. Declarou ele que toleraria nos festejos carnavalescos qualquer alusão política e mesmo pessoal, desde que respeitasse a decência. Caricaturaram-no de mil modos, sem que ele se melindrasse. A banda de música de uma das sociedades consagradas ao Deus Momo percorreu as ruas, a cavalo, no meio de geral hilaridade, arvorando cada um dos cavaleiros enorme capacete que representava, fazendo impagáveis caretas, a cabeça do chefe do Ministério!

Costumava dar conselhos, oriundos da sua vasta experiência parlamentar.

Na ocasião em que lhe fui apresentado, disse-me: "Cumpre que grave na memória algumas recomendações, para fazer carreira como deputado.

"As essenciais são: *Primeira*: andar sempre bem com o presidente da casa; pode atacá-lo, mas com jeito; nunca briguem. *Segunda*: agredir o adversário de modo a não se tornar incompatível com ele; o mundo e a política dão imensas voltas; convém deixar margem para possíveis reconciliações. *Terceira*: ocupar constantemente o seu lugar no recinto; não se demorar em palestras pelos corredores; evitam-se assim intrigas, não se externam cousas de que provenha arrependimento, nem se ouvem outras desagradáveis; no recinto, está-se em público; tudo quanto se fala, repercute; daí instintivo cuidado, que se converte em hábito e segunda natureza, na compostura, na correção das atitudes. *Quarta*, finalmente: é preciso que o novel deputado pratique um ato qualquer de energia, não

perca oportunidade de provar que não engole desaforos, mas, ao contrário, sendo conveniente, sabe dizê-los. Sim, desaforo não se leva para casa. Repellido cabalmente o primeiro, está acabado; vive-se em harmonia, durante longo tempo, com todo o mundo. Ao cabo de certo prazo, porém, não é mau refrescar as memórias mostrando que a gente também é capaz de uma pequena má-criação..."

II PARANAGUÁ

O marquês – naquela época visconde – de Paranaguá era apontado como tipo áulico, devendo todas as honras e cargos a mero favor de Sua Majestade.

Durante o tempo em que ele ocupou a presidência do Conselho, nenhum fato ocorreu justificativo dessa balela.

A única demonstração pública de deferência pessoal que o Imperador lhe concedeu foi assistir, acompanhado da Imperatriz e dos Condes d'Eu, ao consórcio da gentilíssima filha do primeiro-ministro com o Conde de Barral, cuja ilustre mãe prestara à educação das princesas inolvidáveis serviços. O caso, aliás, suscitou vivas censuras na imprensa.

Muito naturalmente ascendeu o marquês à chefia do Governo. Já havia sido ministro várias vezes. Cerca de dois anos exercera a pasta da Guerra, na fase mais melindrosa da campanha do Paraguai. Amigo íntimo de Saraiva, auxiliara-o eficazmente, como presidente da Bahia, em 1881 na realização do programa eleitoral. Exonerando-se Saraiva, o Imperador chamara o marquês para organizar Ministério que continuasse a política daquele. Paranaguá escusou-se, sendo então chamado Martinho. Caindo este, insistiu o monarca com o marquês, que aceitou.

Viveu perto de um ano o seu ministério, – 3 de julho de 1882 a 24 de maio de 1883 –, e não foi dos mais estéreis. Na Câmara, arcou com a escabrosa questão da revogação dos impostos inconstitucionais estabelecidos pelas assembléias provinciais, impostos que o gabinete mandou suspender. Nas férias parlamentares, graças à energia do ministro da Guerra Carlos

Afonso, reprimiu a insubordinação do Coronel Frias Vilar que ia provocando conflito com o Exército.

Desenrolou o marquês extenso plano de reformas, mas não conseguiu iniciá-lo. Tomou parte ativa na discussão do orçamento da Fazenda, na da Fala do Trono e em outras de política geral. Bateu-se com os próceres da oposição – Andrade Figueira, Ferreira Viana e Gomes de Castro. Ferreira Viana, sobretudo, manejou contra ele as suas melhores armas, visando, acima do presidente do Conselho, o Imperador.

Simpático e respeitável no físico, sempre trajando de preto, a barba em colar, o bigode raspado, grave nos menores gestos, ameno para com todos, senhor de si, incapaz de se exaltar, medindo os acenos, calculando as palavras, Paranaguá dava muito corretamente o seu recado, desempenhava judicioso o seu papel.

Orava com mansidão, sem notável fluência, mas também sem embaraço visível. Saía-se discretamente das refregas, jamais comprometendo a dignidade do seu cargo. Quando lhe argüíram a sua deserção do Partido Conservador, defendeu-se com energia não destituída de eloqüência.

Despido das qualidades brilhantes que geram fanatismos, e, igualmente, ódios ardentes, revelava um conjunto de dotes assaz apreciável e raro. Não ofuscava a ninguém, e ninguém, com justiça, tacharia de escandalosas as suas boas fortunas políticas. General, não despertaria o entusiasmo das tropas, nem as guiaria a feitos estrondosos, dos que dimana a glória, mas as levaria por estradas seguras, cordato e circunspecto, preferindo armistícios e negociações conciliadoras a arriscadas batalhas campais.

Prudência, jeito, discernimento das ocasiões, *savoir-faire*, *savoir-vivre*, tomadas estas expressões no sentido favorável – eis os elementos dos seus triunfos.

III

LAFAIETE

Custou a resolver-se a crise de que se originou o Ministério Lafaiete. Houve mais de uma semana de incertezas e indecisões.

A situação não era clara. Pouco avultada a maioria liberal, bastava que dela se destacasse pequeno contingente, para, unido à minoria conservadora, derrotar o Ministério. Sucedeu isso com Martinho e Paranaguá. Antes de Lafaiete, foram ouvidos vários estadistas e convidados a organizar novo gabinete Saraiva, José Bonifácio e Dantas.

Curiosa a fisionomia da Câmara nesses dias de crise! No recinto, faltava o número de deputados indispensável para funcionar a assembléia. Fervilhavam as ante-salas e corredores. Quanto boato absurdo, quanta disparatada conjectura! Os suscetíveis de entrarem na combinação ministerial ou se metiam em casa à espera do chamado, ou vagavam de grupo em grupo, reservados, com ares misteriosos, sorrisos importantes e olhares protetores. Outros andavam a intrigar pelas residências dos chefes. Era uma ansiedade, uma ebulição geral! Os incumbidos da organização faziam-se de rogados; recusavam-se em começo, alegando moléstia ou incapacidade; cediam afinal, aos rogos instantes dos amigos, recebendo o poder, como um sacrifício!...

A preocupação dominante na maioria era que subisse o partido contrário, dissolvendo-se a Câmara. De uma feita, esse receio atingiu às proporções de fazer alguém propor que a maioria endereçasse um abaixo-assinado ao Imperador, hipotecando apoio a qualquer ministério liberal que se formasse!

Produziu surpresa a nomeação de Lafaiete. No seu discurso de apresentação, ele próprio se declarou homem novo em política, sem autoridade e prestígio para chefe de gabinete. Administrara duas províncias, Maranhão e Ceará. Distinguiu-se como jornalista; notabilizara-se como juriconsulto. Tinha fama de homem erudito e espirituoso, palestrador adorável. Em 1870, assinara o manifesto que agremiou o Partido Republicano. Recolhera-se, em seguida, à penumbra, parecendo dedicar-se exclusivamente a estudos jurídicos. Mas, em 1878, ao inaugurar-se a situação liberal, aceitara a pasta da Justiça no Ministério Sinimbu. Daí em diante, foi vertiginosa a sua carreira. Em pouco mais de cinco anos, viu-se ministro, deputado, senador, conselheiro de Estado, presidente do Conselho, plenipotenciário no Chile. Demonstrou idoneidade sobeja para desempenhar todas essas comissões. Ao iniciar, porém, a presidên-

cia do Conselho causou impressão de desconfiança, supondo-se geralmente que faria *fiasco*, segundo a expressão popular.

Angariou o respeito e a admiração da Câmara, desde a enunciação do programa, efetuada com emoção, grande facilidade de palavra, em estilo conciso, claro, elegante. Estrábico, de óculos, cabeça poderosa, feições acentuadas e especiais, Lafaiete força a atenção de quem o encara, dando idéia imediata de uma personalidade fora do vulgar. Vivacidade de modos, gesticulação insofrida, maneira peculiar de se exprimir em tom cantante, extrema facúndia, tudo o particulariza, tudo grava picante sainete em quanto faz ou diz.

Breve, se patentearam a sua ilustração, o seu chiste, os seus recursos. Tornou-se temido da oposição que lhe moveu guerra inexorável, rebatendo-a ele golpe por golpe. "A política não tem entranhas" – doutrinava e praticava.

Inimitável nas respostas às interpelações que se multiplicaram contra o seu governo!

Como se sabe, nas interpelações, fixava o interpelante, por meio de perguntas, os pontos precisos sobre os quais devia versar o discurso do ministro interpelado. Lafaiete, com inaudita habilidade e malícia, decompunha as interrogações, incutia-lhes sentido algo ridículo; e redargüia em três ou quatro frases definitivas e cortantes, pondo o interpelante em lamentável situação. Reminiscências clássicas, sutis alusões literárias enfeitavam-lhe as curtas orações. Não se alongavam por mais de um quarto de hora. Verdadeiras jóias parlamentares, esmeradamente buriladas, completas, impecáveis. Não despertavam hilaridade ruidosa, mas finos sorrisos, abrindo imperecíveis sulcos na inteligência do auditório. Eram modelos de aticismo, pela graça, ironia, simplicidade, ligeireza na travação das idéias, agilidade no manejo dos argumentos – num sereno fundo cético. E quanto veneno às vezes destilavam! Ficou célebre a resposta de Lafaiete à pergunta impertinente de um deputado: "A minha resposta pode parecer resposta de Sganarello, mas é: pode ser que sim, pode ser que não."

O decreto ordenando a conversão dos bens das ordens religiosas em apólices da dívida pública, o assassinato de Apulcro de Castro, a

questão servil que quotidianamente se avolumava, exigindo solução, e, sobretudo, a exoneração do ministro da Guerra, Rodrigues Júnior, demitido por meio de uma carta do presidente do Conselho, em que este o acusava de tíbio e hesitante na gestão da pasta, suscitaram violentas animosidades contra o Gabinete Lafaiete. Nas sessões de 1884, ocorreram cenas tumultuosas. Uma vez, a oposição exasperada abandonou o recinto, aos gritos, indo protestar na imprensa contra o encerramento prévio de um debate.

No dia em que Lafaiete compareceu para assistir à discussão do orçamento da Fazenda, acolheram-no impetuosas explosões de cólera. O ex-ministro da Guerra, ferido no seu melindre, intimou-o, lívido, possesso, a manifestar os verdadeiros motivos da demissão. Secundou-lhe veementemente o desabafo a numerosa oposição, composta de conservadores e liberais dissidentes, esbravejando ameaças e injúrias contra o presidente do Conselho. Levantou-se este, muito pálido, as narinas batendo, mas firme, deliberado, e disse fleumaticamente que o seu colega saíra do Ministério pela simples razão de ter revelado absoluta inépcia. Declaração tão peremptória e avessa às precauções usuais desconcertou os adversários que, estupefatos, redobram de furor. Sobre Lafaiete impassível caiu uma chuva de doestos, no meio de insólita balbúrdia.

No dia seguinte, ele voltou, e, tomando desde logo a palavra, proferiu um dos mais interessantes discursos do meu tempo. Esse discurso lembra uma metralhadora, disparando, com rapidez incrível, inúmeros projéteis para todos os lados.

A cada um dos agressores da véspera endereçou uma frase contundente, dessas que pegam e deixam sinal. Velaram-se algumas alusões ferinas sob tão apurada forma que os pacientes só as apreenderam após reflexão, reagindo tardia e grotescamente. Foi assim, relativamente a um deputado que se salientara no barulho, a qualificação de *companheiro do leão da fábula*. No momento ele não atinou com o que *companheiro do leão da fábula* significava. Quando lho sopraram, ficou rubro, desatinado, tentando retaliar fora de propósito, o que agravou o cômico da posição em que Lafaiete o colocara.

Indescritível o efeito causado por aquele discurso, de que se citam até hoje pedaços inteiros! No terceiro dia, quando se esperava que recrudescesse o tom pessoal, pois a oposição procurara desforçar-se, Lafaiete ergueu-se, e, tranqüilamente, como se nada de anormal houvera passado, expendeu excelente exposição financeira, rica de dados estatísticos e preciosas informações. Os mesmos gritadores de antes o ouviram atentos. Muitos o aplaudiram.

Em suma, se o Gabinete Lafaiete não realizou reformas, nem legou benefícios eminentes ao país, prestou ao menos um serviço, graças à forte individualidade do seu chefe: inseriu na trivialidade dos nossos anais parlamentares alguns traços originais e artísticos.

IV

DANTAS

Também só após grandes hesitações, organizou-se o Ministério Dantas. Ainda uma vez, o Imperador chamou Saraiva. Foram também ouvidos por Sua Majestade os conselheiros Sinimbu e Afonso Celso, mais tarde Visconde de Ouro Preto. Dantas compreendeu que a questão servil dominava quaisquer outras e o declarou ao soberano, que, de acordo com ele nesse pensar, entregou-lhe o poder. Dantas resolveu, conforme disse repetidamente, intervir na questão a fim de transportá-la da rua para o Parlamento. O programa que adotou quanto a ela, sintetizou-o no lema: não parar, não retroceder, não precipitar.

Constituído o Ministério a 6 de junho, a 15 de julho ofereceu, em nome do governo, o deputado Rodolfo Dantas, filho do presidente do Conselho, um projeto consignando a localização da propriedade servil, a ampliação do fundo de emancipação, a libertação incondicional dos escravos sexagenários. Em 19 dias, Rui Barbosa elaborou sobre esse projeto um parecer monumental, monografia completa, formando grosso volume, referente ao problema do escravismo.

Desde o começo, arcou o Gabinete com violentas resistências. A questão servil excitara os ânimos, trouxera a campo importantes interesses.

Destacaram-se da maioria liberal vários deputados que, unidos à oposição conservadora, moveram implacável guerra ao Ministério. Entre esses liberais dissidentes, assinalou-se o presidente da Câmara, Moreira de Barros, que, no dia da apresentação do projeto emancipador, deixou a cadeira presidencial, exonerando-se para melhor atacar a situação.

Foi renhidíssima a luta. Agrediam, além dos ministros, a pessoa do soberano, a quem atribuíam a nova feição do emancipacionismo. Posto em minoria na Câmara, a 28 de julho, apesar de por ele votarem conservadores abolicionistas, anunciou Dantas a dissolução da assembléia, a fim de consultar o país sobre a política adotada. Mas a dissolução não se tornou efetiva desde logo: o governo não tinha leis orçamentárias, e viu-se forçado a esperar, até setembro, que se discutissem e votassem primeiro uma prerrogativa dos orçamentos anteriores, depois os novos orçamentos.

Moções de desconfiança, interpelações, requerimentos de adiamento, longos discursos protelatórios, refregas de todo o gênero, suportou o Ministério Dantas.

Nessas refregas, distinguiu-se sobretudo o ministro da Guerra, Cândido de Oliveira, alvo principal das investidas oposicionistas. Houve até, a propósito de uma emenda sobre contrato de gás para o Município Neutro, uma sessão de fusão da Câmara com o Senado, coisa que raramente sucedia, sendo essa a 13ª vez, desde a promulgação da Constituição de 1824.

A 3 de setembro, dissolveu-se de fato a Câmara. Tiveram lugar as eleições a 1º de dezembro, no meio de intensa agitação do espírito público. Dantas contava a seu favor com os abolicionistas de todos os matizes, liberais, conservadores, republicanos. Contra ele agremiou o escravismo seus mais fortes elementos. Na imprensa, batalha acesa, sem tréguas.

Apesar de acusado de intrometer-se no pleito, não alcançou Dantas triunfo nas urnas. Foi derrotado seu ministro de Estrangeiros, Mata Machado, e o mais prestante de seus sustentadores, Rui Barbosa. Dos escravocratas venceram os mais graduados paladinos. Os republicanos mandaram pela primeira vez à Câmara três deputados: Campos Sales,

Prudente de Moraes e Álvaro Botelho, os dois primeiros paulistas e mineiro o último. Nos distritos em que se elegeram amigos do governo, apareceram duplicatas, conforme plano previamente assentado de embaraçar por qualquer forma o gabinete.

As primeiras sessões da nova Câmara, em fevereiro de 1885, deram azo a veementes tumultos. Não se podia encetar regularmente os trabalhos. Só depois de longos dias e estéreis porfias, entraram em transação as facções antagônicas, começando a Assembléia a funcionar. Dantas perdeu a eleição da Mesa: os escravocratas coligados elegeram presidente a Moreira de Barros e vice-presidentes a Lourenço de Albuquerque, Antônio Prado e Barão do Guai todos infensos ao Ministério. Esse ganhou apenas, e por poucos votos, a eleição de 1º secretário, cargo para que se designara o autor destas linhas.

Era anormalíssima a situação do Gabinete, com grande parte da mesa contrária a si. Nunca se vira no parlamento o fato de representar o presidente uma opinião e o 1º secretário outra, totalmente oposta. Daí constantes atritos. O presidente Moreira de Barros, ativíssimo, criava ao Ministério todos os possíveis estorvos. Prolongou-se este estado de coisas por três meses, até maio, no meio de curiosas peripécias, votações empatadas, falta proposital de número para as sessões, encarniçadas disputas na verificação dos poderes. Constituía questão de vida ou de morte o reconhecimento de um deputado porque as forças de lado a lado se contrabalançavam.

Ficaram impopulares os deputados oposicionistas; viram-se descatados pelo povo que apoiava entusiasticamente a Dantas. Debateu-se este com perseverança e coragem inauditas. Sucumbiu afinal, numa moção de confiança na qual ficou em minora de dois votos, em consequência da deserção de um dos seus adeptos – apesar de votarem por ele os três republicanos e dois conservadores. Tentou ainda dissolver de novo a Câmara, mas, ao que consta, recusou-lhe o imperador segunda consulta à nação. Dantas então demitiu-se, substituindo-o Saraiva, tantas vezes anteriormente convidado.

No correr de tão áspera campanha, manifestou Dantas elevados dotes parlamentares.

Consistia a sua principal qualidade em ser nimiamente flexível e insinuante. Tivera a habilidade de se colocar a par de uma corrente simpática da opinião. Desarmava pela polidez carinhosa das maneiras. A gente, malgrado seu, sentia-se colhida por ele. Amável para com todos, tornou-se proverbial a sua facilidade em dar abraços. Inalterável o seu bom modo que, entretanto, não excluía às vezes certa energia, mais no tom do que no fundo.

Grande desembaraço de palavra, riqueza de sinonímia, ênfase natural, Dantas diluía a idéia em numerosas e amplas frases. Não caía na trivialidade, mas a extrema abundância levava-o de quando em quando ao lugar-comum. Discutia bem, porém sem precisão. Muita presteza de assimilação, clareza na exposição, patriarcal, agradável, raro atingia a verdadeira eloquência, mas orava com um calor comunicativo e uma segurança que provocavam a atenção e o apoio. Falava horas a fio, sem denotar esforço ou fadiga. Uma vez, após longo discurso, numa sessão agitada, perdeu os sentidos – prenúncios talvez da enfermidade que o levou. Quanto o injuriaram os adversários por causa desse incidente!

Ninguém conversava com ele que não saísse penhorado. Não faltava quem duvidasse da sua sinceridade, achando artificiais as suas efusões. Era, porém, natural o seu desejo de contentar e servir. Não se lhe aponta um só ato de perfidia ou deslealdade. Nada havia de calculado nas suas maneiras dengosas e envolventes. A benignidade e a bonomia formavam a essência do seu caráter, afável em extremo. Nunca fez mal a ninguém.

Baixo, grosso, óculos azuis, voz cariciosa, inspirou dedicação a inteligências superiores, como Nabuco, Patrocínio, Rui Barbosa. Sólido combatente, sofria sorrindo duros embates. Gostava dos *novos*, auxiliava-os, folgava com os seus triunfos. Sabia ser amigo. Nas relações particulares e na família, era inexcédível em delicadeza e meiguice. Apreciava as exterioridades e a popularidade – incapaz de resistir a um impulso da multidão. Nisso satisfaz as suas ambições: o seu Ministério alcançou calorosos aplausos de rua; seu nome gozou algum tempo de genuíno favor público. Seu ar constante, era o de um pai de família bonacheirão no meio dos seus.

44 Oito Anos de Parlamento

Cabe a Dantas uma glória incontestável: foi o precursor da Abolição total e sem indenização do cativo. Afrontou a reação escravista; lutou e sofreu pela idéia da emancipação; conquistou galhardamente um lugar ao lado de Eusébio, Rio Branco e João Alfredo.

O Ministério Dantas, se não produziu fundos traços na administração pública, marca uma época de alvoroço salutar e fecundo. Não fraquejou: aceitou a porfia em todas as arenas, fez face a poderosos elementos confederados contra si, e, se os não venceu, nada poupou para os vencer, deixando-os malferidos. Assinalou o período agudo da propaganda abolicionista, o assalto decisivo de que resultou o triunfo. A causa abolicionista muito deve à iniciativa, ao denodo de Dantas. Deu um passo definitivo sob o seu governo que incitou a vida nacional. Dantas não comandou as hostes que entraram na Terra da Promissão, mas aproximou-se dela, avistou-a de um alto, como Moisés do Monte Nebo, côncio de que contribuirá eficazmente para a solução final, alcançada três anos mais tarde.

As magnas reformas abolicionistas referendaram-nas chefes conservadores, como os citados Eusébio, Rio Branco e João Alfredo. Dantas salvou com o seu projeto a dignidade do Partido Liberal que só à última hora se converteu em massa ao abolicionismo. Verdade é que em 1867, durante a guerra do Paraguai, o Ministério 3 de agosto, presidido por Zacarias e de que faziam parte Dantas, Martim Francisco e Afonso Celso, inserira na Fala do Trono um período chamando à consideração das Câmaras para o elemento servil, de modo *a serem atendidos os altos interesses ligados à emancipação*. Esse Ministério, além de inestimáveis serviços de guerra, prestou o de destruir os últimos vestígios do exclusivista regime colonial, franqueando aos navios mercantes de todas as nações a navegação do Amazonas, de alguns dos seus afluentes e dos rios Tocantins e São Francisco.

Em suma: se ser homem de estado consiste no discernir e encarnar em oportuno momento as generosas aspirações de um povo, confiando na justiça do futuro, e apressando, através formidáveis óbices, a realização dessas aspirações, não se pode recusar a Dantas o glorioso título

de estadista. Seu nome será sempre lembrado, ao se tratar da abolição do cativeiro no Brasil.

V

SARAIVA

Eis um dos nossos homens públicos mais famosos e de cuja personalidade ainda ninguém instituiu exame completo. Há quem o denomine varão de Plutarco. Talvez quem o estudar minuciosamente não adote sem reservas essa denominação.

Nunca trocamos palavra, apesar de ser eu primeiro-secretário da Câmara quando ele exerceu pela segunda vez a presidência do Conselho, de 6 de maio a 20 de agosto de 1885. Nesse período ocorreu a morte de sua virtuosa esposa, o que lhe aumentou o habitual retraimento. A Câmara – caso virgem no meu tempo –, votou uma moção de pesar pelo óbito, e nomeou uma comissão para acompanhar o enterro.

Isso mostra o grande apreço em que Saraiva era tido.

Compareceu várias vezes às sessões para discutir assuntos atinentes à sua pasta e o projeto sobre o elemento servil que apresentou em substituição ao de Dantas, projeto que se converteu na lei de 28 de setembro daquele ano.

Presto testemunho de que Saraiva possuía o dom supremo, que, segundo Emílio Olivier, "não é dado nem pelo estudo, nem pelo talento, nem pela vontade –, dom que nenhuma aprendizagem confere, e é o sinal da predestinação à grandeza – o dom da autoridade. Sabia inspirar confiança e dedicações. Achavam tão natural que ele mandasse, que obedecer-lhe não diminuía a ninguém. Enfim, obteve da sorte o favor sem o qual todos os dons de nada servem: foi feliz!"

Sim, Saraiva foi o chefe político mais feliz dos últimos trinta anos da Monarquia. Nunca encontrou lutas ou dificuldades na carreira política.

Tudo lhe sorria. As altas posições o requestavam. A situação liberal de 1878 a 1885 pode chamar-se a situação Saraiva. Em todos os Ministérios, exerceu predomínio. Foi chamado e instado em todas as crises

de então, para organizar gabinete, não organizando porque não lhe aprouve. E fazia-se esperar, fazia-se rogar quando o governo lhe era oferecido; permanecia impassível no seu engenho da Pojuca, com os olhos benévolos do país fixos na sua pessoa. Gozou, como ninguém, da confiança imperial.

O Imperador (e Saraiva disso se vangloriava) praticava docilmente o que ele queria. O seu partido o acatava e venerava em máximo grau. Os adversários não cessavam de o elogiar, apontando-o como exemplo, apelando para o seu critério. Era o sábio Nestor, o Messias, respeitado sem exceção. Por conseguinte, se o Império, no derradeiro período, seguiu rumo errado e cometeu faltas, a maior responsabilidade cabe a Saraiva que podia ter orientado de modo diverso esse rumo e evitado tais faltas.

Mas donde provinha o indisputável e extraordinário prestígio de Saraiva? Fisicamente, era um bonito homem, alto, ereto, olhos azuis, traços corretos, maneiras secas, ar frio. Percebia-se que se julgava superior a todos, sentindo no fundo por todos certo desdém. Falava muito da sua honestidade, honestidade que os seus íntimos viviam a apregoar em tom extático e maravilhado. "Oh! a honestidade de Saraiva! Oh! a probidade de Saraiva!..."

Com efeito, não sofria dúvida tal probidade, característica, aliás, dos homens políticos do antigo régimen. Entretanto, nisso de probidade não se compreendem graus: ou alguém é probo, ou é improbo. Mais probo ou menos probo não se admite perante a moralidade. A probidade é uma obrigação estrita; não constitui título, por si só, para elevar um homem às culminâncias sociais e lhe granjear universal consideração. A probidade está para o espírito como a limpeza para o corpo. E simplesmente por andar asseado, tomar banho e detestar sujidades, ninguém faz jus a governar os outros. Que se pensaria da mulher honrada que vivesse a anunciar a sua honradez, ou da donzela que alardeasse a sua virgindade?

Saraiva nunca se achou em situação que pudesse determinar dúvidas a seu respeito. Sem filhos, sem parentes próximos, sem zelo partidário, com raros amigos íntimos, provido de bens de fortuna, fácil lhe era

desafiar a calúnia. Seja como for, inspirava respeito e confiança inigualáveis. Possuía, pois, predicados especiais, exercia magnetismo pessoal pouco vulgar. Bom senso, faro agudo das ocasiões, arte em as aproveitar, idéias claras e práticas, confiança em si, conhecimento do meio em que vivia, prudência, altivez, decisão, jeito sob aparências rudes, manha disfarçada em explosões de brutal franqueza, conferiam-lhe inquestionável superioridade. Ave de vôo curto, mas sabendo bem onde pousar, era, ao que dizem, como o definia Tavares Bastos.

Desdenhava exhibir-se. Ao jeito dos remadores, dava costas, ao alvo colimado, caminhando para ele. Ao invés de Dantas, não se esforçava por agradar, preferindo impor-se. Seguia as práticas orientais: sabia esquivar-se, ocultar-se, rodear-se de mistério, o que dobrava a curiosidade e aumentava o interesse relativamente à sua pessoa.

Pouco ilustrado, só lendo, ao que confessou, a *Revista dos Dois Mundos*, sem elevação de vistas, falava em tom de conversa, com a maior simplicidade e incorreção. Por isso mesmo agradava, conseguindo o fim supremo da eloquência – a persuasão. Era ouvido com deferência e prazer. Voltava-se todo para os adversários, cujo aplauso e adesão buscava, mesmo em detrimento dos correligionários. Mostrava certa habilidade em ferir o ponto essencial das questões, de um modo bruto e frisante, não despidido de originalidade. Dos seus discursos nenhum sofre a leitura, ou pode ser citado, apesar de só serem publicados após repetidas revisões de amigos. Não sobreviveu deles uma única frase impressionante. Locomotiva de carros vazios, Saraiva arrastava após si extensa fila de políticos medíocres, mas devotados, que o acompanhava cegamente em todos os lances, emprestando-lhe aos atos e orações alcance sobrenatural e esposando-lhe não só as idéias, como os rancores e prevenções.

O projeto sobre o elemento servil apresentado por Saraiva pouco diferia na essência do de Dantas. Como o deste, consignava o princípio da liberdade sem indenização de escravos com certa idade – 65 anos. E o projeto de Dantas foi guerreadíssimo pelos conservadores, aliados aos liberais dissidentes, enquanto o de Saraiva mereceu, mais que a condescendência, o assentimento desses mesmos opositoristas. Coisas de simpatia, de sorte, de misteriosas e inexplicáveis instigações, Saraiva *calhava*, como se diz em Portugal.

O seu programa, ao comparecer ele à Câmara, na sessão de 11 de maio de 1885, leu-o num pequeno e amarrotado pedaço de papel. Consistia em curtas e vagas promessas de resolver os problemas financeiro e servil. Por encanto, cessou a agitação produzida por Dantas. Andrade Figueira assegurou ao novo Gabinete a complacência dos conservadores. Lourenço de Albuquerque o saudou, em nome dos ex-dissidentes liberais. Saraiva, em seguida, pediu um armistício aos partidos para se decidir a questão servil. Não colocava essa questão no terreno político, mas a considerava questão aberta, rogando aos conservadores que colaborassem com ele no preparo da respectiva lei. Não ligava importância ao meio por que passasse a reforma, o essencial era que passasse. A 12, foi apresentado o projeto, cuja discussão brevemente se iniciou e correu calma. Saraiva tomou parte ativa no debate.

Mas, quase no fim da sessão, foi eleito inopinadamente deputado Joaquim Nabuco, representante do abolicionismo radical e intransigente. Com a entrada de Nabuco, ganharam as discussões mais calor. Manifestaram-se em oposição Bezerra Cavalcanti, José Mariano e outros. Habitado a não ser contrariado, Saraiva impacientou-se. Diante da sua atitude algo arrogante, excitaram-se, excederam-se o ânimos. Houve discursos tempestuosos, suspensões de sessão. José Mariano, sobretudo, tratou o presidente do Conselho com bastante aspereza.

Saraiva havia declarado que só se retiraria, em virtude de um voto positivo da Câmara de que não confiava nele para resolver o problema servil.

Sem embargo, inexplicável e inesperadamente, quando o projeto ainda não se achava definitivamente aprovado na Câmara, dirigiu uma carta ao Imperador apresentando a exoneração do Ministério, baseando o seu procedimento em inanes razões. Nem quis aconselhar o monarca sobre a crise assim aberta, nem indicar sucessor. Ouvidos pelo Imperador o presidente da Câmara, Pádua Fleuri, e o do Senado, Cotegipe, tentou-se ainda uma reorganização liberal, presidida por Paranaguá. Recusando-se Paranaguá, amigo íntimo de Saraiva e seu colega no gabinete demissionário, foi chamado Cotegipe, que constituiu o Ministério de 20 de agosto. Ascenderam destarte ao poder os conservadores, findando-se

a situação liberal, inaugurada por Sinimbu em 1878, a qual em 7 anos tivera 7 Ministérios.

Macaulay, nos seus *Ensaio Históricas e Biográficas* analisa um curioso tipo de estadista inglês – William Temple. Temple, diz o grande escritor, é um desses homens que o mundo está acostumado a louvar, sem os conhecer bem, e que mais perderiam do que ganhariam com um exame minudencioso. Sem o menor espírito de sacrifício, moderado, frio, íntegro, não traiu, nem oprimiu o seu país, mas nunca se arriscou por ele. Evitou, não raro, os altos cargos do Estado, com precauções quase pusilânicas. Em havendo perigo, retirava-se. À feição de Luís XIV, só marchava para os assédios, quando seus oficiais declaravam certa a vitória, a fim de não comprometer a dignidade régia. Surgia, então, de capacete e cetro, freqüentava as barracas, presidia os conselhos, ditava as capitulações, recebia as chaves das cidades vencidas, e regressava a Versalhes, onde se lhe dizia que só a ele cabia sempre a infalível glória do triunfo. Essa infalibilidade de alguns estadistas, provém apenas do receio extremo das responsabilidades. Antes abandonar o país ao embaraço do que se colocarem eles em embaraço! É a sagacidade de se distinguir sem passar por perigos. Temple nunca praticou ação merecedora e censura categórica, mas devia-se esperar mais de um homem dotado de tantas qualidades e elevado a tão grande situação. Desfrutou todas as vantagens da política, livre sempre dos seus aborrecimentos. Recuava no cumprimento de seus deveres, desde que se tornavam árduos ou desagradáveis, isto é, desde que importava cumpri-los com resolução. Era ambicioso, mas adotava por princípio procurar, antes de tudo, o bem-estar e a segurança de sua pessoa.

Não gostava de assumir posições nítidas, nem de incorrer em censuras, nem de criar inveja. Amigo morno, incapaz de incômodo, esforço ou sacrifício, queria gozar o que possuía, deixando o mundo se arranjar como pudesse. As suas recusas do poder derivavam mais de sua repugnância ao obstáculo e ao perigo, do que de escrúpulos de honra e de consciência. Ante a revolução, mostrou-se neutro, transferindo ao novo regímen a fidelidade lânguida que o animava no antigo. Retirado, pouco o visitavam; apenas alguns fiéis e alguns curiosos caminhavam 30 milhas

para o ver. Nunca ultrapassava a superfície de uma questão, pois, não era pensador, porém simplesmente provido de entendimento vivo e observador.

Afeito a cuidados respeitosos, irritada a suscetibilidade por anos de reatamento e lisonja, nimamente egoísta, mas prudente e avisado nesse egoísmo, sabia melhor que a maioria dos homens o que realmente queria achar na vida e procurava conseguir o que queria com inteligência pouco ordinária. Temia mais naufragar do que ambicionava triunfar. Em última análise, conclui Macaulay, não compete a Temple na História lugar muito alto. Homens de estado que cometeram graves faltas, merecem mais estima e respeito do que esse infalível e feliz.

Saraiva argüido de uma feita por não ter tomado certa resolução oportuna respondeu: "A medida era boa, mas arriscada; não a pus em prática porque se acertasse, ninguém me agradecia, e se errasse todos me caíam em cima." Nesta resposta se sintetiza a sua filosofia política. Tinha, pois, várias afinidades com William Temple. Aplicam-se-lhe não todas, porém várias das apreciações que sobre o estadista inglês colhemos em Macaulay.

VI

COTEGIPE

Eu não conhecia Cotegipe senão através da legenda que dele haviam formado os liberais em oposição: leviano, sarcástico, habilidoso. Caíra mal, em 1877, no Ministério Caxias, sob o peso de uma aliás caluniosa acusação que afetava o seu escrúpulo de homem particular: a questão das *popelines*. Quem hoje lê desprevenidamente os debates sobre o assunto, há de reconhecer que Cotegipe se defendeu com a maior dignidade e de modo completo da mais injusta e odiosa das agressões. Na época, o incidente fora explorado largamente pelos adversários do famoso chefe conservador.

Ei-lo, menos de oito anos depois, que volta à tona, não como simples ministro, mas ocupando a presidência do Conselho! Na sessão em que se apresentou, 24 de agosto de 1885, parecia a princípio hesitante e

timorato, diante da algazarra da maioria liberal para quem fora dolorosa surpresa a mudança da situação política. Assaltado de interrupções, dirigindo-se a um auditório quase todo hostil que procurava perturbá-lo, arrancar-lhe declarações inconvenientes, prejudicá-lo de qualquer maneira, Cotegipe breve recuperou o sangue-frio, manifestando os dotes principais do seu raro espírito: calma, graça, prontidão de réplicas felizes, lucidez, sobriedade e força de dialética, alto descortino.

Absolutamente senhor de si na tribuna, só dizia o que calculara dizer, sem uma frase de mais ou de menos, um termo descabido, uma entonação imprópria, se bem recorresse, às vezes, à linguagem um tanto chula.

Construía vagarosamente os períodos, nunca se precipitando, pesquisando e achando as locuções adequadas, suprimindo, não raro, as palavras por um gesto ou um meneio de cabeça expressivo e característico. Segurava um lápis entre dois dedos, consultava um documento, servia-se do lenço, manejava a luneta, com inexecedível donaire, lembrando os galantes ademanes dos apurados marqueses no velho regímen. O modo de limpar a luneta, assestá-la sobre o nariz, fitar, em seguida, demoradamente o contendor, constituía por si só desconcertante resposta.

Baixo, magro, pequeno, ladino, a exalar malícia e ironia por todos os traços, tinha um perpétuo ar de troça, de moleque, como vulgarmente se diz.

"Cotegipe, que finório!...", era a exclamação que de ordinário suscitava.

Sem a volubilidade de Martinho, a circunspecção burocrática de Paranaguá, a afabilidade vivaz de Dantas, a mordacidade de Lafaiete, a altanaria de Saraiva, parecia estar sempre a debicar o próximo, despertando, entretanto, confiança e simpatia. Quando ele assomava à tribuna, ficava-se na espera de alguma coisa galhofeira e imprevista, de forma que desde logo captava a atenção.

Delicadas as maneiras, embora eivadas de leve desdém aristocrático. No modo de haver-se, de se exprimir, no todo, recordava Talleyrand,

mas um Talleyrand honesto, incapaz de perfídias e traições. O seu grande desembaraço, a sua naturalidade, os seus recursos oratórios, o seu talento de tratar gravemente os assuntos frívolos e ligeiramente os assuntos graves tornavam-lhe os discursos sumamente aprazíveis. Primava pela clareza, simplicidade de forma e bom senso dos conceitos a sua argumentação elegante, ágil, fluida. Prendia tanto como a sua palavra a sua figura, de solerte fealdade.

À semelhança de Martinho, não tomava notas, enquanto falava o adversário: mas, em voz baixa, resmungava remosques, ouvidos das pessoas mais próximas, ou encarava de fito o orador a quem ia responder, entreabertos os lábios delgados em enigmático sorriso. Erguia-se preguiçosamente, ao lhe tocar a vez, e, guiado apenas pela memória, tocava em todos os pontos do discurso antecedente, só omitindo aquilo que lhe convinha omitir. Não agredia; fazia a guerra *en dentelles*, capaz, todavia, de atos de arrojo e de golpes mortais.

Finamente cético, doado de notável facilidade de assimilação, aceitando as coisas quais elas se apresentam, sem tentar modificá-las ao sabor das suas pretensões, buscando em tudo o lado ameno e divertido, destro no meneio dos homens, arteiro, sagaz, escolhendo no Ministério de 20 de agosto a pasta de Estrangeiros, escolheu aquela para que possuía, na realidade, maiores disposições. Era essencialmente um diplomata, equilibrando-se airoso no meio de intrincadas negociações, sorrindo faceto nas situações mais inquietantes, cheio de *sous-entendus* e mesmo de ronha e malícia.

Nada disso excluía notável intuição política. Emitia sentenças agudas, juízos proféticos, muitos confirmados pelos acontecimentos. O seu discurso, no Senado, a 12 de maio de 1888, véspera da lei abolicionista, é um modelo de penetração e clarividência. Quanto vaticínio desse nobre e corajoso discurso não se efetuou!

Profundamente versado no sistema e na história parlamentares, esclarecia freqüentemente o debate com oportunas citações. Interessantíssima a sua conversação – fecunda em anedota, observações chistosas, juízos seguros!

A falta aparente de gravidade não diminuía o respeito que ele inspirava, tamanhas a sua dignidade e superioridade! Não permitia familiaridades descabidas: sabia pôr delicadamente cada um no seu lugar.

Governou mais de dois anos com moderação, e, em geral, com felicidade. Sob a sua direção, promulgaram-se as relevantes medidas financeiras de Francisco Belisário, ministro da Fazenda no gabinete por ele presidido. Não houve, durante esse período, nenhum escandaloso conflito parlamentar. O erro capital da sua administração consistiu em querer opor-se à torrente abolicionista que quotidianamente se avolumava, e, afinal, assoberbou todas as resistências.

Numa coisa Cotegipe mostrava-se intransigente, elevando o tom ao se tratar dela: a honra e a grandeza da Pátria. Como plenipotenciário no Paraguai, logo após a terminação da guerra, revelou decisão e energia consideráveis. Não admitia que outro povo disputasse primazia ao Brasil no continente sul-americano. Irritavam-no sobretudo as veleidades argentinas. No litígio de Missões, em que nos coube vitória cabal, graças ao laudo do presidente Cleveland, em virtude do tratado de arbitramento de 7 de setembro de 1889, firmado pelo Ministério Ouro Preto, Cotegipe prestou inolvidáveis serviços, sempre alerta, proclamando e defendendo constantemente o direito e os interesses nacionais. Era um ardente e prestante patriota.

Atribui-se-lhe até hoje muito provérbio parlamentar, muito dito picante. Nem tudo lhe pertence, mas só aos ricos se costuma emprestar. O fato prova que a sua figura dicaz persiste na imaginação pública. Consta que, ao convidar João Alfredo para organizar o ministério encarregado de solver o problema servil, dissera a Princesa Imperial Regente a Cotegipe demissionário: "Então, ganhei ou não?..." – O experimentado estadista retorquira: "Vossa Alteza ganhou a partida, mas perdeu o trono."

Cotegipe teve a morte de acordo com a linha geral de sua vida. Ao sair do banho, sem acusar dor alguma, enquanto um criado lhe atava o cordão da ceroula, de súbito descaiu-lhe o corpo; expirou. É o que os gregos chamavam *eutanasia*, – a boa e doce morte, a dos amados pelos deuses. Júlio César assim a queria – *repentinam atque inopinatam*.

VII

JOÃO ALFREDO

Foi o homem público que durante mais tempo, na Monarquia, seguidamente ocupou o cargo de ministro de estado em nosso país – cerca de 5 anos, de 29 de setembro de 1870 a 25 de junho de 1875. Sua longa gestão assinalou-se por numerosos e relevantes atos e melhoramentos – criação da repartição de estatística, fundação de grande número de escolas primárias, reforma do ensino superior, primeiro recenseamento regular da população do Império, e muitos outros.

João Alfredo granjeara fama de enérgico, tenaz, astuto, excelente arrematador, sabendo, como poucos, fazer e dirigir partidários. Os seus desafetos imputavam-lhe vistas curtas, gênio rancoroso e vingativo. Eram injustos. Os fatos mostraram que na generosidade está um dos traços salientes do caráter de João Alfredo.

Tornou-se célebre o modo como regeu a maioria, no correr das discussões da primeira lei sobre o elemento servil, a de 28 de setembro de 1871, cuja adoção se deve em magna parte ao seu esforço. Asseveravam que lhe falecia capacidade oratória. José de Alencar, ao que se narrava, designava as raras arengas de João Alfredo como pertencendo a gênero indefinido – grandes demais para apartes, pequenas demais para discursos. Silveira Martins o designava como membro da Academia dos Silenciosos da Pérsia.

O certo é que João Alfredo gozava de vasto e verdadeiro prestígio. Avultado número de homens inteligentes o escutava e seguia. Rosa e Silva, depois vice-presidente da República, militava entre os seus soldados. A reserva que guardava, o próprio retraimento da tribuna aumentavam-lhe a autoridade. Viviam os adversários a interpretar-lhe os menores gestos, a decifrar-lhe as intenções. Apesar do seu mutismo, era um dos chefes consagrados, com quem mais se preocupava a opinião.

É verdade que, a par desse mutismo de tribuna, sem dúvida calculado, João Alfredo recebia muitas visitas, viajava, aparecia nos lugares públicos, acompanhava com atenção e assiduidade os debates, mostrava-se nas conversações conhecedor de todos os negócios do Estado. E assim

se fazia constantemente lembrado, sem emitir opinião em público, sem se comprometer.

Os altos assuntos em que intervieram, a amizade que o ligava a Rio Branco, as obras efetuadas durante o seu Ministério encareciam-lhe a importância, realçada pelo mistério de que ele se cercava. Nos últimos anos do Império, elevava-se a notável situação, ponderosa e incontestada. "Uma força reservada para solenes emergências", eis a idéia que o seu nome evocava. Que seria, na verdade, esse personagem pequeno, feições acabocladadas (descende realmente de um cacique aborígene), fisionomia quase sempre fechada, como que carregada de austeros pensamentos, e cujo mesmo sorriso parecia impregnado de graves cogitações?

A 7 de março de 1888, retirou-se o Gabinete Cotegipe, – ostensivamente em consequência do conflito entre a política e a Armada, proveniente da prisão arbitrária de um oficial de marinha reformado – verdadeiramente por não lhe ser mais possível resistir à propaganda abolicionista, vitoriosa em todo o Brasil. João Alfredo rejeitara entrar para esse gabinete, mas exercera, sob ele, com felicidade, o cargo de presidente de São Paulo. Convidado a substituir Cotegipe, organizou a 10 de março seu esperado Ministério. Chegara o momento de vê-lo em ação.

Na organização, manifestou habilidade, chamando a si dois dos mais eminentes sustentáculos de Paulino de Sousa, seu êmulo – Ferreira Viana e Tomás Coelho, – bem como um dos melhores auxiliares de Cotegipe, Rodrigo Silva, que passou do Ministério demissionário para o novo.

Até maio, nada praticou de considerável o gabinete 10 de março, porém não amorteceu, antes aumentou a confiança do Abolicionismo, cujo movimento triunfal recrudesceu de hora em hora. Conquanto fosse convicção geral que João Alfredo proporia a abolição imediata e incondicional, à vista da pressão exercida de todos os lados – pois os principais interessados, os cativos, haviam tomado a palavra, efetuando o êxodo em massa das fazendas, e a força pública se recusava a lhes embargar o passo – todavia temiam-se hesitações, meias-medidas, transigências com o elemento escravagista.

Abriu-se a Assembléia-Geral. Aguardava-se com impaciência a apresentação do Gabinete. A Fala do Trono, lida pela Princesa Imperial Regente, manifestara eloqüentemente as intenções governamentais, satisfazendo os mais insofridos. Subsistia a ansiedade em ouvir João Alfredo, calado havia tanto tempo. Careceria realmente de dotes oratórios?

A 10 de maio, ergueu-se ele na Câmara, para expor o seu programa, no meio de solene silêncio e ingente expectativa. Extraordinário o efeito do seu breve discurso, que provocou em vários tópicos delirantes aclamações. Discurso sóbrio, preciso, magistral! Nós, os da oposição, ficamos atônitos. "É o assunto que o inspira – explicávamos. – A idéia abolicionista dá calor e brilho aos mais mediocres. O presidente do Conselho não deve ser julgado só por essa curta oração. Esperem os amplos debates em que haja de medir-se com parlamentares de pulso."

E os amplos debates vieram, violentos, azedos, implacáveis. João Alfredo arcou com os mais destemidos campeões liberais e da dissidência conservadora; com Gomes de Castro e Lafaiete, entre outros. Durante a sessão legislativa de 1888, coagiram-no a ocupar repetidamente a tribuna, tratando das mais variadas matérias, rebatendo, quase sempre de improviso, acres e porfiadas investidas.

Não o poupavam. A Abolição acirrara os escravocratas, exacerbados pelas demonstrações ruidosas dos vencedores. E João Alfredo bateu-se com galhardia, saiu-se bizarramente de todas as conjunturas.

Via-se que não falava de bom grado, mas cedia à necessidade de falar, deixando de o fazer, sempre que podia. Dir-se-ia medroso de se exhibir. Uma vez na tribuna, o orador se patenteava. Voz firme, cheia, severa, gesticulação discreta, tom cortês, embora um pouco dogmático, linguagem correta, mesmo com certa preocupação de classicismo, citações adequadas de fatos históricos, concisão, nitidez – tudo o colocava na categoria dos mais abalizados parlamentares.

Mas, é tal a força das reputações estabelecidas e dos juízos preconcebidos, que ninguém, naquela época, se atrevia a confessar a superioridade oratória de João Alfredo. Contestavam-na, censurando, pretendendo amesquinhar a forma e o fundo de seus excelentes discursos.

Muitos se retiravam adrede para o não ouvir, declarando não valer a pena escutar banalidades.

A verdade é que na Câmara o chefe do gabinete 10 de março afrontou triunfalmente todas as refregas. Atacado no seu melindre pessoal, defendeu-se com sobranceira dignidade. O que ninguém lhe negava era o dom de exercer influência sobre os que o cercavam. Seus modos sentenciosos e frios, longe de lhe afugentar, criavam-lhe e afevoravam-lhe afeições. Havia quem o plagiasse, tentando imitar-lhe os ares nebulosos e o estilo oratório.

Se João Alfredo cometeu erros, tem um nome indisputavelmente glorioso, pois se acha ligado às duas leis emancipadoras – 28 de setembro de 1871 e 13 de maio de 1888. A lembrança de tais erros se apagará, permanecendo e avultando a de que sob seu governo se extinguiu a escravidão. Presidente de província, ministro, presidente do Conselho, senador, conselheiro de estado, deixou em toda parte vestígios da sua passagem, e, se pouco falou, muito agiu. Possuía uma qualidade rara em políticos: sabia calar-se adquirindo assim maior nomeada do que a de vários que se esbofavam nas discussões. Na vida parlamentar, nem sempre falar amiúde constitui o mais acertado método. A fama, em política, como em tudo, não a ganha quem a quer, mas quem a merece. O prestígio provém de um dom inato, de um magnetismo inescrutável.

João Alfredo, muito lido em História e biografias de grandes homens, inspirava-se, decerto, relativamente ao procedimento parlamentar, numa apreciação de Cornelis de Witt a respeito de Washington (*História de Washington* – Cap. II, *in fine*).

Washington, narra aquele escritor, influía decisivamente sobre a assembléia dos burgueses da Virgínia, onde teve assento durante 15 anos, mas tranqüilamente, sem ruído, pela única autoridade do seu critério, da sua experiência, e do seu caráter. Orando pouco, não intervindo nos debates tempestuosos ou pessoais, mas sempre pronto a manifestar claramente seu modo de pensar nas questões vitais, atuava no espírito dos homens menos pela arte com que sustentava suas opiniões do que pela confiança que despertavam sua firmeza e retidão. Pode-se julgar do que ele praticava pelos conselhos que deu a um seu sobrinho, quando este

entrou pela primeira vez na assembléa: se desejais obter a atenção do auditório falai raramente e só sobre assuntos relevantes, exceto em se tratando de negócios que interessem de perto vossos comitentes. No primeiro caso, procurai conhecer a fundo a matéria, tornando-vos senhor dela; não vades jamais além de certo calor conveniente; expõe vosso parecer com modéstia. Posto que logre acarretar convicções, o tom imperioso fere sempre...

VIII

VISCONDE DE OURO PRETO

O Visconde de Ouro Preto que sucedeu a João Alfredo, organizando o Ministério de 7 de junho de 1889, só uma vez compareceu à Câmara no meu tempo: a 11 daquele mês, para apresentar o Gabinete.

Pronunciou então dois discursos, o primeiro enunciando o seu programa de largas reformas, o segundo retorquindo aos veementes oradores que o atacaram, dois dos quais se declararam republicanos. O padre João Manuel, um deles, terminou a sua calorosa profissão de fé com o grito de – *Viva a República!* – nunca ouvido no Parlamento. Imagine-se a agitação produzida!

O Visconde de Ouro Preto, no dizer de seus próprios inimigos, esteve na altura das tremendas responsabilidades que aceitara. No seu discurso de réplica, fremente de indignação, inflamado de patriótica bravura, lampejou a mais alta eloquência. Dominou o auditório, a maioria infenso, arrancou-lhe aclamações e impôs-se.

Ao viva sedicioso e aplaudidíssimo de João Manuel, ergueu-se impetuosamente e com energia, conforme rezam os *Anais*, exclamando: "Viva a República, não! Não, e não; pois é sob a Monarquia que temos obtido a liberdade que outros países nos invejam, e podemos mantê-la em amplitude suficiente para satisfazer o povo mais brioso! Viva a Monarquia! – que é a forma de governo que a imensa maioria da nação abraça, e a única que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza! Sim! Viva a Monarquia brasileira, tão democrática, tão abnegada, tão patriótica que seria a primeira a conformar-se com os votos da nação, e a não lhe opor o menor

obstáculo, se ela pelos seus órgãos competentes manifestasse o desejo de mudar de instituições!"

Estas palavras, segundo ainda os *Anais*, levantaram aplausos entusiásticos e prolongados, no recinto e nas galerias, e grandes demonstrações de adesão, abafando por momento a voz do orador.

O bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, que assistiu a esse memorável debate, um dos mais valiosos e ardentes do parlamentarismo brasileiro, declarou, após o discurso do visconde de Ouro Preto: "Acabo de ter idéia do que foi uma sessão na Convenção Francesa!"

.....

VII -- Os presidentes da Câmara

*D*e nenhum dos doze deputados que dirigiram a Câmara, no período de que me ocupo, pode dizer-se com justiça que houvesse sido mau presidente, indigno de tão alta função. Houve uns mais energéticos, mais espirituosos, mais flexíveis, mais maneirosos, mais conhecedores do regimento do que outros. Desempenhavam todos discretamente sua missão, correspondendo à confiança dos seus pares. Sobretudo, procuravam zelar os direitos da oposição, atenuando, quanto possível, as imposições da maioria, procedendo, em geral, com imparcialidade. Os oposicionistas entendiam-se direta e familiarmente com eles. Nos mais calorosos debates, a autoridade deles foi sempre acatada. Nunca se lhes faltou ao respeito, nem eles jamais faltaram ao decoro.

Considerado um oitavo ministro, o presidente da Câmara saía dali ordinariamente para o governo ou para o Senado. Nos últimos tempos da Monarquia, estabeleceu-se a praxe de ser ele consultado nas mudanças ministeriais. O imperador mandava chamá-lo, a fim de o ouvir sobre a crise pronunciada.

Logo que um deputado era eleito presidente, tirava-se-lhe o retrato para uma longa e curiosa galeria existente no grande salão próximo ao das sessões. Essa galeria notável e insubstituível, formada desde a Constituinte de 1823, dispersou-se por ocasião do advento da República, ou

ao se mudar a Câmara do Paço da Rua da Misericórdia para a Quinta de São Cristóvão, onde funcionou algum tempo. Não se sabe que fim levou a preciosa coleção, organizada com paciência e trabalho, durante mais de 60 anos.

Em época pouco anterior à minha entrada no Parlamento, o presidente regia os trabalhos solenemente, de casaca, como em França. Não mais se usava, em 1881, esse traje de cerimônia, mas o presidente, bem como os deputados, observavam austera compostura no vestuário, comumente preto ou escuro. Nenhum se atrevia a ostentar roupas claras ou ajanotadas, gravatas vistosas, flores ao peito, o que, aliás, se pratica na Inglaterra e nos Estados Unidos. A mesa presidencial achava-se colocada sobre alto estrado, em face das bancadas em hemicíclo, debaixo de majestoso docel, semelhante ao de um trono. Daí o presidente dominava a assembléia.

Os doze presidentes a que me referi foram: Martinho Campos, Martim Francisco, Ferreira de Moura, Lima Duarte, Moreira de Barros, Alves de Araújo, Franklin Dória, André Fleuri, Andrade Figueira, Gomes de Castro, Barão de Lucena e Carlos Afonso. Este último só serviu nas sessões preparatórias da legislatura extraordinária de 1889 dissolvida pelo levante militar, isto é, de 3 a 14 de novembro. Martinho Campos presidiu também por pouco tempo, menos de um mês, em sessões preparatórias. Nenhum debate renhido se travou sob a sua direção. O mesmo sucedeu com Martim Francisco.

Moura presidia timoratamente, receoso de desagradar e de ser obrigado a falar, pois não era orador.

Lima Duarte, de cujo caráter a bondade constituía a feição primordial, presidia paternalmente, com excessiva simplicidade. Todos o estimavam, e rendiam preito às suas delicadas prendas de coração, ao seu trabalho lhano, à sua pachorra inalterável.

Estatura agigantada, ampla barba, nariz recurvo, no todo muito parecido com a imagem de Henrique IV, fazia bela figura na poltrona presidencial. A sua intervenção nos debates revestia quase sempre a forma de pedido. Era obedecido mais por uma concessão à sua doçura do que pelo reconhecimento da sua autoridade.

Eis, entre muitos, um traço da sua singeleza: como estivesse com os pés inchados, mandou pregar nas bordas da vasta mesa presidencial um largo pano de seda pendente até ao chão. Ficava assim oculta a parte inferior do corpo do presidente e dos seus secretários.

Lima Duarte abria a sessão; depois, disfarçadamente, descalçava as botinas, enfiava chinelos, e permanecia dessarte até ao fim, encaminhando os importantes assuntos controvertidos, enquanto seu possante busto emergia da mesa, campeando tranqüilo e correto.

Moreira de Barros, pequeno, vivaz, azougado, não ficava quieto um momento, interrompendo freqüentemente os oradores, chamando-os ao cumprimento das disposições regimentais, descendo, a miúdo, da presidência, para envolver-se na discussão.

Conhecia o regimento a fundo, dava longas explicações das decisões mais insignificantes, intercalando pequenos discursos nos dos outros. Sumamente esperto, pronto nas réplicas, melindroso, muito cioso da sua importância, tinha em elevada conta as funções que exercia, não permitindo a mínima coisa suscetível de parecer depreciá-las. Enérgico, presidiu sessões borrascosas, em que o público atulhava as galerias e o recinto, aglomerando-se fora, nos corredores do edifício – quais as do projeto emancipador do ministério Dantas. Impedia manifestações do auditório que o respeitava e temia.

Escravocrata, tornou-se muito impopular. Uma vez, ao sair ele da Câmara, acompanhou-o grande mó de gente, em atitude hostil, quase agressiva. Moreira de Barros, com extraordinária calma, seguiu a pé, lentamente, o caminho acostumado, impassível ante alguns gritos ofensivos soltados pela multidão que, afinal, se dispersou em paz, refreada pelo sangue-frio do presidente. Haviam-lhe proposto, ante o perigo que o ameaçava, retirar-se às escondidas por uma porta escusa. Moreira de Barros recusou, indignado: "O presidente da Câmara – exclamara – só sai pela porta principal."

Achava-se ele então em ativa oposição ao Ministério Dantas, e, sem embargo, permanecia na presidência, em radical divergência com o seu primeiro-secretário – que era eu –, situação original de que já tratei.

Imaginem-se os conflitos havidos, dos quais, todavia, não resultou quebra das nossas relações pessoais. Moreira de Barros foi o tipo do presidente vibrante, expedito, fogoso, em contraste com o fleumático e bonacheirão Lima Duarte.

Alves de Araújo preencheu o cargo regularmente, mas sem relevo.

Franklin Dória foi reportado, grave e metuculoso. Friamente polido para com todos, ereto, cumpridor minudencioso de deveres, o seu ar irritava certos adversários que injustamente o assestavam de doestos e provocações. Na sua postura, predominou sempre serena hombridade. Tantas e tão furiosas demonstrações de desgosto por parte da minoria ocorreram sob a sua presidência, que, fatigado, ele pediu e obteve exoneração. A Câmara determinou então, a requerimento de César Zama, que se consignasse na ata do dia um voto de louvor ao demissionário pelo modo como exerceu a presidência – fato único no meu tempo.

André Fleuri, como Alves de Araújo e Moura, não se assinalou de modo particular.

Andrade Figueira, austero cumpridor do regimento nos seus mais esquecidos artigos, mostrou-se duro, inflexível e imparcial. Na cadeira de presidente, desapareceu o extremado partidário, substituindo-o rijo magistrado, muito atreito à letra da lei, porém, aplicando-a com rigorosa retidão. Respostas incisivas, espirituosas, às vezes, atalhavam qualquer protesto contra suas deliberações. Seu aspecto carregado incutia temor. Notabilizou-se a sua direção, em consequência talvez de execução exata das determinações regulamentares, pela presteza e ordem com que tudo andou. Comandava a assembléia militarmente – teso, seco, íntegro.

Em Gomes de Castro, não tão severo como Figueira, mas zelador igualmente das suas atribuições, prevalecia elegante correção. Mordaz e ferino, entrepunha-se sempre a propósito, muita vez com elevação e eloquência. Se via nas tribunas personagens notáveis, alçava o tom de voz, articulava nitidamente as palavras, procurava produzir efeito. Ouvindo os oradores, satirizava-os, em voz baixa. "Contra alguns discursadores – dizia o presidente devia estar armado de um revólver. Enquanto falasse um desses, apontaria o presidente a arma com todo o cuidado. De súbito, quanto mais entusiasmado o

homem se mostrasse, *pum!* – em nome da assembléia –, matando-o, a bem da gramática, do bom senso, do interesse social..."

Lucena, aspecto áspero e rebarbativo, com fama de violento, era bastante partidário, mas, no fundo, acessível e benigno, embora muito obstinado, em certas ocasiões.

Na sessão em que se apresentou o Ministério Ouro Preto, pendeu manifestação para a oposição, já na inscrição dos oradores infensos à nova situação, não os alternando com os ministerialistas, já tolerando que o povo invadissem totalmente o recinto e se manifestasse à vontade, aplaudindo e reprovando.

Consta que na véspera, em reunião de seus correligionários, se declarou republicano. Daí talvez a parcialidade por ele revelada nessa famosa sessão, parecida com tormentoso *meeting* em praça pública.

.....

VIII -- *Os ministros*

Entre os 54 com quem tratei, nem todos faziam jus à qualificação de notabilidade. Vários, longe disso, não passavam de inteligências mediocres e ilustrações subalternas. Nenhum, porém, ascendeu ao governo sem algum título, por mero favoritismo, ou capricho. Os mais fracos eram, quando menos, homens estimados e influentes nas respectivas deputações, dispunham de apoio, representavam um chefe eminente. Significavam todos alguma coisa: assistia a todos certo valor.

Atacados sem piedade na imprensa e na tribuna, onde se lhes esmerilhavam os atos públicos e privados, constrangidos muita vez a responder de improviso às arguições, aos requerimentos, às interpelações, saíam-se decorosamente – davam o seu recado, na expressão vulgar. Nenhum comprometeu a dignidade governamental, nenhum foi vergonhosamente esmagado, nenhum se portou de maneira ignóbil, nenhum deixou nome odioso na tradição popular.

Em regra, antes de subir a ministro, o político do antigo régimen havia sido membro de assembléia provincial, presidente de província, magistrado, deputado geral, tendo se distinguido na Câmara e merecido desta qualquer indicação. Entrava, a primeira vez, para uma pasta relativamente fácil, onde o auxiliassem esclarecidos corpos consultivos. Só mais tarde atingia as pastas importantes. Servia sob a direção de um

presidente do Conselho – velho, ilustre, experimentado. Servia ainda sob o Imperador, repositório vivo dos negócios do estado, funcionário exemplar, modelo inexcedível do escrúpulo no desempenho das suas obrigações.

Refreava, demais, os ministros naquela época a necessidade de explicar e defender no Parlamento quaisquer passos que dessem. Antes de agir, cumpria-lhes refletir sobre o que diriam depois, o que constituía eficaz preventivo. Desse conjunto de circunstâncias resultava que os ministros da Monarquia jamais caíram aniquilados nas refregas parlamentares, podendo todos, nas mais desastradas conjuntas, repetir a frase de Francisco I, após Pávia.*

No meu tempo, nenhuma increpação virulenta se registrou contra a probidade e o patriotismo dos ministros. Questões pessoais suscitaram-se contra eles em não exígua escala, mas com certo recato.

Necessitavam dispendar extrema atividade e força física. Assoberbavam-nos imensos encargos. Em consequência da centralização dominante, cabia-lhes atender a negócios do país inteiro. O Imperador tudo examinava e de tudo indagava. Duravam os despachos imperiais horas a fio, até a madrugada. Juntem-se a isso as audiências, o expediente, a correspondência oficial e particular, os devedores sociais, os ônus de partidário, os labores parlamentares, e compreender-se-á quão exaustivo e cheio de tribulações era aquele posto, escassamente remunerado. Percebiam os ministros, sem exceção do presidente do conselho, apenas doze contos por ano. Só a despesa obrigatória do carro absorvia cerca da metade dessa quantia.

Pobres quase todos, emergindo muitos de ínfimas classes, conquistando o lugar à custa de lutas ingentes, nenhum se aproveitou do governo para se locupletar, todos se exoneravam endividados ou menos ricos. Importava em genuíno sacrifício tomar parte por alguns meses na suprema direção do país...

Vejam, na galeria dos que conheci de perto, as figuras que se destacam, merecendo especial menção.

* "Tudo está perdido, exceto a honra." (Nota do editor.)

I

RODOLFO DANTAS

Ministro do Império, no Gabinete Martinho Campos, aos 27 anos, patenteou aptidões de estadista. Ponderado, discreto, estudioso, entendido nos negócios a seu cargo, sobretudo nos de instrução pública, orava com suma correnteza e suavidade, angariando as simpatias dos ouvintes.

Salientou-se no debate do crédito, solicitado pelo governo a fim de mandar observar a passagem do planeta Vênus pelo disco solar, debate em que se mediu com Ferreira Viana, o qual crivou a Coroa de epigramas, por atribuir ao Imperador a iniciativa do pedido de crédito para a expedição científica.

Insinuante, sorridente e maneiroso, com afabilidade mais comedida que a do pai, Rodolfo gerava as maiores esperanças, parecendo fadado às culminações partidárias. Inesperadamente, sem motivo plausível, declarou abandonar a vida pública, e, na realidade, o fez. Genuíno suicídio político.

II

FRANCO DE SÁ

Companheiro de Rodolfo, no Ministério Martinho Campos, coube-lhe a pasta de Estrangeiros. No Gabinete Lafaiete, exerceu a da Guerra, e no Dantas, a do Império. Discutidor emérito, esmiuçava, em linguagem castiça, as questões, manifestando estudo e critério. Um tanto acre nas réplicas, seria excelente orador se dispusesse de órgão vocal mais sonoro e rico de timbres.

III

BENTO DE PAULA E SOUSA

De uma família de estadistas, paulista às direitas, distinguiu-se, nos poucos meses em que foi ministro da Marinha, pela bonomia, bom senso, franqueza – discorrendo num tom de atraente familiaridade. Alma sem re-folhos, espírito claro e chão, demitiu-se porque não triunfou no

primeiro escrutínio da eleição a que se submeteu, por ter sido nomeado ministro.

IV

AFONSO PENA

Ministro da Guerra no Gabinete Martinho, da Agricultura no Gabinete Lafaiete, da Justiça no segundo Gabinete Saraiva, assemelhava-se a este chefe em mais de uma feição. Tinha sobre Saraiva a vantagem da atividade e a da faculdade de trabalho. Talento de minúcias, muito aplicado, com pouco descortino, mas vendo bem o limitado horizonte que a sua vista abrangia, apontavam-no como estadista de futuro, dotado de sólidas qualidades governamentais.

Era, em começo, mau orador, de dicção difícil, gesticulação epilética. Graças a continuado esforço, corrigiu-se ganhando desembaraço e sangue-frio na tribuna.

No fim, apesar da pequena figura trepidante, tornou-se discutidor distinto, desprovido de imaginação, sem elevação de idéias, mas dialético investigador, exercitado em regras burocráticas. Os chamados homens práticos da assembleia apreciavam os discursos de Afonso Pena – discursos de peso, diziam.

V

LOURENÇO DE ALBUQUERQUE

Também medíocre orador, no princípio, fez-se, em virtude do estudo e da assiduidade na tribuna, exímio parlamentar. Supria a debilidade da voz com a nitidez da articulação. Sempre ouvidos atentamente os seus discursos, abundantes de observação, estribados em cifras e fatos curiosos, fruto de persistente leitura e reflexão.

Gostava de ostentar-se superior às conveniências partidárias, dizendo rudes verdades a seus amigos, de modo a ser festejado pelos adversários. Erudito, e, no fundo, saturado de ceticismo.

VI

CARLOS AFONSO

Orador atrativo, veemente na réplica, sarcástico, insigne no manejo do ridículo e do convício, eloqüente nos lances de paixão, notabilizou-se Carlos Afonso, sobretudo, no debate com Escragnolle Taunay sobre negócios de Guerra – pasta que ao primeiro tocara no Ministério Paranaguá.

Havia o ministro reprimido com desusado vigor a indisciplina de um coronel bulhento e muito protegido. Arcara Carlos Afonso com os poderosos protetores do delinqüente na imprensa, nos quartéis, na alta administração. Com mão robusta, fizera respeitar a autoridade e a lei.

Atacaram-no encarniçadamente na Câmara. Defendeu-se de modo tão valoroso, tão sobranceiro, e, ao mesmo tempo, tão hábil que pôs em debandada os contendores, marcando alguns de indeléveis cicatrizes.

Freqüentava pouco a tribuna, mas sempre que falava, produzia impressão.

VII

HENRIQUE D'ÁVILA

Dava-se com este um fato singular: falando, dir-se-ia alguém, conquistava aplausos, deleitava. Não parecia o mesmo, escrevendo. Famosos os seus despachos como ministro da Agricultura, no Ministério Paranaguá, pela extravagância do pensamento e do estilo! Atribuem a mordaz chefe político o seguinte juízo sobre Ávila: "Homem inteligente e sensato na tribuna; mas ensandece, ao contato da pena."

VIII

ANTUNES MACIEL

Braço direito do Ministério Lafaiete, do qual foi ministro do Império. A despeito da diminuta estatura, possuía todos os dotes externos do

orador: gesticulação apropriada, fluência, voz possante. Aparadisso, ilustração, e inteligência vivaz.

Dissimulado ou enérgico, conforme as circunstâncias, atreito a astúcias parlamentares, organizava e comandava bem guerrilhas e rápidos assaltos.

Não se prodigalizava na tribuna, mas, em tomando a palavra, mostrava longo fôlego. Nas suas orações, a magia da forma e o tom do falar substituíam a novidade e a clareza do argumento.

IX

CÂNDIDO DE OLIVEIRA

Ministro da Guerra no Ministério Dantas, dirigiu em nome do governo os debates parlamentares na quadra de mais intensa exacerbação, a propósito da questão abolicionista.

A oposição, composta, como já vimos, de liberais dissidentes e conservadores, e que contava em seu seio o próprio presidente da Câmara, convergia contra Cândido de Oliveira seus maiores esforços. Era ele também o ministro que mais se expunha, que surdia na frente, e, sempre de sentinela, rebatia as investidas.

Argumentador incansável, versado em todos os ramos da administração, da política e da jurisprudência, ativíssimo, constantemente disposto e preparado para a peleja, fértil em expedientes, nunca recusando um serviço aos correligionários, partidário devotadíssimo, dotado de inexaurível facúndia, Cândido representava inestimável utilidade política.

Distinguiam-no, por isso, os adversários com animosidade especial, procurando baldadamente feri-lo por meio do ridículo, do aleive e da calúnia.

No Ministério Dantas, e, mais tarde, em oposição ao Ministério Cotegepe, Cândido de Oliveira foi extraordinário de resistência física, perseverança, laboriosidade e engenho. Nesta última fase, falava todos os dias, sobre todos os assuntos, horas e horas, no mesmo alto diapasão.

Increparam-no de fatos absurdos, quais o de atrasar o relógio da Câmara, no intuito de protrair a hora da sessão, o de acaudilhar assuadas

contra deputados hostis à situação, e quejandos. Se a increpação se produzia face a face não tardava rígida repulsa, pois Cândido não tolerava que impunemente o atenassem.

Seus discursos constituíam excelentes arrazoados orais, proferidos com ininterrupto calor, e torrencialmente. Infelizmente, o timbre da voz e o porte não condiziam com outros predicados do emérito lutador, caráter nobre, como os sucessos vieram demonstrar.

X

FRANCISCO BELISÁRIO

Não tinha espontaneidade oratória o célebre ministro da Fazenda do Ministério Cotegepe, mas a sua indisputável competência em assuntos econômicos e industriais, o seu aspecto fino e decidido, o feitio doutrinal das suas arengas captavam-lhe o acatamento e o interesse dos ouvintes. Saía-lhe a frase dificultosamente; experimentava palavras até topar com a exata e insubstituível. Parecia antes um professor na sua cadeira, explicando pontos controvertidos, do que um funcionário prestando contas de seus atos. Apaixonado por índole, sabia reprimir-se.

Nunca se guindou a alturas transcendentais; nunca uma imagem; nunca uma locução, com pretensões a efeito literário; nenhuma ênfase. Clareza, bom senso, ciência, método eram os seus atributos. Não pecava entretanto, pela aridez e desgraciosidade.

Suas exposições financeiras marcaram época. Os empréstimos que realizou, a conversão dos juros da dívida interna – juros que reduziu de 6 a 5 por cento –, a recordação da sua agressão material ao padre João Manuel, sua urbanidade algo desdenhosa, seus ademanos de *grand seigneur*; sua altivez espinhada, tudo lhe emprestava peculiar encanto e lhe conferia irrecusável ascendente nos partidos gladiantes.

Provinha principalmente a sua força da segurança de idéias e do rigor matemático das deduções em todos os seus trabalhos. Daí o entono peremptório com que ele se impunha. Invejavam-no muitos, aborreciam-no outros. Menosprezava-lo, ninguém.

XI

SAMUEL MAC-DOWELL

Casuístico memorável, cheio de distinções e reservas, dotado de vasta sabença jurídica e de fluência caudal, Mac-Dowell tirava do menor incidente séries e séries de silogismos. Tinha também abundante leitura das sagradas letras. Impressionava mais do que convencia e deleitava.

XII

ANTÔNIO PRADO

Perenemente macambúzio, parecendo de mau humor ou de volta de um enterro, falava como que a contragosto; zangado com o auditório. Nos seus lacônicos discursos havia, porém, limpidez e certa força. Davam-lhe influência a gravidade natural da sua pessoa, sua avultada fortuna e sua numerosa e importante família.

Seyès, no afirmar de Laboulaye, fez carreira porque nunca se riu e revestia o pouco que dizia de um ar misterioso e profundo. Para a elevação de Antônio Prado talvez houvesse contribuído o seu ar de constante agastamento. Cumpre reconhecer nele, todavia, um inspirador de confiança, um espírito atilado e resoluto.

XIII

RODRIGO SILVA

Gamenhamente trajado, guapo e esbelto, portando-se na Câmara como em elegante salão, as suíças e o cabelo de um negro luzidio que, atenta a idade do ministro, autorizava suspeitas, afável para com todos, o referendário da lei de 13 de Maio possuía o charme a que nada resiste.

Conversador delicioso, com reputação de aventuras galantes, acudindo fagueiro ao menor apelo, Rodrigo Silva, calmo e cortês, falava habilidosamente, suscitando universal simpatia, deixando o adversário a sorrir e a murmurar: "que maganão!"

Aludia-se ao seu maquiavelismo e cinismo elegantes. Percebia-se que apreciava o governo com a sensualidade de um *gourmet*, tirando dele acendrados gozos, desconhecidos dos mais. Insuscetíveis de despertarem paixões, ou de imprimirem fortes ondulações ao pensamento, superficiais e aprazíveis, deslizando pelos assuntos com leveza e donaire, seus discursos eram antes delicadas *causeries*.

Digno ministro de uma senhora (Rodrigo serviu a maior parte do tempo com a Princesa Imperial Regente), lembrava um pajem medieval, vestido de seda, gonfaloneiro de gentil pendão, capaz, entretanto, de galhardias, de morrer mesmo pela sua dama – um tanto corrompido e corruptor.

XIV

FERREIRA VIANA

O eminente oposicionista da véspera prejudicou o ministro de estado. As suas terríveis e legendárias apóstrofes – O Império é o *déficit*; quarenta anos de opressões e usurpações; o príncipe conspirador; César caricato e outras, proferidas pouco antes de Viana subir ao poder; – seus doestos constantes à pessoa do monarca, de cuja integridade mental chegou a duvidar – doestos de tanto mais peso quanto partiam de um conservador – constrangiam-no na posição de secretário da Coroa, primeiro sob a Princesa, em seguida sob o próprio D. Pedro II.

Nunca alcançou no banco ministerial um só dos ruidosos triunfos a que outrora estava afeito. O Deputado João Penido o pôs em sério embaraço, volvendo contra ele – ministro do Império – um requerimento sobre a saúde do Imperador que Viana meses antes formulara e cruelmente desenvolvera na tribuna.

Apesar de muito haver trabalhado naquela pasta e na da Justiça, durante o Ministério João Alfredo, seu lugar não é entre os ministros notáveis, mas entre os grandes oradores. Em todo o caso, não foi ministro subalterno ou vulgar.

*

Ao lado desses, cujos perfis deixamos rapidamente esboçados, mereceriam outros referências, não fora o temor de alargar por demais esta parte.

Assim, Franklin Dória, correto ministro da Guerra, instituidor da biblioteca do Exército; Silva Mafra que ascendeu à pasta da Justiça, em virtude do renome adquirido como magistrado; Carneiro da Rocha, vivo, chão e cativante; Soares Brandão e Luís Filipe, de fidalgas maneiras; Leão Veloso, provecto jornalista; Eleutério de Camargo, genuíno representante do Rio Grande do Sul, só a invocar a sua heróica província; Alfredo Chaves, mau orador, mas acatado pela sua sisudez; Tomás Coelho, ágil político, sem embargo da enorme adiposidade corpórea, promotor de uma das mais recomendáveis fundações dos últimos anos da Monarquia, o Colégio Militar – não deslustraram, antes enobreceram os cargos governamentais.

Outros, se não fulguram nos anais parlamentares, salientaram-se nos da administração, nos da política, nos das relações sociais.

A carência de faculdades oratórias não excluía a capacidade necessária para membro do Poder Executivo. O Visconde de Itaboraí e o Marquês de São Vicente, por exemplo, falavam mal e foram grandes homens de estado.

.....

IX -- Os oradores

Sabiam todos, mais ou menos bem, dizer duas palavras em público.

O hábito de falar o deputado junto à bancada, sem a solenidade da tribuna, favorecia as expansões oratórias. Raro foi o que atravessou a legislatura tendo deixado de intervir alguma vez nas discussões. De tal modo se familiarizava o maior número com a arte de discursar, que abusava, já tomando excusadamente a palavra, a propósito de qualquer questiúncula, já sempre se alargando demasiado. Eram solilóquios inúteis de 2, 3 horas que poucos ouviam e ninguém lia.

Das centenas de oradores parlamentares que conheci, destacam-se cinco, realmente extraordinários, que impressionariam o mais exigente e esclarecido Congresso do mundo.

Assisti a sessões nos principais parlamentos da Europa e da América.

Em nenhum deles deparou-se-me talento de tribuna superior ao dos que passo a apontar, procurando discernir a característica de cada um. Atraíam esses concorrência todas as vezes que falavam; possuíam a centelha divina; empolgavam o ânimo dos espectadores; arrancavam aplausos e comentários que, repercutindo na imprensa, ecoavam pelo país inteiro.

I

GOMES DE CASTRO

Baixo, recatado, um dos olhos defeituoso, como Gambetta, direito, a cabeça firme, Gomes de Castro não hesitava um segundo. Borbulhavam-lhe as frases dos lábios, como de inesgotável manancial, sempre num jorro espesso. Tensa, impecável, a linguagem. Quase não fazia pausas, não lia, não compulsava apontamentos, não bebia água.

Prolongava-se difuso o discurso, ora fervilhando, ora redemoinhando, ora se aquietando em remansos líricos, porém constantemente copioso, vertiginoso mesmo.

Consistia a postura predileta do orador em colocar a mão esquerda nas costas, gesticulando acentuadamente com a destra. Dicção cadenciada, pureza na articulação. Orava comovido, possuído do assunto. Por isso, conseguia comover os ouvintes. Traía-se a comoção de Gomes de Castro na palidez do semblante e na vacilação da voz, ao começar. Breve, o diapasão se firmava, tornava-se estridente, um tanto enrouquecido, no fim. A comoção continuava a se trair no tremor, em certas ocasiões bastante vivo, da mão colada ao dorso.

Gomes de Castro brandia o sarcasmo, usava de reteiradas apóstrofes e prosopopéias.

Quanto ao fundo, conservador extremado defendia causas pouco simpáticas ao povo, no qual, entretanto, seu turbilhão de palavras abria larga impressão.

Argüia-se-lhe o tom enfático e antiquado, bem como certa vulgaridade de conceitos. Repetia-se.

Na verdade, dos seus famosos discursos apagada recordação ficou, por lhes faltarem idéias gerais, desprendimento das questões de momento, intuições de futuro – elevação de vistas, em suma. Gomes de Castro, sem embargo do seu imenso talento, e da sua honradez, não era um estadista, um pensador. Não remontavam alto seus vôos, até mergulharem no azul. Retilíneos, rápidos, extensos, em sentido horizontal, não se

afastavam da terra, onde, de ordinário, roçavam. O mais das vezes libravam-se nas regiões médias, em última análise facilmente acessível.

Quase nunca publicava na íntegra os discursos. Certamente muito perderiam na leitura, despojados do calor e da paixão com que eram enunciados e constituíam o essencial do seu efeito.

Gomes de Castro jamais presidiu a um considerável movimento de opinião, jamais dirigiu os próprios que mais o admiravam e aplaudiam.

Por quê? Porque, simplesmente insigne artista da palavra, lhe faleciam os predicados supremos dos guiadores de homens. Falecia-lhe também porventura a ambição estimuladora desses.

A gente ouvia Gomes de Castro como se ouve um excelente tenor. Ficava encantada, batia palmas, mas não se julgava obrigada a deixar-se encaminhar por ele.

II

FERREIRA VIANA

Completo ator da tribuna, possuía em sua lira todas as cordas – a cômica, a dramática, a trágica. Figura socrática, enigmática, expressiva mas desconcertante, fazia pensar na célebre sentença: a palavra foi dada ao homem para encobrir o pensamento.

Encetava o discurso lentamente, a voz cava, o ar humilde e monacal, olhos baixos, imóvel, como a suplicar misericórdia. Estabelecia-se imediato silêncio: afinavam todos o ouvido para não desaproveitar uma sílaba daquelas ponderosas revelações. A pouco e pouco, a dicção se avolumava, ganhava consistência, o gesto ia-se desprendendo e se inflando. E era um gozo escutar Ferreira Viana. Ora pregador, ora tribuno, ora palestrador, brincava com a palavra, e a coloria, e a torcia, e a meneava como perito artista o seu dócil instrumento.

Aqui movimento e fervor, adiante calma e majestade, além então – nações burlescas, mais tarde indignação, zombaria, dor, a ponto de se temer que lágrimas saltassem.

Ajuntai vastos conhecimentos filosóficos e históricos, anedotas picantes, felizes achados e idéia e expressão, locuções lapidárias, muitas das quais ficaram populares. A dicção, sempre rítmica, não se acelerava nos episódios de mais força, guardando inalterável correção.

O que dava aos discursos de Ferreira Viana sabor particular eram os subentendidos, as reticências, as alusões maliciosas e veladas, freqüentemente ferinas, à pessoa do Imperador. A par de trechos cuja harmonia, simplicidade e aticismo atingiam a genuína eloquência clássica, estalavam invectivas e epigramas tão imerecidos quanto cruéis.

A variedade dos tons, a propriedade da mímica e das atitudes, a profusão dos matizes autorizavam afirmar-se que Ferreira Viana representava seus discursos, em vez de os proferir, regalando os olhos dos circunstantes, além de lhes regalar a inteligência e o ouvido. Tudo estudado e calculado, mas – suprema vitória da arte! – aparentando a frescura e a espontaneidade da improvisação. Até os algarismos eram artisticamente apresentados.

Quando se anunciava discurso de Ferreira Viana, acorriam à Câmara espectadores infalíveis, entre os quais um compadre dele, chamado Barradas, que permanecia boquiaberto, em êxtase, na frente do orador. – "Lá vem o Barradas –, dizia-se, – o Viana vai falar".

Uma feita o Deputado Ratisbona, o qual também se colocava de pé, na bancada, ao lado de Ferreira Viana (muitos costumavam praticá-lo a fim de gozar os mínimos pormenores do espetáculo), tanto se entusiasmou, após uma tirada de efeito, que tomou, fora de si o copo d'água destinado ao orador, e, em lugar deste, ingeriu de um trago o líquido, no meio do espanto e da hilaridade gerais.

Afinal de contas, no conjunto, era iconoclasta e destruidora a ação desses discursos. Conservador, não cessava Ferreira Viana de desfechar tremendos golpes contra as instituições imperiais, buscando desconceituar sobretudo, direta e individualmente, o monarca.

Em tais discursos encontram os republicanos abundante arsenal de armas para acometer o antigo regime.

Apesar da seriedade com que Ferreira Viana a miúdo manifestava seus sentimentos religiosos, de cuja sinceridade não é lícito duvidar, ninguém aludia sem sorrir a semelhantes manifestações.

A arte refinada deste eminente mestre da palavra muito encantou e divertiu seus contemporâneos. Mas parece que quem mais se encantou e divertiu com ela foi o próprio orador.

III

RUI BARBOSA

Este assombrava, como um fenômeno. Baixo, franzino, compleição mórbida, parecendo insuscetível do mais leve esforço e prestes a desfalecer, falava duas, três, quatro horas consecutivas, sem repousar, sem soluções de continuidade, sem se servir de uma nota, sem molhar a garganta, sem que um instante afrouxasse ou se empanasse o timbre de sua voz extensa e mordente.

Olhos semicerrados, por causa da extrema miopia, gestos escassos e vagos, quase imóvel na tribuna, à guisa de um sonâmbulo, fisionomia impassível, de sua boca escorria ininterrupta, sempre cheia e volumosa, a caudal de palavras cristalinas. Prodigiosa máquina de falar admiravelmente!

Nos pedaços mais agressivos, a mesma uniformidade, idêntica atitude. A voz, pouco rica de timbres, apenas aqui e ali, no cair dos dilatados e suntuosos períodos, tremulava adrede.

E que discursos! Verdadeiros tratados sobre o assunto, obras exaustivas, edifícios macios e colossais! Encaravam a matéria sob quaisquer aspectos imagináveis, analisavam-na até a última minúcia, repletos de estupenda erudição, transbordantes de fatos, datas, leis, nomes, comentários, tudo, enfim.

A forma, mais que correta, burilada, com luxos de classicismo e termos raros, sempre literária e nobre, dir-se-ia esmeradamente trabalhada. Afirmava-se, por isso, que Rui escrevia suas arengas, e, confiando-as à portentosa memória, reproduzia-as, sem mudança de uma sílaba. Não creio. Muita vez ele atendia às interrupções, não dando à resposta o jeito de diálogo, mas inserindo-a no corpo da oração que inalterável e infindável prosseguia.

Maravilhoso sempre o efeito dessas orações, como de um fato fora das normas gerais. Mas fatigavam pela monotonia da perfeição. Raro conseguiam os ouvintes prestar-lhe atenção continuada. Alternavam-se. Saíam da sala acabrunhados, para respirar. Regressavam meia hora, uma hora mais tarde. Rui lá estava imoto, emitindo da mesma maneira, as mesmas coisas formosas, eruditas, preciosas, lembrando um mar sem ondas, sem ventos, imenso, misterioso, infinito. Durante o discurso, todo igual, marmóreo e inexcedível, poucos aplausos surdiam. No final, sim, o auditório, pasmado, achegava-se do orador – para o contemplar de perto, num misto de curiosidade, enlevo e sagrado terror.

À eloquência de Rui, sem altos e baixos, nem lampejos, ou, antes, um lampejo permanente, à sua facúndia incomparável, aplica-se a reflexão de um viajante atônito ante a exuberância e a magnificência da selva tropical: a profusão das árvores não deixa apreciar a floresta.

IV

JOAQUIM NABUCO

A figura de Nabuco formava por si só o melhor dos exórdios. Bastava assomar à tribuna para empolgar a atenção e a simpatia.

Muito alto, bem proporcionado, a cabeça e o rosto de uma pureza de linhas escultural, olhos magníficos, expressão, a um tempo, meiga e viril, nobre conjunto de força e graça, delicado gigante, Nabuco sobressairia em qualquer turba, tipo de eleição, desses que a natureza parece fabricar para modelo, com cuidado e amor.

A voz estridulava como um clarim; dominava os rumores; cortava, penetrante e poderosa, as interrupções. De ordinário, despedia rajadas, como um látego sonoro. Não enrouquecia, antes adquiria, com o exercício, vibrações cada vez mais metálicas e rijas. Voz de combate – a do comandante excitando os soldados, no aceso da batalha.

A gesticulação garrida, as atitudes plásticas de Nabuco contribuíam para a grande impressão produzida pelos seus discursos. Consistia um dos seus movimentos habituais em meter as mãos nos bolsos das calças, ou então, em enfiar dois dedos da destra na algibeira do colete. Desses e

outros gestos provinha-lhe vantajoso ar de desembaraço e petulância. Articulava sílaba por sílaba os vocábulos, sublinhando os mais significativos.

A tantos preciosos predicados, juntavam-se imensa verbosidade, vivaz imaginação poética, corroborada por aturados estudos literários, fértil em radiantes metáforas, entusiasmo, natural eloquência, inspiração. Nabuco, demais, sempre escolhia para tema assuntos levantados – problemas sociais, filosóficos e religiosos, de alcance universal. Fugia às polêmicas individuais, às intrigas da politiquice. Não se submetia à disciplina e às conveniências partidárias; desconhecia chefe.

A questão abolicionista atingira o auge, apaixonada e brilhante. Nabuco, que já havia ligado seu nome à causa dos cativos, tribuno consagrado das vítimas, reentrara na Câmara, em 1887, de modo excepcionalmente triunfante – derrotando nas urnas o ministro do Império, Machado Portela, homem bom e influente, cujo desastre a todos surpreendera.

Concorriam nessa quadra em Nabuco copiosos e variados encantos: o de herói da sociedade, o das viagens, em que convivera com as sumidades estrangeiras, o de jornalista, o da popularidade, o da sublime bandeira que empunhava. A imprensa abolicionista vivia a endeusá-lo. Tudo, em suma, cooperava para determinar e encarecer os seus inolvidáveis triunfos oratórios de então. Fascinava; os próprios adversários, que tamanhas superioridades irritavam, reconheciam-lhe e proclamavam-lhe o imenso valor. Acorria gente de todas as condições, numerosas senhoras para vê-lo e ouvi-lo. As galerias o aclamavam.

Mal o presidente proferia a frase regimental: tem a palavra o Sr. Joaquim Nabuco –, corria um calafrio pela assistência excitada; eletrizava-se a atmosfera. A oração não tinha um curso contínuo e seguido: fazia-se por meio de jatos. Nabuco disparava um pedaço mais ou menos longo, rematado por uma citação justa, uma bela imagem, um *môt à la fin*. Parava, descansava, consentia que se cruzassem os apartes e os aplausos.

Olímpico, sobrepujando a multidão com a avantajada estatura, manuseava vagarosamente as notas, sorria, os olhos entrefechados, refletia,

aguardava a cessação do rumor, desprezava os apartes, ou levantava o que lhe convinha, e, de repente, partia em novo arremesso.

Mal descerrava os lábios, restaurava-se o silêncio. Nem era possível detê-lo, continuasse o ruído, e a portentosa voz, a vertiginosa dicção de Nabuco prestes o abafariam. As perorações, de ingente sopro lírico, eram cuidadosa e habilmente preparadas. Para aí a imagem mais pomposa, a declaração de maior alcance, o gesto mais teatral. Provocavam estrepitosas ovações nas galerias.

Sentava-se Nabuco, e, durante minutos, ficavam os trabalhos virtualmente suspensos, enquanto não se esvaeciam as ressonâncias de seus possantes e mágicos acentos, repercutidos no que a inteligência e o coração possui de mais elevado e sensível.

Talvez em época fria e normal e em discussões terra-a-terra, Nabuco não se mostrasse o orador extraordinário que foi no período abolicionista.

Ouvi-o, mais tarde em brindes, numa conferência de caridade, efetuada no Cassino Fluminense, a favor da Cruz Vermelha. Não parecia o mesmo.

Ainda dispunha de belos predicados oratórios, mas quão longe do brio e do fulgor daquele tempo!

Então, repito, alcançou incomparáveis triunfos. Poder-se-ia compor formosa antologia das suas frases conceituosas e eloqüentes nessa data. Por exemplo, ao receber o Ministério João Alfredo: "Não, Sr. Presidente, não é este o momento de se fazer ouvir a voz dos partidos. Nós nos achamos à beira da catadupa dos destinos nacionais, e, junto dela, é tão impossível ouvir a voz dos partidos, como seria impossível perceber o zumbir dos insetos atordoados que atravessam as quedas do Niágara." Ou, a 8 de maio, ao ser lido na mesa pelo Ministro Rodrigo Silva, projeto abolicionista, tendo prorrompido prolongadas aclamações e ruidosas manifestações dentro e fora do recinto: "Sr. Presidente, eu peço a V. Ex^a e peço à Câmara que tenham tolerância para esta manifestação que o povo brasileiro acaba de fazer dentro deste recinto. Não houve dia igual nos nossos anais. Não houve momento igual na história da nossa na-

cionalidade. É como se o território brasileiro até hoje estivesse ocupado pelo estrangeiro, e este, de repente, o evacuasse, e nos deixasse senhores da nossa vida nacional."

Nestas ocasiões, como em algumas outras, Nabuco atingiu o sublime, pois em suas arengas perpassaram os brados de milhões de cativos, trissecularmente oprimidos, os reclamos do Direito, as imprecações da Liberdade.

V

ANDRADE FIGUEIRA

Neste, predominava o dialético, o argumentador por excelência. Pertenceria na Antiguidade à escola de Megara, à escola erística, célebre pelo ardor na disputa e só tendo em mira achar os pontos fracos do adversário.

Rígido, inflexível, de uma coragem e uma independência a toda prova, anatomizava os assuntos com lógica implacável.

Frase pronta, naturalmente castiça, desataviada de arrebiques retóricos, abalava pelo cerrado do raciocínio, pelo sólido travamento das idéias, pela inamalgável aplicação dos princípios.

Estilo simples, sem vulgaridade, sóbrio, impetuoso às vezes, conservava sempre moldes clássicos e polidos. Defensor impertérito da autoridade, hostil a quaisquer reformas ou inovações, infenso ao espírito dominante em seu tempo, Andrade Figueira merecia ser ouvido com acatamento e agrado, graças à consciência com que estudava as matérias de que se ocupava, à sua sinceridade e à sua franqueza – varão de outras eras, homem dantes quebrar que torcer.

Admiráveis a sua hombridade e o seu civismo! Afrentava quem quer que fosse, se o que entendia seu dever lho prescrevesse. Nas réplicas, encontrava saídas esmagadoras, das que os franceses chamam *boutades*.

Durante a agitação servil, advogou sem pausa, perseverante, intermato, inexorável, os interesses dos senhores de escravos, após haver libertado todos os que possuía. Impugnou energicamente o projeto da lei de 13 de Maio, embargando-lhe a marcha do modo a seu alcance, no

meio de uma multidão alucinada que exigia a imediata adoção da medida e se enfurecia contra as demoras.

Ao ser votado o projeto em última discussão, o povo entregou-se no recinto da Câmara a delirantes expansões de entusiasmo, misturando-se com os deputados, abraçando-os, cobrindo-os de flores.

Andrade Figueira, sozinho, impassível, permaneceu em sua cadeira, havendo antes protestado contra o que denominou a transformação da assembléia num circo de cavalinhos. E o povo o respeitou, rendendo homenagem à sua coerência e inquebrantabilidade de crenças.

O único desforço que a multidão tomou daquela atitude, um tanto provocadora, consistiu em atirar para o lado de Andrade Figueira grande número de ramalhetes. O destemido adversário da Abolição, cada vez mais severo, ficou cercado de rosas e lírios.

Andrade Figueira é a prova do quanto valem a firmeza e o vigor moral. Aplicam-se-lhe os conceitos de Plutarco, relativamente a Fócion: "Cumpre atribuir aos costumes de Fócion o poderoso influxo de quaisquer frases suas, porque numa palavra, num gesto, num simples aceno de cabeça, provindo de um homem de bem, há mais eloquência e mais força de persuasão do que em longas congéries de belas expressões e de flores de retórica oriundas de um palrador."

Pectus est quod disertus facit – ensinou Quintiliano.

.....

X -- Outros oradores

A

lado dos cinco insignes oradores de que tratamos, outros se salientaram, mas em menor escala. Mencionarei apenas alguns, porque, como já disse, todos sabiam falar, muitos imprimiam ao debate elevação e solenidade. A Câmara apresentava então um conjunto digno de um povo culto.

Entretanto, de tantas justas oratórias, pouco, quase nada sobreviveu. Por quê? Porque mais efêmera do que a glória da tribuna, só a do palco. O ator morre por inteiro, e o orador morre por metade, escreveu Victor Hugo. A metade restante do orador está no discurso redigido e emendado, depois de proferido: subsiste nos raros casos em que ao orador se alia o escritor.

José Mariano, o famoso tribuno de Pernambuco, agitador de paixões populares, voz pujante, desabrido, falava horas e horas no mesmo diapasão tempestuoso. Ulisses Viana e Aristides Spínola forneciam úteis informações, colhidas em meticoloso estudo. Antônio de Siqueira, conhecido por A. de Siqueira, um tanto gago no começo da sua carreira pública, tornou-se conceituado especialista em assuntos financeiros.

Cumprе não esquecer: Prado Pimentel, gracioso e aveludado; Cézар Zama, tribuno no gênero José Mariano, porém mais parlamentar; Duque Estrada Teixeira, apaixonado e loquaz; Pereira da Silva, torrencial,

fomigante de algarismo; Lacerda Werneck, claro expositor das necessidades agrícolas; Martim Francisco, personificação da bondade, esplêndido improvisador; Martim Francisco Júnior, espirituoso, erudito, original no fundo e na forma; Amaro Bezerra, enorme, lembrando uma baleia (algunharam-no a *tintureira*), agressivo, ejaculando os mais contundentes desaforos com inalterável placidez; Ratisbona, sempre risonho, tipo de rábula político, célebre pelas suas contradições, *pau para toda obra*, ao que se afirmava, ocupando a tribuna sessões inteiras, sem nada afirmar ou negar definitivamente; Benedito Valadares, exuberante, ilustrado e tenaz; o padre João Manuel, de preferência pregador de sermões; Coelho Rodrigues, picante, minudencioso, pugnaz, autoridade em direito positivo; Duarte de Azevedo, reputado jurisconsulto, afável e persuasivo, e tantos mais, cujo perfil ficou delineado entre os dos presidentes da Câmara e os dos ministros.

Em 1886, apareceram dois moços que prometiam muito, como oradores: Jaime Rosa e Junqueira Aires, este da Bahia, aquele do Piauí. Suas estréias causaram sensação. Morreram ambos sem realizar o que anunciavam. Junqueira Aires figurou sob a República, mas apagadamente.

Em 1884, sob o Ministério Dantas, saíram eleitos três republicanos declarados – Álvaro Botelho, Prudente de Moraes e Campos Sales, os dois últimos predestinados a chefes de estado, coisa que provocaria sorrisos na ocasião, se alguém o asseverasse.

Precedia os futuros presidentes da República larga nomeada. A Campos Sales, sobretudo, imputava-se desmarcada capacidade oratória.

A situação excepcional em que se achavam, a significação da sua vitória eleitoral, a excitação dos ânimos, a relevância dos interesses em debate tornavam impacientemente esperadas as primeiras manifestações dos dois inimigos das instituições monárquicas.

Começaram a desiludir a espectação, prestando, sem relutância, nem restrições, o juramento prescrito pelo regimento interno da Câmara, o qual rezava assim: "*Juro aos Santos Evangelhos manter a religião católica, apostólica romana, observar e fazer observar a Constituição, sustentar a in-*

divisibilidade do Império, a atual dinastia imperante, ser leal ao Imperador, zelar os direitos dos povos e promover, quanto em mim couber, a prosperidade geral da Nação."

Falou cada um deles meia úzia de vezes no correr de sete meses, de fevereiro a setembro de 1885, em que figuraram no Parlamento. Votaram corretamente a favor do Ministério Dantas, colocando a idéia abolicionista acima da oposição radical.

Qual a impressão geral por eles produzida?

Prudente de Moraes, pela simplicidade de seus modos, pela sua modéstia e retraimento, cedo se impôs ao acatamento de seus colegas. Seus discursos, recheados de cifras e referências a relatórios e outros documentos oficiais, demonstravam aplicação, espírito analítico, seriedade; mas quão compridos, quão monótonos! Em última análise, anódinos, deles nenhum dano resultou para a Monarquia. Prudente foi escutado com a atenção até ao meio do primeiro discurso. Do meio para o fim, houve debandada. Perseverou limitado número de auditores. Idêntica debandada ocorreu nas outras ocasiões, aliás raras, em que a figura espectral do Dr. Prudente, sobraçando papéis e calhamaços ameaçadores, se alçou na tribuna.

Coube-me a honra de presidir a parte principal da sessão em que o Sr. Campos Sales estreou – abril de 1885. Eu era primeiro-secretário e apoiava o Ministério Dantas. O presidente Moreira de Barros e os vice-presidentes estavam em oposição, conforme já referi. Moreira de Barros desceu da cadeira presidencial para, na bancada, apresentar e sustentar uma moção de desconfiança contra o gabinete que esperava derrubar nesse dia. Não quiseram os vice-presidentes assumir a direção dos trabalhos, a fim de votar no sentido da moção. A maioria do Ministério cifrava-se em dois ou três votos; convinha à oposição tudo aproveitar para destacar dela um nome que fosse. O primeiro-secretário na presidência (o presidente não votava) equivalia a um voto perdido para Dantas. Em virtude dessa manobra, presidi, pois, à sessão – a Câmara repleta de povo ansioso e agitado.

Após vários discursos fogosos, no debate da moção, levantou-se Campos Sales, em meio de augusto silêncio, para declarar qual a atitude dos republicanos, em face do governo emancipador. Prudente não havia ainda

estreado. Militavam em prol de Campos Sales todas as circunstâncias para imenso triunfo.

Seu discurso, a favor da política abolicionista de Dantas, não foi mau, mas também não foi o que se aguardava. Revelando altissonantes pretensões, mostrou-se muito inferior aos grandes oradores da Câmara. Voz potente, elocução desembaraçada, cheio de si, encarnava o tipo do orador *ronflant*, ou o dos atores de pequenos teatros, que esbugalham os olhos e berram, sem medida no gesto e na dicção. Pronunciava a palavra – *república* – com muitos *rr*, e a palavra – *povo* – com muitos *ôô*, arrastando a língua, esforçando-se por emprestar entonações trágicas e misteriosas aos lugares mais comuns.

Medíocre o efeito dessa e das seguintes – pouco abundantes – arengas de Campos Sales. Aplaudiam-nos os amigos e os descontentes da Monarquia, porém sem convicção. "Só isso!...", murmurava-se.

Não fora justo acoimar de corriqueiro o republicano paulista: sabia tirar sofrível proveito dos erros dos partidos monarquistas; defendeu decentemente o seu ideal; fez mesmo algumas profecias, demonstradoras de esperteza e espírito observador, e que os sucessos confirmaram.

Mas longe estava de ser notável parlamentar, ou tribuno. Nada de alteroso, de novo, de impressionador. Ninguém mais se lembra de uma frase sequer de tais discursos, mesmo agora que uma turba de admiradores vive a catar e a apregoar todos os atos e palavras memoráveis do onipotente presidente da República.

Bons camaradas, polidos e moderados nas conversações, os dois republicanos paulistas ficaram estimados de seus colegas adversos. Apesar da sua tristura crônica e dos seus discursos enfadonhos, Prudente de Moraes tinha mais peso.

.....

XI -- Deputados notáveis

M

erecem classificação especial alguns que não exerceram cargos públicos, não intervieram assiduamente nos debates, não dispunham de grandes dotes oratórios, mas possuíam superioridade ou originalidade que os colocava em relevo.

Paulino de Sousa, por exemplo, o ponderado e formalístico chefe conservador, eminente por mais de um título, assinalou-se, sobretudo, pela reverência, quase culto que lhe tributavam numerosos correligionários. Certo grupo só via pelos olhos dele e lhe obedecia passivamente.

Alto, magro, calvo, de óculos, cerimonioso em extremo, dando a todos – Excelência, untuoso, escassas e breves vezes falou. Sentia-se, porém, em tudo a sua ação diligente, destra e eficaz. Só pedia a palavra em lances solenes, após graves incidentes parlamentares, para, em nome de seus amigos, formular reclamações, manifestar queixas, lavrar protestos. Lafaiete comparou, por isso, essa função de Paulino à do coro, na tragédia antiga. Paulino suscetibilizou-se e retorquiu à provocação de Lafaiete, então presidente do Conselho, com altivo discurso, de castigado estilo e elevadas idéias – prova de que, em querendo, sabia falar bem. O dom indefinível de gerar confiança nos outros – eis o seu característico essencial.

Alfredo de Escagnolle Taunay era famoso pelas suas obras literárias, pela expedição a Mato Grosso, durante a guerra do Paraguai, ex-

pedição de que fizera parte e que descrevera na magnífica *Retirada da Laguna*, pela multiplicidade de seus talentos, entre os quais o de compositor e pianista, pela sua aceitação na alta sociedade. Orava com dicacidade, abundância e engenho, mas de ordinário não agradava na tribuna. Áspera a voz, com sotaque estrangeirado, o tom agressivo, a graça forçada. Proclamava-se conservador e pregava idéias, mais que generosas e adiantadas, revolucionárias. Descontentava assim seus cor-religionários, sem captar a confiança de seus adversários, a quem tratava com empáfia irritante.

Na convivência íntima, cativava pela lhaneza do proceder, pela conversação afável, erudita, engraçada, opulenta de observações pitorescas – crônica animada de homens e acontecimentos.

Desvaneciam-se as prevenções contra ele desde que, tratando-o de perto, se conhecia a sua lealdade e lisura. Alguns de seus discursos transcendiam o nível comum dos debates, ventilando questões artísticas, versando sobre assuntos musicais, sobre Carlos Gomes, sobre José Maurício Nunes Garcia, de cuja glória, mormente da do último, foi incansável paladino.

Em 1883, na célebre polêmica acerca da pasta da Guerra, descarregou-lhe Carlos Afonso rijos golpes da sua veia cáustica. A Câmara inteira riu-se à custa de Taunay. Ele, entretanto, passado o primeiro período de ressentimento, pois era sumamente brioso, não se mostrou inimigo de Carlos Afonso, antes lhe reconhecia hombridade e o sal. Com outros que o ofenderam portou-se magnanimamente. Era, no fundo, verdadeiro fidalgo, como o seu nome indicava.

Antônio Felício dos Santos, conversador delicioso, espírito irradiantemente facetado, propenso ao paradoxo, emitia idéias, a um tempo, spencerianas, positivistas, liberais-radicais, autoritárias, cépticas e católico-romanas. Encontrava constantemente novidades a desenvolver, com inexcedível verve de conferenciador. O seu ponto de vista, em qualquer matéria, não se parecia com o dos demais. Médico, jornalista, industrial, financeiro, dotado de ilustração variadíssima, a inteligência de Felício dos Santos lembrava claro e vasto salão, mobiliado de preciosidades, mas onde tudo, quadros, estátuas, flores jazesse fora do seu lugar, sem método ou harmonia.

Sousa Carvalho tinha má fama. Atribuíam-lhe falta de escrúpulos, baixos costumes. Descreviam-no metido sempre em transações equívocas, de que colhia enormes proventos, genuíno e perigoso traficante político. Muito desbocado, empregava frases de revoltante desfaçatez.

Gorducho, curvo, cabelo e bigode pintados, sorriso cínico nos lábios bambos, olhos semifechados, como caindo de sono, aparecia, arrastando-se, no meio da sessão, atirava-se a uma cadeira, onde dormitava, ou fingia dormir, levantava-se, de repente, e saía, esboçando um gesto de pouco caso. Uma ou outra vez titubeava (era gago) apartes picarescos que provocavam hilaridade, ou ouvia algum discurso, de pé, com mão espalmada junto ao pavilhão da orelha.

Diziam-no habilíssimo, intrigante, terrível inimigo, excelente amigo. Escrevia bem. Muitos dos que mais aparentavam desprezá-lo, temiam-no, e, covardemente, fugindo dele no recinto, corriam ao seu encalço nos corredores, bajulando-o.

Nunca se provou coisa nenhuma contra a sua atacada probidade. Ao morrer, verificou-se ser paupérrimo.

O Dr. José da Silva Maia, distinto médico, popular no Maranhão, todo escanhado, parecido com Thiers, menos os óculos, sempre de preto, nunca falou, nunca deu um aparte, com raros colegas discorria, a poucos mesmo cumprimentava. "Um esquisitão!", comentava-se.

Quedava imóvel seu lugar, na bancada mais alta, votando disciplinarmente com o seu partido. Pensei não me conhecesse, pois nos encontrávamos assiduamente na assembléia e na rua, sem a mais leve saudação. Em 1883, de viagem para os Estados Unidos, desembarquei no Maranhão. Topei com o Dr. Maia num bonde. Não o cortejei, como de costume. Imaginem o meu espanto quando o velho facultativo estendeu-me a destra, sorrindo e exclamando:

– Oh! meu caro colega, então por estas paragens!? Que agradável surpresa!

E convidou-me para sua casa, acompanhou-me na visita à cidade, cumulou-me de atenções.

– Bom! – julguei –, caí nas graças do esquisitão!

Meses depois, de regresso ao Rio de Janeiro, a primeira vez que vi o Dr. Maia, na Câmara, dirigi-me alegremente para ele. Acolheu-me tão secamente que me afastei, sem lhe apresentar os agradecimentos que projetava. Daí a dias, estávamos tão indiferentes um ao outro como dantes. O homem só era polido e afável no Maranhão!

Antônio Pinto de Mendonça, tribuno incorreto mas de longo fôlego, prestou bons serviços à causa abolicionista.

Tomás Pompeu de Sousa Brasil, leitor infatigável, sempre a par dos últimos livros publicados, esquivo à tribuna, patenteava nas palestras sólida e extensa erudição.

Bulhões Carvalho, egrégio romanista, nobre caráter, fazia discursos laboriosos, de muito fundo; tardava-lhe a frase, mas vinha justa e insubstituível.

Anísio Salatiel Carneiro da Cunha, velho casquilho, gritador e atrevido nos discursos, aprazível nas relações particulares, dedicadíssimo aos amigos; Joaquim Tavares de Melo Barreto, como Leopoldo de Bulhões, modesto, ilustrado, trabalhador; Rosa e Silva, entendido em assuntos financeiros, e, à semelhança de Peretti, Barros de Lacerda, Henrique Marques, Alcoforado Júnior, Gonçalves Ferreira, de quase todos os representantes de Pernambuco, homem de fina educação, modos aristocráticos; Francisco Ildefonso Ribeiro de Meneses, retraído, obscuro, repositório animado de fatos eleitorais no Brasil, o Barão de Estância, escondendo, sob o aspecto crasso, muita esperteza; Antônio José Henriques, excessivamente feio, alvo de gerais gracejos, por motivo dessa fealdade, velho e experimentado funcionário público; o barão, depois visconde de Guaí, secarrão, muito rico, pronunciando pequenas orações financeiras, aplaudidas de certo grupo; Rodrigues Lima e Barão de Vila da Barra, médicos insignes, este último bom literato; Araújo Pinho, digno genro do Barão de Cotegipe, fino e malicioso crítico dos trabalhos alheios; – todos esses não passaram despercebidos.

A Fernandes de Oliveira precedera extensa fama de orador adquirida no cargo de promotor público da cidade do Rio de Janeiro. Tão afeito se achava ele à retórica judiciária que, no meio do discurso de estréia, dirigiu-se aos deputados chamando-lhes *senhores jurados*, o que

suscitou intermináveis gargalhadas. Em seguida, aludiu, a propósito nem mais me ocorre do que, à *rosa de Malherbe*. A imprensa caiu-lhe em cima, com motejos sem fim. Fernandes de Oliveira intimidou-se; recolheu-se ao silêncio.

Bezerra de Meneses, muito caluniado, coração puro, alma benfazeja, vivia a cirandar para atender aos seus numerosos eleitores e amigos do Município Neutro.

José Luís de Almeida Nogueira, estudioso, exprimindo-se amavelmente, belo homem, de agigantado porte, espessa barba negra, cognominavam-no os próprios correligionários *José Fardão*, porque – caso talvez único – mandara fazer farda de deputado, logo que se viu eleito pela primeira vez. Com o vistoso uniforme a todos desconhecido, apresentou-se – ao que se narra – em São Paulo, num baile oficial. Causou sensação. Depois disto, pronunciou bons discursos, manifestou-se inteligente e erudito, excelente camarada. A nada disso se atendia: era falar-se em Almeida Nogueira, vinha logo à tela o famoso fardão.

Felisberto Pereira da Silva, formado em direito, havendo frequentado o curso de matemática, possuía vastos e variados conhecimentos. Pertencia ao reduzido grupo dos que nunca se abalancaram a orar. Enciclopédia ambulante, citava a cada passo anedotas biográficas, ditos célebres, trechos de escritores clássicos.

Inácio Martins, depois Visconde de Assis Martins, ativo oposicionista, tirava imenso partido da sua perfeita ciência do regimento da casa.

João Penido, velho de aspecto venerando, revelava muita independência e formulava grandes verdades num rude estilo original. Ocorriam-lhe réplicas felizes. "O Sr. Deputado está de miolo mole", atirou-lhe um colega moço e de curtas vistas. "E o senhor sempre o terá duro", retrucou Penido.

Manuel José Soares, negociante rico, banqueiro, encetara a vida, ao que se asseverava, como tropeiro. Chegou a senador do Império. Conservador moderado. Fazia curtos discursos demonstradores de bom senso, e os mandava reproduzir nos *a-pedidos* de todos os jornais. Em 1893, durante a revolta da Armada, suicidou-se, enforcando-se, sem que se saiba o motivo exato dessa desgraça.

Dos mineiros, no meio de vários homens simples e vivos, sobressaíam: Silviano Brandão, jeitoso, perenemente risonho, abraçador; Mata Machado, insinuante, generosíssimo coração; Carvalho Resende, partidário ferrenho, doutrinário; Olímpio Valadão, inteligência prática, límpido caráter; Carlos Peixoto, político extremado, inteligente e afável, debaixo de modos rebarbativos; Eduardo Montandon, médico do sertão, voz grossa, simpáticas maneiras de campônio; Barros Cobra, criterioso e ilustrado, mas muito surdo.

Joaquim Vieira de Andrade, igualmente do interior de Minas e médico de primeira ordem, caracterizava-se pelo excessivo escrúpulo no desempenho das suas obrigações, verdadeira monomania do dever. Exageradamente religioso, caritativo e casto, incapaz de um juízo temerário e de uma proposição menos segura, gastava o subsídio em esmolas, ou o remetia à mãe, reservando para si apenas a quantia indispensável à alimentação, vestuário e transporte. Nunca faltou a uma sessão. Sentava-se na bancada estritamente à hora regimental, e só se levantava findos os trabalhos. Nem para atender a quem o procurava ou para satisfazer necessidades físicas, arredava pé do seu lugar, o que lhe prejudicava a saúde. Estudava todos os projetos, ouvia todos os discursos, votando somente depois de acurado exame de consciência. Confessava-se de semana em semana e assistia à missa quotidianamente. Cifrava-se seu divertimento único em ir, de quando em quando, ao Teatro Lírico. Conhecedor profundo de música, seguia na partitura a ópera cantada, indignando-se se suprimiam ou modificavam algum trecho. Dava consultas clínicas a dezenas de colegas, antes de principiar a sessão, sempre pronto a prestar serviços, desde que não preterisse assim a fiel execução do que lhe competia. Tipo de austeridade, virtuosíssimo, para ele a deputação importava árduo sacrifício. Morreu doido.

Monteiro Manso, médico republicano mineiro, teve um minuto de nomeada. Ao ser introduzido no recinto para prestar o juramento regimental, declarou que não podia fazê-lo. Advertindo-lhe o presidente ser essa formalidade indispensável, Monteiro Manso, não querendo seguir o dócil procedimento dos Srs. Prudente de Moraes e Campos Sales, insistiu em se não sujeitar ao juramento, porque, disse, lhe contrariava as

convicções. Convidou-o o presidente a retirar-se até que a Câmara resolvesse.

Originou-se do incidente violento debate. Decretada a elegibilidade dos acatólicos, não podia logicamente ser condição imprescindível, para entrar alguém na Câmara, o juramento de defender a religião católica, apostólica, romana, conforme a fórmula consagrada. Não se admitiria querer o legislador constranger a quem quer que fosse nas suas crenças, menos aos representantes da nação.

Essas razões atuaram, e, após longas controvérsias, durante 5 dias, reformou-se o regimento da Câmara, inserindo-se nele a disposição de que seria dispensado de prestar juramento o deputado que manifestasse à Mesa ser tal juramento contrário às suas crenças ou opiniões políticas. Que imensa prova de sua tolerância deu assim a assembléia, cuja maioria era conservadora!

O herói desta revolução regimental – figura magríssima, com um dente de onça por ornato na cadeia do relógio –, depois de informar que mantinha a declaração anterior, ocupou o seu lugar, em abril de 1888, aclamado por estrepitosas palmas nas galerias. A imprensa apregooou-lhe o nome, estampou-lhe o retrato, celebrizou-o.

Nada mais fez Monteiro Manso – cujo temperamento, aliás, conidia com o seu nome – à exceção de um requerimento redigido nestes termos: "Requeiro que se informe a esta augusta assembléia, por intermédio do Sr. Ministro da Guerra, o seguinte: 1º Em que caráter está viajando por Minas Gerais o Sr. Dom Pedro Augusto?

"2º Se é como particular, à custa de quem?"

Óbvio era que a pasta da Guerra não lograria, a despeito da melhor vontade, fornecer os esclarecimentos impetrados, com ignorado intuito, pelo intransigente republicano.

Os próprios amigos não apreciaram o requerimento, cujo único efeito foi aluir a efêmera celebridade do autor. Monteiro Manso recolheu-se então a completa inação e silêncio. Sob a República, exerceu modestas funções policiais.

.....
*XII -- Traços psicológicos de
alguns deputados*

Sendo o Parlamento um posto de grande evidência e constante exibição, produz comumente nos que dele fazem parte a hipertrofia do eu, o exibicionismo. Agravam esse estado a concorrência, a ambição irrepressível de sobressair, para governar. Daí a *pose*, a pretensiosidade de quase todos os representantes da nação. Raro o sinceramente modesto e subordinado. Os que o parecem, praticam-no, no geral, por cálculo, acreditando que melhor destarte conseguem os seus fins.

A designação eleitoral, o triunfo nas urnas, excita-lhes o amor-próprio. Acham-se convencidos de que possuem inegável merecimento e são aptos para qualquer cargo, dignos das maiores grandezas.

Numa vasta reunião, quem quer chamar a atenção sobre si, fala alto, força a nota.

Provém disso a exageração de atitude, de opiniões, de paixões, de melindres tão vulgar nas assembléias.

Constituindo a imprensa o veículo por excelência da notoriedade, voltam-se os deputados para ela. Vivem alguns a bajular os jornais e os seus mais subalternos agentes; tornam-se íntimos dos repórteres, empregando indecorosos manejos para ver o nome assiduamente nas

folhas. Mal chegam ao Rio, visitam as redações, das quais se despedem, ao partir. Remetem-lhes bilhetes e telegramas, fornecem-lhes notícias, abundam em agradecimentos e retificações.

Outros demoram-se a palestrar nas ruas freqüentadas, não perdem solenidades e divertimentos públicos, mostram-se em toda parte. Consiste o sistema de terceiros nas visitas constantes aos poderosos do dia, ou aos poderosos do dia seguinte, aos *coming men*.

Gastam precioso tempo no desempenho dos chamados deveres sociais. Esforçam-se por adquirir intimidade em casa dos ministros, conquistam as boas graças da família destes, tornando-se-lhes úteis, indispensáveis, de modo a apreender particularidades reservadas da administração, segredos mesmo do estado. E como bufam privança, prestes a trair, entretanto, em se lhes azando proveitoso ensejo!... Matar para roubar, isto é, derribar o ministro, para lhe tomar a pasta, é lícito e comum nas altas regiões políticas. Perante a galeria, afetam esses, relativamente aos ministros, convivência mais estreita que a real: conversam baixinho, de momento a momento, com eles, tomando ares confidenciais, sorrindo misteriosamente.

Os hábeis adulam ostentando altivez, referindo-se cada instante à independência do seu caráter, fazendo praça de sentimentos raros, narrando casos em que tomaram tão imaginários quão enérgicos desforços. A lisonja, depois disto, cala mais.

Julgam outros relevantíssimos quaisquer discursos que profiram, e mandam transcrevê-los em todas as folhas, não contentes com a publicidade do *Diário Oficial*. Verdade é que, segundo Ferreira Viana, quem quisesse guardar um segredo devia dá-lo à estampa nesse *Diário*. Mandam ainda tais deputados reduzir os discursos a folheto, e profusamente os distribuem pelos jornais, a parentes, amigos e eleitores.

Outros tomam aspectos impenetráveis, pouco saem, caminham cheios de suficiência, de cabeça alta, evitam desperdiçar em conversas seus graves pensamentos, e, se se dignam de o fazer, é por mera complacência, deixando transparecer nos mínimos gestos mundos de superioridade.

Convertem outros a probidade numa profissão: são os catões, que procuram abrir caminho alardeando a própria honradez e depreciando a dos mais.

Tipo banal é o deputado trêfego e intrigante, amigo de contar novidades, sempre bem-informado, a par da biografia alheia, fértil em combinações, projetos e planos de futuro, falando baixo, com reticências contínuas, pedindo segredo.

Para alguns, a deputação é um divertimento. Casados, deixam as esposas na província e levam no Rio folgada vida de solteiro, freqüentando teatros e lugares equívocos.

Não se olvidem os que realizam economias, residindo por favor no segundo andar de estabelecimentos comerciais, comendo à mesa dos caixeiros. Casas de comissários de café transformavam-se em verdadeiros hotéis, alojando meses inteiros dezenas de hóspedes, recomendados pelos fregueses do interior.

Apontavam-se a dedo os deputados abastados, os que montavam instalação luxuosa, dando reuniões e festas. Apontavam-se também aqueles cujas esposas e filhas, metidas a políticas, freqüentavam as tribunas da assembléia e discorriam sobre a coisa pública.

Resumia-se a atividade de outros em entreter constantemente correspondência com os eleitores e com as influências da época. Dirigiam-lhes prolixas epístolas, a respeito de tudo, respondendo pacientemente às mais insignificantes missivas. Submetiam-se incondicionalmente aos chefes eleitorais, receosos de desgostá-los, executando-lhes as encomendas, satisfazendo-lhes as exigências, importunando as autoridades por causa deles, tudo pelo receio da não-reeleição. E quando vinha ao Rio um desses chefes sertanejos!... Oh! Cumpria obsequiá-lo, apresentá-lo às sumidades, proporcionar-lhe ensejo de assistir às sessões, ajudá-lo nos seus negócios, de modo que o homem levasse e comunicasse aos conterrâneos impressões agradáveis, prestando testemunho da boa vontade e importância do seu representante.

Não faltavam os receosos da febre amarela, os que, colocando a sua comodidade e segurança acima de qualquer conveniência pública, fugiam do

Rio, sucedesse o que sucedesse, mal se renunciava a epidemia. Não faltavam igualmente os que tiravam da deputação o maior número possível de pequenos proveitos: serviam-se para a correspondência particular do telégrafo e do papel da Câmara, ocupando em serviços pessoais os empregados desta.

Não faltavam ainda casos de doblez, como o seguinte: por ocasião da queda de um gabinete, no interregno parlamentar, um deputado de província marítima, utilizando-se da saída rápida de um vapor, escreveu, ao mesmo tempo, a um dos ministros demissionários e ao oposicionista que mais concorrera para a crise ministerial e naturalmente subiria ao poder. Ao ministro demissionário apresentava condolências, declarando que o país ia sofrer profundamente com a exoneração dos patriotas que o estavam beneficiando. Ao contrário, congratulava-se calorosamente com o oposicionista, pela queda dos sujeitos sem idoneidade que levariam a Pátria ao abismo. Imaginem que, na precipitação da remessa, troca os envelopes, de modo que o ex-ministro recebeu a carta de parabéns e o oposicionista a de manifestações de pesar. Eram camaradas, de forma que um obteve do outro ajuntar e conservar as duas epístolas antinômicas, redigidas à mesma hora, com a mesma pena, em igual papel.

A natureza dos sentimentos partidários caracteriza-se no seguinte bilhete, endereçado por um mandão local a influente senador com quem esfriara relações:

"Exm^o amigo e senhor. Constando-me que vai para o governo o ilustrado partido de V. Ex^a, apresso-me, indagando se isso é verdade, em pedir notícias da preciosa saúde de V. Ex^a e da Exm^a família." O senador respondeu: "Ilm^o senhor. Como não se confirma o boato da ascensão de meu partido ao governo, deixo de lhe mandar notícias da minha saúde e da minha família."

Mas, a par desses deputados, cujas mazelas indicamos, no intuito de evitar se reproduzam, vários se enumeravam estudiosos, de exemplar procedimento, ajudados só do seu talento, aplicação e caráter. Trabalhavam, aprofundavam os assuntos, para os votar convictamente, embora a maioria só se pronunciasse por disciplina partidária.

Deputado traficante, especulando com o seu diploma, não o conheci, nem que ousasse advogar despejadamente na tribuna o seu interesse privado: a censura dos colegas, a própria inveja destes, serviria de fiscalização e corretivo.

Homens de variadas procedências e profissões, advogados, padres, médicos, negociantes, militares, engenheiros, lavradores, portavam-se com decoro, guardavam certas fórmulas de deferência recíproca, sem que nenhum houvesse praticado ato escandaloso, profligado pela consciência pública. Nenhum foi processado criminalmente em meu tempo.

As relações entre os colegas eram no geral cordiais, sobretudo entre representantes de províncias diferentes, não divididos por interesses de partidarismo local. Nas palestras das ante-salas, trocavam-se instrutivas observações sobre costumes, necessidades, tradições do Brasil.

Travavam-se amizades que sobreviviam à separação e duravam sempre.

No julgamento dos discursos e trabalhos, notava-se mais justiça e isenção nos adversários do que nos correligionários concorrentes. Era comum o vezo de profligar os amigos, com modos de mágoa, afetando sentimentos imparciais – como se doesse falar a verdade, à qual tudo sacrificavam. "Sou muito amigo de fulano, sinto muito, mas..."

Em última análise, provinham estes e outros defeitos, não tanto do sistema parlamentar e do meio especial por ele criado, como da educação geral do país. A Câmara daquela época, por grandes que fossem os vícios das eleições (e iam-se corrigindo), representava verdadeiramente o Brasil. Os deputados eram a expressão genuína, senão da vontade declarada, ao menos da inteligência e da moralidade nacionais contemporâneas. Nenhum homem ilustre e popular viu-se constante e acintosamente excluído do recinto legislativo. Colaborou nas tarefas parlamentares tudo quanto a nação possuía de mais elevado, em qualquer ramo da cultura pública. Os *Anais* constituem imenso repertório de dissertações e fatos preciosos, relativamente à nossa história política, administrativa, econômica e social. Encontram-se ali, ao lado de muita coisa imprestável – como, aliás, sucede em tudo, páginas de soberba eloquência, depoimentos inestimáveis, projetos luminosos, informações únicas – materiais

insubstituíveis, em suma, para o estudo e a orientação da nacionalidade brasileira.

Tanto como na tribuna, ou mais talvez, labutava-se no seio das comissões, onde se operava, com maior calma, segurança e método. Alguns pareceres e relatórios merecem o qualificativo de primorosos – quais os que redigiu Rui Barbosa sobre instrução pública e elemento servil.

.....

XIII -- Fisionomia de uma sessão

T

oda sessão tinha um interesse dramático: podia cair nela o Ministério, ou, pelo menos, ficar mal e ver-se obrigado a pedir demissão algum dos ministros. As numerosas pessoas empenhadas na manutenção ou exoneração dos mais graduados funcionários do estado, e na alta direção deste, ligavam apaixonada atenção às reuniões da Câmara, onde se debatia a solução dos negócios políticos e administrativos do país inteiro. Ali se preparavam os estadistas, os governantes de amanhã cujos processos de ascensão despertavam curiosidade.

No meu tempo, em que nunca deixou de haver oposição aguerrida, cada sessão equivalia a um combate. Começavam logo as hostilidades na verificação do número necessário para a assembléia funcionar, isto é, na autenticação da presença de metade e mais um dos deputados reconhecidos. O total montava, no fim do Império, a 125; precisava-se, pois, de 63.

A oposição não concorria para a formação desse número, deixando de responder à chamada. Costumava entrar no recinto apenas um dos oposicionistas a fim de fiscalizar a realidade do comparecimento dos membros da maioria, a quem competia *fazer casa*. O grosso dos oposicionistas postavam-se nas ante-salas, prontos a tomar seu lugares ao primeiro apelo. A falta ou não de número (de *quorum*, na gíria parlamentar), que devia ser declarada em hora certa, era às vezes questão relevante e dava azo a veementes discussões pela *ordem*.

O secretário encarregado de proceder à chamada, prolongava-a, em certas circunstâncias, quanto podia, no intuito de permitir a chegada dos retardatários. Pelos chapéus depositados numa antecâmara contígua ao recinto, verificava-se também a existência do algarismo legal.

O Gabinete Dantas lutou constantemente, em 1885, com a falta de número, sendo injustamente acusado um dos ministros de mandar atrasar adrede o relógio da sala, pelo qual a Mesa se regulava.

Nos sábados, era a maioria governamental que não cooperava para a formação da casa. A razão estava em que sábado pertencia à oposição, quer dizer, discutiam-se e votavam-se então os requerimentos oposicionistas apresentados durante a semana e adiados para esse dia, desde que alguém sobre eles pedia a palavra.

Sustentando o Governo, entendia a maioria não haver necessidade de se prestarem as informações solicitadas em tais requerimentos. Assim, o não haver sessão aos sábados decorria, segundo alguns, da índole do sistema.

Encetados os trabalhos, após a comprovação do número, liam-se e aprovavam-se a ata da sessão anterior e o expediente, no meio do rumor produzido pelos deputados que entravam e trocavam saudações. Nem sempre a aprovação da ata se ultimava sem controvérsia. Do expediente faziam parte os aludidos requerimentos.

O ministro de cuja pasta os esclarecimentos impetrados dependiam, podia, se quisesse, pedir a palavra para fornecê-los imediatamente. Alguns o praticavam. Muito se distinguia nessas escaramuças Rodrigo Silva. A uma simples leitura ou audição do requerimento, improvisava rápidas e categóricas respostas, do melhor efeito. Ao deputado requerente não era lícito replicar, salvo licença especial votada pela assembléia, licença parcamente outorgada.

Seguiam-se três quartos de hora, denominados ainda *do expediente*, dentro dos quais se permitia a qualquer deputado, de preferência aos da oposição, previamente inscritos, formular perguntas, fundamentar projetos, discursar a respeito do assunto que lhe aprouvesse. De ordinário, um ou dois ministros assistiam de pé firme a essa parte, onde eram

fáceis surpresas e ciladas. Acalorava-se o debate se o representante do governo intervinha.

Esgotados os três quartos de hora, de ordinário muito animados, e que às vezes se dilatavam, entrava-se na ordem do dia, anteriormente fixada, – na discussão regular de orçamentos, projetos de lei, interpelações, ou na votação das matérias cujo debate se encerrara. O encerramento levantava sempre reclamações. Nunca a oposição julgava o assunto suficientemente discutido. Constituía ato de singular coragem – *empunhar a rolha*, isto é, requerer o encerramento.

Nos escrutínios, ocorriam múltiplos e variados incidentes, reclamações contra a falta de número, verificações, questões regimentais: tirava-se a contraprova por meio da votação nominal.

Na ordem do dia, proferiam-se os longos discursos estudados, aparecendo o discursador munido de livros e documentos. Assim que o presidente dava a palavra ao orador inscrito, um empregado lhe colocava em frente um copo d'água. Se era simpático esse orador, ou interessante o assunto, sobretudo havendo probabilidade de se agitarem negócios pessoais, suscetíveis de escandalosa troca de desaforos, a sala se conservava cheia e reinava silêncio. Era o que as notas taquigráficas qualificavam de – *movimento geral de atenção*. Do contrário, esvaziavam-se a pouco e pouco as bancadas. Dos que ficavam no recinto alguns palestravam, outros escreviam cartas, outros percorriam jornais e livros, outros dormitavam. A maior parte ia fumar, tomar café e conversar nos salões vizinhos, ou trabalhar nas comissões, ocorrendo quando a campanha presidencial os convocava. Vários tomavam o chapéu e se retiravam, convencidos de que havendo figurado por minutos no recinto, tinham cumprido o seu dever.

Raros escutavam os chamados discursos práticos, erçados de algarismos, entrecortados de leituras, destituídos de paixão, o que não impedia serem os respectivos oradores felicitados ao se sentarem. Eram de praxe os cumprimentos finais. Diminuto número de discursos, nos Anais, se encontram desprovidos no remate dos – *Muito bem; muito bem. O orador foi cumprimentado*. Parece que todos, mesmo os mais antagônicos, agradavam igualmente. Não sucedia exatamente assim. Tais fórmulas

derivavam de triviais manifestações de eutrapelia, – convencionais mentiras de polidez.

A grande maioria dos discursos passava despercebida. Poucos os ouviam atentos e menos os liam, depois de impressos. Somente uma ou outra idéia, um ou outro argumento causava impressão. Nem em geral se dava propriamente discussão, isto é, esgrima regular de raciocínio. Seguiam-se os discursos paralelamente, uns após outros, sem coordenação entre si, sem troca de razões pró e contra, golpes e paradas – de modo que a solução da matéria resultasse da verdade apurada, do silogismo vencedor no duelo oratório.

Consistia um dos defeitos capitais dos discursos na sua demasiada extensão. Dominava o preconceito de que discurso de menos de uma hora, e, em certos debates, de menos de duas horas, não prestava. Por isso, os oradores não exprimiam clara e simplesmente o seu pensamento, fugiam da concisão, diluíam as idéias, amontoavam digressões, usavam de mil artifícios, no intento de se demorar na tribuna. Falavam com os olhos fitos no relógio, esforçando-se por não ficar aquém do prazo prescrito. Apreciavam, pois, as interrupções, os apartes, que lhes proporcionavam ensejo de prolongar-se. Daí tanta banalidade e inutilidade a pejar os *Anais*, tornando-lhes desagradável a leitura. Celebrizaram-se alguns deputados pelas suas interrupções – especialistas em apartes.

Provinha outro vício do excesso de citações. Poucos ousavam enunciar singela, franca e afoitamente o seu modo de ver: buscavam revelar vasta leitura, estribar-se em opiniões alheias, mormente de estrangeiros. No comum, faltavam aos discursos senso prático e descortino. As questões locais e de momento, os interesses subalternos sobrepujavam a investigação dos altos problemas, desviavam a meditação sobre os superiores destinos da Pátria. Eis por que tanta oração, laboriosamente aparelhada, caiu logo em completo esquecimento.

Debate sempre vivo e curioso era o das interpelações – um dos espetáculos interessantes do regime. O interpelante enviava à Mesa uma lista de perguntas endereçadas a um dos ministros. A Mesa comunicava essas perguntas ao ministro que, se estava presente, podia aceitar incontinenti a discussão, alterando a ordem do dia. Os ministros parlamen-

tares adestrados costumavam fazê-lo. Ausente o interpelado, ou se preferia adiar a discussão, a Mesa combinava com ele a data que lhe convinha. Os jornais a anunciavam.

Só se abalançavam a interpelar os oradores de crédito firmado. Versavam de ordinário as interpelações sobre assuntos de sensação. A Câmara se enchia de público ávido de escândalo, compareciam diplomatas e senhoras, à vista das quais tomavam os deputados as suas posturas mais estéticas. No momento determinado, ocupavam os ministros as cadeiras especiais de membros do Poder Executivo. Erguia-se o interpelante, falava no meio de geral expectativa. Em seguida, respondia-lhe o ministro ponto por ponto. O interpelante replicava. Vinham-lhe em auxílio os companheiros. Os da maioria secundavam o ministro. O duelo se generalizava, transformava-se em combate.

Circunscrito a termos precisos, ganhava interesse o debate; como arriscado jogo, fixava a atenção. Subsiste a celebridade de algumas interpelações, como as dirigidas ao presidente do Conselho, Lafaiete, que respondia sempre com superior malignidade.

Afora os três quartos de hora do expediente, os debates de interpelações e moções de confiança, ou polêmicas pessoais, bem como por ocasião de se apresentar um novo Ministério, as sessões corriam calmas. Iam do meio-dia às 4 horas; às 5, ao se discutirem os orçamentos. Algumas se dilatavam até tarde. Se não se esperava votação, poucos deputados permaneciam até ao fim. E quando reduzido ficava o seu número, a discussão melhorava, tornava-se mais cerrada, mais íntima, menos retórica.

Quase todos, proferido o discurso ou o aparte, procuravam os taquígrafos, a fim de rever o que haviam dito. Os discursos saíam publicados no dia seguinte em resumo, ou passando-se as proposições do orador da primeira para a terceira pessoa, com a nota de que ele não as corrigia. Apareciam, depois, emendados, polidos cuidadosamente. Muitos oradores não se pejavam de acrescentar trechos, suprimir outros, intercalar supostos aplausos, de modo que o texto dos *Anais* nem sempre refletia fielmente o sucedido. Era tão corrente esse vizio, que ninguém reclamava, salvo abuso. Presumiam todos que as suas prolixas orações iriam influir decisivamente na opinião pública e na marcha dos fatos, não

compreendendo que os homens políticos se recomendavam antes por atos do que por palavras, valendo mais muita vez uma única frase ou uma atitude isolada do que centenas de arengas.

Finalizavam os trabalhos com a declaração da ordem do dia para a sessão seguinte, o que era feito pelo presidente da Câmara, de acordo com o governo. Os raros deputados estudiosos aguardavam esse momento e tomavam notas. Os outros só sabiam pelos jornais, ou ao entrar no recinto, dos projetos designados para o debate.

Incidentes, como pedidos de urgência ou adiamento, explicações pessoais, leitura de projetos e relatórios por parte dos ministros, cujo comparecimento à Câmara se regularizava por minucioso cerimonial, questões de ordem quebravam a regularidade dos trabalhos.

Não houve necessidade de sessões secretas, no meu tempo.

Debate solene e importante era o denominado da resposta à Fala do Trono, isto é, de resposta ao discurso lido pelo Imperador, ao se abrir a sessão legislativa e que continha o programa do Gabinete. A votação dessa resposta, – dada em termos quase idênticos aos da fala imperial, e durante cujo debate se admitia amplo exame da política e da administração –, constituía questão de confiança. Assistia à discussão todo o Gabinete, respondendo aos impugnadores o presidente do Conselho. Os ministros não deputados compareciam à Câmara fardados ou de casaca. Para o debate da resposta à Fala do Trono vinham todos fardados.

Os deputados, nos oito anos de que trato, guardaram nas sessões grande circumspecção, merecendo raras vezes advertências da Mesa. Nenhum foi excluído do recinto, nem obrigado a calar-se.

Nenhum caso de pugilato, nem de expulsão das galerias, pela força pública, de espectadores inconvenientes. Apenas algumas sessões momentaneamente suspensas, em virtude de passageira agitação dos deputados e dos assistentes. Mesmo no calor da disputa poucos excessos se notaram.

Também, à exceção dos dois magnos eventos, Abolição e República, foi uma quadra normal, calma, quase sem história. Portanto, feliz.

.....

XIV -- A Abolição

As sessões mais relevantes no meu tempo foram consagradas à solução do problema do elemento servil.

Quando saí eleito, em 1881, parecia amortecida a agitação provocada no ano anterior por Joaquim Nabuco. O Ministério Saraiva dissera não cogitar da questão. Martinho Campos que sucedeu a Saraiva aplicou a si próprio a denominação de *escravocrata da gema*.

Paranaguá, em seguida, incluiu no seu programa algumas medidas indiretas tendentes a apressar a extinção do cativeiro: elevação do fundo de emancipação, proibição do comércio interprovincial de escravos e outras. Lafaiete manifestou-se favorável a estas idéias e tentou criar um módico imposto especial sobre o elemento servil, para facilitar a ação da lei de 28 de setembro de 1871. Dantas transporta das ruas para o Parlamento o movimento abolicionista, propondo a libertação sem indenização de velhos escravos. Saraiva leva a efeito, auxiliado dos conservadores, o projeto de Dantas, ligeiramente alterado.

Cotegipe procura resistir à onda cada vez mais avassaladora.

João Alfredo, sob a pressão dos interessados que abandonavam em massa as fazendas recusando-se as clases armadas a auxiliar a polícia impotente na captura dos fugitivos, e animado pelos senadores liberais, declara extinta a escravidão no Brasil. Eis, em síntese, o que ocorreu na

Câmara, por parte do Governo, com relação à Abolição, durante os oito anos de que delineio as principais feições.

Nabuco, o paladino parlamentar da Abolição, deixara de ser reeleito em 1881. Só voltou à Câmara em 1885, a tempo de ainda discutir o projeto Saraiva que se converteu na lei de 28 de setembro do mesmo ano. Dissolvida esta Câmara pelo Gabinete Cotegeipe, Nabuco voltou de novo em fins de 1887, derrotando o ministro do Império, companheiro de Cotegeipe, Machado Portela.

Na imprensa, dirigida sobretudo por José do Patrocínio, ganhava terreno todos os dias a propaganda a favor da emancipação. Também no Parlamento não cessaram de aparecer manifestações do quanto essa propaganda ia calando. Vários projetos naquele sentido se formularam, na ausência de Nabuco. Assim o de Leandro Ratisbona, a 4 de setembro de 1882, proibindo o comércio de escravos em todo o Império, bem como a venda e transporte dos mesmos de província a província; assim oferecido, em 2 de agosto de 1883, por Afonso Pena, ministro da Agricultura, como representante do Poder Executivo, fixando a residência dos escravos, aumentando o fundo de emancipação, estabelecendo o imposto de 500 réis sobre cada escravo; assim o de Leopoldo de Bulhões, a 3 de setembro ainda de 1883, declarando libertos todos os escravos existentes no Império, sob a condição de prestarem serviços aos ex-senhores pelo prazo de seis anos.

Já nos referimos ao de 15 de junho de 1884, apresentado pelo Deputado Rodolfo Dantas, em nome do Governo, e cuja principal disposição consagrava a liberdade imediata e incondicional dos escravos sexagenários. A 14 de julho do mesmo ano, Felício dos Santos propõe nova matrícula de escravos, ficando livres os não matriculados.

A 25 de agosto do mesmo ano, Almeida Nogueira propõe coisa semelhante e aumento do fundo de emancipação.

A 12 de maio de 1885, o Deputado Pádua Fleuri e outros oferecem o projeto concretizando as idéias do Ministério Saraiva sobre a Abolição e do qual se fez a lei de 28 de setembro do mesmo ano. A 9 de julho, Leopoldo de Bulhões apresenta um substitutivo em sentido mais liberal. A 8 de agosto, Carlos Afonso apresenta outro substitutivo igualmente

mais liberal. A 12 de agosto, João Penido propõe a revogação da lei de 10 de junho de 1835 sobre crimes de escravos.

Tantos projetos mostram como ia progredindo a aspiração abolicionista.

Dissolvida, pelo Gabinete Cotegepe, a Câmara de 1885, na de 1886 e na de 1887, fui, em começo, o único abolicionista declarado. Vieram no fim deste último ano Aristides Spínola, César Zama e Elpídio de Mesquita. Se não pude, por deficiência intelectual e não de vontade, trabalhar com brilhantismo, não fiquei inativo. Sempre que se me deparou ensejo, advoguei a causa dos cativos.

A 25 de agosto de 1886, apresentei uma indicação para que a Câmara, tomando conhecimento de tristes fatos ocorridos na Paraíba do Sul, com relação a escravos de Ponciano Caetano do Vale, barbaramente açoitados, promovesse qualquer providência no intuito de afirmar de modo positivo e solene que repugnavam aos sentimentos nacionais os horrores oriundos do condenado regime da escravidão.

A 4 de setembro, interpelei o Governo, na pessoa do Barão de Cotegepe, sobre a verdadeira condição dos escravizados desde que pela lei de 1885 fora fixado dia certo para entrarem no gozo da sua liberdade. Esforcei-me em dois discursos por demonstrar, de acordo com idéias sustentadas numa monografia pelo Visconde de Ouro Preto, que os escravizados se haviam tornado *statu-liberi*.

Não mais, pois, subsistia para eles a pena de açoites (art. 60 do Código Criminal vigente) nem a lei de 10 de junho de 1835. Concitei o Governo a acautelar a sorte dos ingênuos, assuntos de que já me ocupara em 1882 e busquei tirar partido em prol dos cativos da falta da declaração de naturalidade na nova matrícula.

A 18, 22 e 28 de setembro, a 6 e 13 de outubro, formulei requerimentos denunciando abusos, reclamando providências no interesse dos escravizados. A 12 de outubro, ofereci um projeto com idêntico objetivo.

A 4 de maio de 1887, no dia imediato ao da instalação da assembléia, apresentei novo projeto declarando livres da data da promulgação da lei todos os escravos do Império, obrigados os libertos à prestação

intransferível de serviço pelo prazo de dois anos aos ex-senhores. Continha o projeto outras providências abolicionistas e mereceu caloroso elogio em editorial da *Gazeta da Tarde*, então redigida por José do Patrocínio*. Não foi julgado objeto de deliberação em votação nominal, por 41 votos contra 33. Muitos dos que assim o repeliram *in limine*, votaram entusiasticamente, um ano e poucos dias mais tarde, a abolição total. Entre eles, Antônio Prado, ministro de João Alfredo.

A 23 de maio do referido ano de 1887, Jaguaribe Filho apresentou um projeto sobre organização de trabalho e libertação de escravos, mediante prestação de serviços por 5 anos, a contar de setembro de 1888.

No debate da resposta à Fala do Trono daquele ano, enviei à Mesa, a 27 de maio, a seguinte emenda:

"O resultado lisonjeiro da matrícula (a dos escravos, determinada pela lei de 28 de setembro de 1885) e outras significativas manifestações de todo o país em favor da emancipação, indicam que convém decretar medidas no sentido de apressar a completa extinção do elemento servil, assunto de que não se descuidará a Câmara dos Deputados."

* Editorial da *Gazeta da Tarde* de 5 de maio de 1887.

O GRANDE PROJETO

O Sr. Deputado Afonso Celso Júnior surpreendeu ontem a maioria da Câmara dos Deputados com um projeto de lei, em que se decreta a redenção do futuro pela dissolução lenta, mas completa de uma grande iniquidade do presente. S. Ex^a marcou o prazo de dois anos para a extinção total da escravidão no Brasil.

O projeto tem por fim desdobrar o escravizado no trabalhador livre, que ele procura criar pela esperança, fortalecer pelo salário e completar pela educação e instrução profissional. Belo espécimen de lei é este: o látigo substituído pelo livro, a senzala pela escola, o eito pela aula, o terror pela moral.

A escravidão vai desaparecendo nos artigos do projeto do mesmo modo que uma charneca nas águas triunfais de uma inundação.

Não nos parece, porém, que a atual maioria parlamentar possa comportar o projeto, que levará o seu autor à mais remota posteridade, se ele quiser consagrar à sustentação das idéias ali contidas toda a pujança do seu talento. Pode-se aplicar à atual organização parlamentar o qualificativo de Sterne: é o ostracismo dos cidadãos inteligentes. A Câmara não é senão a espumarada da oligarquia que veio à tona do

No Senado, Silveira da Mota, Dantas, Godói e Taunay apresentaram também projetos tendentes a acelerar a extinção do cativo. O oferecido, a 3 de junho de 1887, por Dantas e mais 13 senadores concluía pela abolição total no fim de 1889. A 26 de setembro, veio da câmara vitalícia o projeto, iniciado pelo Visconde de Assis Martins, revogando a lei de 10 de junho de 1885 e o art. 113 do Código Criminal, na parte em que applicava a pena de açoites.

Eu prosseguia, entretanto, no limite restrito de meus elementos, a campanha abolicionista. São todos armas de combate os meus dois requerimentos de 5 de maio, o de 1^a de junho, os de 4, 6, 12, 15, 25 e 27 de julho, os de 16 e 25 de agosto, os de 13, 15, 16 e 27 de setembro.

A 12 de maio, interpelara o Ministro Rodrigo Silva acerca da matrícula dos escravos no município de Campos que, assinada por pessoas incompetentes, devia aproveitar a emancipação.

Como provam os *Anais*, não deixei passar uma ocasião, o menor pretexto, sem chamar a atenção dos poderes públicos e do povo para as vítimas da odiosa instituição, dias havendo em que formulei mais de um requerimento, o que, aliado a minha atitude perante o Ministério Dan-

pela ebulição dos interesses do escravismo. O projeto não será, com certeza, rejeitado em larga e aberta discussão, mas abafado no nascedouro pela maioria, essa desumana *comadre* da escravocracia.

Se possível obter para o projeto debate franco e consciencioso não haveria dúvida quanto a sua adoção.

O resultado da nova matrícula demonstrou palmarmente que a escravidão deixou de ser o lendário instrumento da nossa riqueza, para ser a subvenção governamental à ociosidade e à incapacidade.

Ninguém pode hoje, de boa fé, sustentar a escravidão, como elemento necessário à vida econômica de nossa Pátria, porque o fato se interpõe, contrastando flagrantemente os argumentos que possam ser produzidos. Por deliberação espontânea do povo brasileiro o algarismo negro foi diminuído de dois terços das suas unidades e essa redução em nada diminuiu a fortuna nacional. Pelo contrário, o Sr. Ministro da Fazenda acaba de assinalar na Falta do Trono o aumento das rendas e este não pode provir senão de maior produção e bem-estar da Nação, visto como nenhum imposto direto foi lançado sobre o povo.

tas, me valeu o diploma de sócio honorário da Confederação Abolicionista, assinado pelos mais notáveis campeões populares da nobre causa.

Em 1888, na fala com que abriu a sessão legislativa, a 3 de maio, disse a Princesa Imperial Regente: "A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições."

Estas palavras provocaram no recinto do Senado ruidosos aplausos, – primeira vez durante a leitura de Fala do Trono. Após a sessão imperial, densa multidão aglomerada às portas do edifício fez à Princesa, aos ministros, aos senadores e deputados abolicionistas extraordinária ovação. Da janela do Paço do Senado, Nabuco e eu fomos obrigados a falar.

A história das conquistas da Abolição em todo o mundo, inclusive a nossa Pátria, conforma-se com a afirmação que fazemos. Sempre que se golpeou a escravidão, a essa poda da árvore negra correspondeu uma espécie de primavera social, porque o trabalho desafojado da sombra mortífera pôde vicejar, enfrondecer e florir.

Todos se recordam de que, extinto realmente o tráfico, entramos em uma fase de iniciativa comercial e industrial, de grande proveito para o país e que pode ser considerada a renascença do nosso comércio e da nossa indústria.

Se o governo do Império houvesse então anteposto o seu dever e o direito de todos aos interesses dos corrilhos políticos e oligárquicos, a redenção do espírito público ter-se-ia efetuado e a esta hora em vez de sermos a nação – vergonha da América e do Velho Mundo civilizado, seríamos um dos exemplos da grandeza humana e da glória do nosso século.

Muito melhor aquinhoado pela natureza de que os Estados Unidos, dispondo de maiores tesouros minerais do que ele e de um solo de uberdade edênica; e de mais disso, de uma vastíssima zona, que oferece todos os climas à aclimação humana; podendo fundir em massa popular indígena todas as raças, porque a colonização portuguesa, em vez de haver procurado destruir as raças selvagens, as assimilou, prepa-

A 7 de maio, na Câmara, declarei que apoiaria incondicionalmente a proposta que o governo oferecesse sobre elemento servil.

Nesse dia, apresentando o seu gabinete, organizado no interregno parlamentar, assim se exprimiu João Alfredo, freneticamente aplaudido: *"O Ministério se tiver o apoio do Parlamento há de esforçar-se, quanto for possível, para que esse programa se converta em realidade e, sobretudo, para que se efetue quanto antes a reforma do elemento servil que é a aspiração nacional e que o Gabinete tem empenho em fazer tão perfeita quanto a opinião pública a indica e quer. Amanhã será apresentada a proposta do Poder Executivo para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil."*

Efetivamente, o Governo solicitara nessa data, dia e hora para apresentar uma proposta. No dia 8 às 2 horas da tarde, introduzido no recinto com as formalidades regimentais o ministro da Agricultura Rodrigo Silva, dirigiu-se à Mesa e de pé, à direita do presidente, Barão de Lucena, leu o seguinte: *"Augustos e digníssimos Srs. representantes da nação. Venho, de ordem de S.A. a Princesa Imperial Regente, em nome de S.M. o Imperador apresentar-vos a seguinte*

Proposta

Art. 1º É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1888. – Rodrigo A. da Silva.

rando-nos assim para resistir à invasão assoladora do preconceito de raças; o Brasil pode fazer a sua grandeza em muito menor tempo do que a nação fenomenal que precisa recorrer à prodigalidade para fazer em face do excesso da sua riqueza.

Não tivemos, porém, governo para orientar a renascença comercial e industrial do País e a consequência foi perder-se o resultado da vitória.

O projeto do Sr. Afonso Celso tem na história do país a sua melhor defesa, depois do talento de seu autor.

Não é um saldo fora do meio, que ele pretende modificar; é a marcha compassada e segura para o futuro. Em dois anos a lavoura retardatária pode perfeitamente munir-se dos instrumentos necessários para a transformação de seu trabalho. O escravo por sua vez tem recebido o primeiro batismo da liberdade e entra pelo salário e

Rezam os *Anais* que se seguiram à leitura prolongadas aclamações e ruidosas manifestações populares, dentro e fora do recinto.

O presidente declara que a proposta do Poder Executivo será tomada na devida consideração pela Câmara dos srs. deputados e convida a deputação que recebera o ministro, que se retira, acompanhá-lo, com as mesmas formalidades da entrada.

Joaquim Nabuco requer se nomeie uma comissão especial de cinco membros para dar parecer sobre a proposta. É aceito o alvitre e nomeados para a comissão Duarte de Azevedo, Nabuco, Gonçalves Ferreira, Alfredo Correia e eu. Reúne-se a comissão imediatamente, e, minutos depois, o relator, Duarte de Azevedo, apresenta o parecer unânime, opinando para que a proposta se converta em projeto de lei. "*A Comissão*", disse Duarte de Azevedo, "*convencida de que nesta matéria não é possível retardar um momento só a longa aspiração do povo brasileiro, no sentido de satisfazer uma necessidade social e política, que é ao mesmo tempo um preito de homenagem prestado à civilização do século e à generosidade do coração de todos aqueles que amam o bem da humanidade, deu-se pressa em formular o parecer a respeito da proposta.*"

Em seguida, o mesmo Duarte de Azevedo requer dispensa de impressão e urgência para o projeto entrar na ordem do dia seguinte.

Suscita-se pequena e viva discussão entre Nabuco e Andrade Figueira. Protesta este contra o que se estava fazendo e contra a invasão do recinto da Câmara pelo povo, o que "a transformara em circo de cavalinhos". Nabuco, ao fundamentar o pedido de nomeação da comissão espe-

pela instrução na confirmação legal da sua nova posição e durante dois anos faz o aprendizado necessário do trabalho livre.

O escravismo, porém, não verá de certo que é chegada a sua hora e que esse projeto é um aviso amigo da parte da aspiração da maioria do povo brasileiro.

Cegar-se-á mais uma vez, confiando no seu passado como o filho sem mérito na herança de seus pais, e talvez não consinta que em 89 a Nação brasileira possa festejar com orgulho o centenário dos Direitos do Homem, pelo advento legal de igualdade de todos os brasileiros. Talvez a obstinação nos force a nós abolicionistas a escrever com letras vermelhas o decreto que nos é ditado pela voz unânime da civilização.

O Sr. Afonso Celso Júnior bem mereceu da pátria; honremos o seu nome.

cial, justificando os aplausos do povo à leitura da proposta, dissera que *mesmo o coração de bronze de Andrade Figueira não se poderia opor a que se procedesse com a maior urgência.*

Figueira estranha achar-se apto Nabuco para conhecer de que matéria era formado o seu coração; *não sabe se esse coração é de bronze, mas se o é, prefere-o assim a que seja de lama.*

Nabuco ergue-se fremente: *Não acredita ser-lhe atirado esse coração de lama. Se o foi, deixa o insulto no tapete, pois não merece ser levantado. Não acredita também que fosse atirado ao povo brasileiro, pois Andrade Figueira compreende que naquele momento o sentimento dominante em todos os corações era o patriotismo. Acreditava ter feito uma homenagem ao coração de Andrade Figueira qualificando-o de bronze. O deputado fluminense referindo-se aos fatos extraordinários ocorrentes, comparara a maior sessão do Parlamento brasileiro a uma reunião de circo de cavalinhos. Mas o povo brasileiro, aglomerado na Câmara, devia garantir e respeitar a inviolabilidade de Andrade Figueira no cumprimento do que ele reputava o seu dever, querendo prolongar o que não era mais possível – a escravidão.*

Tendo Nabuco declarado que Figueira achava-se coacto, observou este não haver ninguém mais livre do que ele na Câmara, naquele momento.

Dispensada a impressão do projeto, Andrade Figueira ainda reclama contra a preterição de fórmulas regimentais. Levanta-se, por fim, a sessão, no meio de jubiloso alvoroço.

No dia seguinte, 9, Andrade Figueira pronunciou longo, eloqüente e corajoso discurso sobre os inconvenientes da Abolição imediata e incondicional. Respondeu-lhe Rodrigo Silva, justificando-se de haver passado do ministério escravista Cotegipe para o abolicionista João Alfredo. Alguns trechos desse discurso merecem ser reproduzidos, pois descrevem a situação moral do Brasil ao se organizar o Gabinete João Alfredo:

"De um lado víamos, disse o ministro da Agricultura, uma agitação no sentido de declarar extinção da escravidão no país, e de outro quebrados todos os elementos de resistência; qual deveria ser o procedimento de qualquer homem político, investido da responsabilidade do governo, devendo responder pela legalidade e pela ordem?...

"Vejam agora, senhores, o que se passava do lado oposto, e como os elementos se desencadeavam contra a manutenção da escravidão, tornando impossível e im-

praticável a resistência, tal como a deve empregar a autoridade pública. Não havia um só órgão respeitável, desses que formam o sentimento de um povo e a opinião de uma nação, que não estivesse empenhado na grande cruzada. Recordarei a intervenção de alguns contra os quais a ação do governo, se não era inútil, era ineficaz. O Episcopado, com a sua palavra santa, falava ao coração dos fiéis, por meio de pastorais eloquentes, ungidas de amor e piedade, e indicando a libertação dos escravos com a mais bela oferta comemorativa do jubileu do Santo Padre... Nas academias, a mocidade em todas as suas festas generosas, imprimia nos acontecimentos uma face nova, atraindo adeptos, que somos nós todos, pais e admiradores desses mensageiros de nossa grandeza futura. Em todos os atos da vida íntima das famílias, em todas as grandes solenidades públicas, a redenção dos cativos tornou-se um programa e um remate obrigados... Tudo isto vem em apoio da medida que tivemos a honra de apresentar. E, o que é mais extraordinário ainda, é que os próprios interessados na manutenção da propriedade escrava davam diariamente exemplos os mais admiráveis de abnegação, libertando os seus escravos incondicionalmente. Recordarei de passagem a opinião uniforme dos tribunais, favorecendo quanto possível as soluções mais liberais; a atitude das classes e corporações que sempre se distinguiram por uma obediência passiva e estranhas a qualquer movimento ou iniciativas mais arriscadas e comprometedoras; e, por último, a voz da imprensa, o grande baluarte da opinião, o fator máximo desta reforma. Ora, se observamos este movimento, esta agitação pacífica por toda parte, poderíamos, aceitando o poder, cruzar os braços e deixar que a revolução decretasse a libertação dos escravos? Isso seria um erro funesto às instituições, um precedente que poderia de ora em diante anular, nas grandes comoções, a ação dos poderes públicos, e passar para o povo em revolta a direção da sociedade."

Rodrigo Silva poderia ter incluído entre os fatores da Abolição a Princesa Imperial Regente que, além de sua ação como chefe do Poder Executivo, promoveu, entre outros atos significativos, a libertação de Petrópolis e cujos filhos redigiam um pequeno jornal abolicionista por eles próprios composto e impresso – *O Correio Imperial*.

No dia 9, falou ainda Alfredo Chaves contra o projeto. Requeri eu o encerramento da discussão, justificando-o em breves palavras. Araújo Góis Júnior propõe que ao artigo primeiro se acrescentem as palavras – "*desde a data desta lei*" – a fim de não demorar a respectiva execução. Procede-se à votação nominal do art. 1º e da emenda. Aprovam-nos 83 deputados. Manifestam-se contra, 9: – Barão de Araçagi, Bulhões Carvalho, Castrioto, Pedro Luís, Bezamat, Alfredo Chaves, Lacerda Werneck, Andrade Figueira e Cunha Leitão – dos quais 8 representantes da província do Rio de Janeiro.

Entra em discussão o artigo segundo. Suscitam-se várias questões de ordem, nas quais falam rapidamente Araújo Góis, Nabuco, Pedro Luís e Mata Machado. Satisfeitas as exigências regimentais, é dado o projeto, novamente com a emenda, para a ordem do dia seguinte.

No dia 10, apresentei um projeto determinando fosse considerado de festa nacional o dia da sanção da lei abolicionista. Entrando em 3ª discussão a proposta do governo, vozes reclamaram: **Votos! Votos!** Falou ainda, entretanto, Lourenço de Albuquerque, defensor constante dos interesses escravagistas, mas favorável à proposta, porque entendia não poder ter tido o Ministério procedimento diverso do que teve. Era o inevitável, a fatalidade dos acontecimentos a que se submetia. Falou, também, em sentido contrário, Pedro Luís. Ao concluir este, aplaudido pela deputação fluminense, tornaram-se insistentes os brados: **Votos! Votos!** À vista da impaciência da Câmara, desistem da palavra Coelho Rodrigues, Zama e Alberto Bezamat. O projeto é antes aclamado do que votado em 3ª e última discussão. Nabuco requer a nomeação de uma comissão de redação interina (as comissões permanentes não haviam ainda sido eleitas) para redigir o vencido, a fim de se remeter imediatamente o autógrafo ao Senado. Nomeados ele, Duarte de Azevedo e Rosa e Silva, apresentam incontinenti a redação definitiva. Requeiro eu a dispensa de impressão para que desde logo a redação seja discutida. Faz-se tudo num momento. Aprova-se a redação. Nabuco, em eloqüente discurso, digno remate daquelas horas de febre, requer que se levante a sessão, o que se efetua entre prolongadas e indescritíveis demonstrações de júbilo e entusiasmo.

Eram duas horas da tarde. Havia exatamente 48 horas que se lera na Mesa a proposta do governo. Nessas 48 horas, passou a proposta, convertida em projeto e emendada, por duas discussões (as propostas do governo não sofriam 1ª discussão) e por 2 votações, uma das quais nominal. Além dos muitos breves discursos proferidos em questões de ordem, pronunciaram-se 11 longos, dos quais 6 de oposição.

Nesse mesmo dia 10, chegou ao Senado o projeto. Não havia encerramento na câmara vitalícia; o debate durou aí três dias incompletos. Falaram contra os dois chefes conservadores, Cotegipe e Paulino;

falaram a favor Dantas e Correia. Muito notável o discurso de Cotegipe no dia 12. A citação de alguns períodos mostrará a clarividência, a coragem, a intuição profética do velho estadista.

"As grandes manifestações de entusiasmo, em todos os tempos, exclamou Cotegipe, nunca foram permanentes ou muito duradouras; e os homens práticos sabem que as lições de história demonstram que muitas vezes o triunfador de hoje, é a vítima de amanhã. Voltava Cromwell da expedição da Irlanda, vitorioso. Saltava em Bristol e um dos seus ajudantes de ordem dizia: 'Veja que multidão para aplaudi-lo em seu triunfo!...' Ele respondeu de modo brusco: 'Seria muito maior se me fosse ver enforcar.' Isto prova que nem sempre devemos confiar na opinião do momento. É o futuro, são as conseqüências dos atos praticados que hão de, na História, traçar o crédito ou o descrédito dos que os praticaram... Se o movimento abolicionista teve rápida marcha, deve-o aos nobres senadores liberais. Foram eles que levantaram a questão da filiação desconhecida; foram eles que propuseram, embora o governo concordasse, a abolição do castigo de açoites, enfim, foram eles que nunca perderam uma ocasião, quer apresentando projeto, quer argumentando em diversas discussões, para apressar e promover a pronta extinção da escravidão... A extinção da escravidão que ora vem neste projeto, não é mais que o reconhecimento de um fato já existente. Tem a grande razão que reconheço de acabar com esta anarquia, não havendo mais pretexto para tais movimentos, para ataques contra a propriedade e contra a ordem pública... Na minha opinião, o poder, nesse caso, devia passar aos liberais... Foi um erro que não passasse a ser feita pelo Partido Liberal a solução dessa medida radical... Pois os conservadores, dir-me-ão, que puderam fazer a lei de 1871, que puderam... tomar a responsabilidade da lei de 1885, não podiam tomar a responsabilidade desta? Não podiam. Se o poder fosse ter às mãos dos liberais, a conseqüência seria o abandono de todos os partidários liberais que são contrários à rápida extinção da escravidão, esses viriam aumentar a força e o número do partido conservador. Agora há de acontecer o inverso: os conservadores vão ser liberais, não digo que todos... A verdade é que há de haver perturbação enorme no país durante muitos anos... A crise há de ser grande... Seja-me permitido uma rápida vista de olhos sobre as conseqüências políticas deste ato. Por ora, tudo é festa, tudo é alegria, tudo são flores; enfim, o prazer é unânime, universal por esse grande ato da extinção da escravidão. Estão porém, persuadidos de que o negócio fica aí? (Pausa) Estão convencidos? Declaro que não; sou mais franco; VV.EEEx. não querem responder; mas eu respondo talvez por todos: não, não fica aí... Este ato cria muitos descontentes; as instituições perdem muito apoio com a irritação de uns, e com a indiferença de outros..."

E citou o discurso proferido pouco antes na Bahia pelo conselheiro Rui Barbosa:

"Fazendo da Abolição uma empreitada cometida ao partido reator, a Coroa enfraqueceu substancialmente um dos seus baluartes mais fortes e melhor construídos, porque vê pouco quem não percebe o golpe republicano que candidamente descarregou

nos seus próprios interesses.' Eis aqui a opinião deste político, comenta Cotegipe, o ato foi praticado em favor da República."

E continua, citando Rui Barbosa:

"É uma ressurreição; é um passado que volta ao abismo de onde saiu; é uma idade que acaba e uma era nova que começa; de todos os pontos, nas fronteiras, do Norte e do Sul, os ventos nos trazem as idéias vivificadoras de nossa reabilitação; a liberdade religiosa; a regularização da legislação em todos os seus ramos; a difusão do ensino; a universalidade do voto; a desenfusão da propriedade; a federação dos Estados Unidos do Brasil." – Eis aqui, senhores, o que nos espera – concluiu Cotegipe.

Paulino de Sousa, na sessão de 13, pronunciou também altivo e levantado discurso:

"A história e a experiência política atestam", disse S. Exa, "que todas as vezes que a realza, por amor da popularidade, por motivos de sentimentalismo, ou por cálculo político, acorda-se, ainda que em pensamento, com qualquer propaganda popular, enérgica e ativa, a instituição contra a qual se dirigem os esforços combinados pode-se contar que está fatalmente derrocada, e, com ela sacrificada a classe ou classes interessadas na sua manutenção. E se à frente dessa propaganda se acham homens resolutos, entusiastas e ousados, o arrastamento é invencível e não há mais poder que consiga encadear ou encaminhar a corrente, uma vez solta da represa."

Paulino falou no meio de impaciência geral. Dará uma idéia do desejo ardente que havia da aprovação da lei, a circunstância de que ainda se discutia o projeto do Senado e já a Princesa Imperial Regente se dirigia ao Paço da cidade preparada para o ato da sanção. Descera para isso adrede de Petrópolis. Aludindo a esse fato, Paulino declarou no seu discurso que cumprido o seu dever de senador, cumpriria também o de cavalheiro não fazendo esperar uma dama de tão alta hierarquia.

Foi soleníssima a cerimônia da sanção, a que compareci como deputado e como um dos delegados da Confederação Abolicionista. Milhares de pessoas do povo invadiram o Paço.

Literalmente rodeada pela multidão, a Princesa, aflita e chorosa, em virtude das más notícias chegadas da Europa sobre a saúde do Imperador, mal se podia mover. No momento em que empunhou a pena para a assinatura fez-se religioso silêncio. Depois, uma explosão de bravos, aplausos, aclamações delirantes nunca vistos. Muita gente chorava de alegria. Inimigos da véspera abraçavam-se reconciliados. José do Pa-

trocínio, fora de si, atirou-se aos pés da Princesa, quis beijá-los, pronunciou de joelhos comoventíssimas palavras. Nabuco abriu caminho até uma janela e daí, com sua voz poderosa, anunciou a boa nova ao povo que se atualhava no largo, onde hoje se vê a estátua de Osório, estendendo-se, em mó compacta, desde a Rua Direita até ao ponto das barcas. Indescrevíveis as manifestações de regozijo que se sucederam! Nunca houve nem tão cedo haverá demonstrações de entusiasmo assim.

Sancionada a lei, a Câmara resolveu não funcionar enquanto durassem as festas da Abolição. Na sessão de 21 de maio, requeri que se consignasse na ata um voto de profundo reconhecimento ao governo e ao povo argentinos pela maneira festiva e brilhante com que se associavam às festas comemorativas da Abolição. A imprensa argentina representada por Mitre e por J. Vedia, o Governo e a Câmara dos Deputados dessa nação, bem como as Cortes portuguesas, felicitaram a Câmara dos Deputados do Brasil. O Deputado Costa Aguiar, hoje bispo do Amazonas, propôs que se aprovasse um voto de agradecimento ao Sumo Pontífice, por haver manifestado seu paternal interesse pela solução do nosso problema servil. Leão XIII respondeu, por intermédio do Cardeal Rampolla, agradecendo efusivamente.

O modo como se realizou a Abolição prova que nenhuma grande reforma seria impossível no Brasil monárquico, desde que a opinião pública seriamente a quisesse.

Em 5 dias, apresentou-se a proposta, emitiu-se parecer sobre ela, foi emendada, e foi discutida em ambas as casas do Parlamento, sem preterição de nenhuma formalidade constitucional e regimental. Os oradores da minoria não procuraram obstruir. Falaram com a maior isenção, coragem e civismo. O povo os respeitou, apesar de excitado e ansioso pela conclusão.

Poderosos eram os interesses ligados ao cativo. Os lavradores, fortes potências eleitorais, dispunham de talentosos defensores, de prestígio e de dinheiro. Todavia, nas últimas semanas muitos fazendeiros emulavam em zelo com os abolicionistas – para apressar a reforma. Como que sentiam remorso do tempo consumido em combatê-la, e urgência em efetuar a reparação. Quanto aos deputados escravocratas, muitos

havia libertado espontaneamente seus escravos para que não se lhes atribuisse a oposição a interesses feridos.

Foi uma medida popular. Confraternizaram nela mandantes e mandatários.

O povo participou diretamente nas deliberações. Todo abolicionista via-se festejado nas ruas, fosse qual fosse o seu passado, o seu caráter, as suas idéias em outras questões.

A Princesa Imperial Regente sabia que arriscava a sua coroa, e não hesitou. Deu as mais altas demonstrações de público apreço aos chefes abolicionistas. Carregou em seus braços os filhos pequenos de José do Patrocínio. Quis nomear a este Barão da Redenção. Talvez pensasse conquistar as simpatias e o reconhecimento de toda uma raça redimida. Nobre ilusão!

A grande lição a tirar do acontecido é que nunca em política, como em tudo, por motivos subalternos de conveniência, paixão, considerações partidárias, se deve a gente opor às grandes idéias de direito e de justiça. Essas idéias acabam sempre, mais cedo do que se conjectura, por triunfar. O melhor é abraçá-las desde o começo. O querer o homem público fazer-se de fino, esperto, calculista, produz mau resultado. Cumpre marchar sempre de acordo com a consciência e o coração. O mais hábil estratégia consiste na honestidade, na retidão, na lealdade para com as pessoas e os princípios.

Se os liberais tivessem adotado desde logo, como lhes competia, o programa abolicionista, muitos males se poupariam ao país. Cabia aos liberais realizarem a reforma, vindo depois os conservadores, como seria natural e justificável aplacar os ressentimentos que dali se originassem. Assim o entendia o lúcido espírito do Barão de Cotegipe. Assim devia ser.

Mas realizarem os conservadores a mais funda das nossas revoluções, uma revolução social, em 5 dias, foi a inversão de todas as normas, gerou a indisciplina, tudo abalou. As classes conservadoras, lesadas e despeitadas com a Abolição não tiveram mais para quem apelar. Atiraram-se à República. Consequência – o 15 de Novembro.

O Ministério Ouro Preto veio tarde. Tomou sobre si uma tarefa hercúlea: efetuar largas reformas, para satisfazer a corrente democrática do país, e, ao mesmo tempo, robustecer a autoridade vacilante, inspirar confiança aos conservadores descontentes e retraídos do trono. Durante 5 meses trabalhou heroicamente. Era tarde! Tudo estava solapado. A aspiração republicana vinha de longe. Os republicanos haviam aliciado a força armada. Proclamou-se a ditadura militar, sob o nome de República.

Em política, dizia Talleyrand, um erro é pior que um crime.

.....

XV -- *Pródromos da República*

A

República como a Abolição teve causas gerais e profundas, longos antecedentes.

Quem lê desprevenido os *Anais* da Câmara, onde se refletia a vida nacional, verifica como as duas idéias foram aos poucos se alastrando e avultando. A República tinha que vir. Mas como tinha que vir? Não sou (e nisso me apadrinho com a autoridade de Ernesto Renan), dos que não admitem senão a fatalidade em história. "Mas há um momento", diz o eminente escritor, "na marcha de uma corrente em que uma pedra determina essa marcha. Uma vez os fatos desencadeados, nada os detém; entretanto, no começo, tudo é possível. Podia-se evitar a revolução francesa, podia-se chegar ao resultado por ela obtido sem violência tão enormes".

Estas reflexões aplicam-se à revolução brasileira. Atribuí-la a este ou àquele sucesso isolado, afirmar que ela não se faria se o general Fulano não estivesse aqui ou ali, se o Imperador se dirigisse a um ponto, em vez de outro, se o político Sicrano, em lugar de Beltrano, houvesse assumido a direção do país, é explicar os acontecimentos históricos pelo denominado por Voltaire – sistema das causas fúteis.

O 15 de Novembro foi a conclusão de premissas de há muito estabelecidas, mas a Abolição efetuada pelos conservadores equivaleu à pe-

dra de que fala Renan. Todos os políticos concorreram para a República, desde o soberano até o último deputado, uns pela ação, outros pela inação, uns pelo que praticaram, outros pelo que deixaram de praticar.

Não havia manifestações monarquistas, durante o período cuja crônica esboço. Hoje, sim, há monarquistas convencidos, após a observação e a experiência dos sucessos, de que mesmo teoricamente, a forma republicana as segura e garante menos os direitos individuais do que a Monarquia constitucional representativa. Esta é mais moderna, mais aperfeiçoada do que aquela. República de todos os feitos funcionaram há milhares de anos na Grécia. A Monarquia parlamentar, qual a conhecem a Inglaterra e a Bélgica, somente atingiu o perfeito funcionamento de seus delicados aparelhos no correr do século XIX.

Levar-me-ia muito longe a demonstração destas verdades. Pretendo apenas elucidar, agora que nos meus oito anos de deputação a idéia republicana acentuou-se e progrediu no seio do Parlamento.

Não me surpreendeu a proclamação da República. O modo como se efetuou é que constituiu uma indigna cilada, um erro, um crime, fonte de tamanhas desgraças, só remediáveis com a restauração.

Quando entrei na Câmara, em 1881, nenhum republicano confesso ali tinha assento. Dizia-se que Mata Machado, Felício dos Santos, Vieira de Andrade, Silviano Brandão, e João Penido, eleitos comigo por Minas, eram republicanos. Nenhum deles, porém, fez profissão de fé republicana. Fi-la eu. No meu discurso de estréia, a 28 de fevereiro de 1882, declarei que, representante da nova geração, era republicano, adotando o manifesto de 3 de dezembro de 1870, cujos signatários disseram não querer convulsionar a sociedade, mas esclarecê-la, não conspirar, mas discutir, provocando não dissensões nem discórdias, porém, simplesmente a reconstrução, promovendo reformas complexas que abrangessem todo o mecanismo social. Aspirando a tais reformas eu queria consegui-las legalmente, por meio da luta pacífica, partidário da propaganda ativa, mas evolucionista, e, sobretudo, obediente à lei. Entendia, assim, não ser o partido republicano membro dissidente da família brasileira, mas, respeitando a organização dessa família, e o pacto que a instituiu, o qual não consagrava a imobilidade, antes até estabelecia os meios pelos

quais poderia ser remodelada ainda nos seus pontos mais essenciais, realizaria aquele partido as suas idéias, de modo a exprimir sempre fielmente a vontade nacional, sem as oscilações da surpresa nem os arrastamentos da paixão. De acordo com estes princípios, reclamei largas medidas em prol da instrução pública, a descentralização administrativa, o avigoramento do município, o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, a emancipação dos escravos, pela qual constantemente me bati.

Nunca me afastei da linha traçada. A 15 de setembro de 1885, disse que, acima dos caprichos do príncipe conspirador, na frase de Ferreira Viana, existia a vontade do povo, o qual da mesma sorte que salvara a Monarquia abandonada num berço às ondas borrascosas de uma revolução, da mesma sorte que rasgara a sua lei fundamental para colocar a coroa sobre a fronte de uma criança impaciente, também poderia, num ímpeto de legítima cólera, num arremesso de indignação, fazer rolar em estilhaços tantas instituições anacrônicas que tolerava, instituições destinadas a caírem, pela simples evolução dos acontecimentos, pelo desenvolvimento normal do país, como caem os dentes da infância, – sem abalo, sem sangue e sem dor.

Na sessão de 22 de junho de 1886, advogando a Abolição do cativo, opinei que era preciso ir preparando francamente o terreno para outra forma de governo, cujo próximo advento se me afigurava inevitável, e irrepressível, sem convulsões, nem perigo, apenas em virtude da revolução moral que estava operando em todos os espíritos. Essa revolução moral contra a forma de governo vigente ia adiantada, como o demonstrava a mais superficial observação das coisas públicas. A Monarquia mantinha-se por tolerância, exclamei – sem um único esteio ou ponto de apoio na alma nacional. Esta minha declaração provocou alguns *não-apoiados*, mas nenhum protesto veemente. Qual dos partidos militantes, indaguei, é convencidamente monarquista? Nenhum, respondi. Quando está no poder qualquer deles, como a Monarquia e os seus interesses coincidem num ponto de interseção, ele a defende. (O Sr. Escragnolle Taunay e outros dão *não-apoiados*) Redargui que não havia contestar. Mal deixava o poder aquele partido, tornava-se, senão hostil, pelo

menos indiferente, não só à forma de governo, mas até à pessoa do monarca. Ninguém toma a sério, prosseguí, entre *não-apoiados*, as ficções que constituem a essência do atual regime. É unânime o ridículo provocado pelas suas práticas. Não há uma classe, um grupo de homens diretamente interessados na manutenção do sistema monárquico. E mostrei que a classe mais poderosa e aristocrática do Império, a lavoura, à qual por índole incumbia sustentar as instituições imperiais, agredira descomunalmente o Imperador e a exorbitância de seus poderes, porque o presumia impulsor do movimento abolicionista. Portanto, concluí, fazia-se mister ir preparando o espírito público para uma nova forma de governo, papel pertencente, no meu entender, aos liberais, que deviam ter a nobre isenção de proclamá-lo, sem reboço. O Sr. Taunay objetou: O país é monárquico. O Sr. Lourenço de Albuquerque obtemperou: Se viesse agora a República, eu fugiria do Brasil. Terminei: A República não virá já, mas há de vir mais cedo do que se supõe.

A 19 de julho de 1886, no final de um discurso, exclamei: "Cumprir a nação o mesmo que o agricultor faz às terras de sua lavoura: derrubar os troncos inúteis, queimá-los, e revolver o solo, antes de lhe lançar novas sementes".

A 6 de junho de 1888, interpelei o ministro do Império, Costa Pereira, sobre as representações de várias Câmaras Municipais de São Paulo relativamente à mudança de forma de governo, corporações que haviam sido suspensas e responsabilizadas por ordem do então presidente daquela província e futuro presidente da República, Rodrigues Alves. Assim me enunciei: "Não acha o Governo que os fatos são reveladores de uma nova orientação política, do advento das mais recentes camadas sociais, cujo triunfo será inevitável e ao qual convém ir preparando terreno para não produzir abalo, vindo suave e naturalmente?" E assinaei ser francamente republicana a mocidade que surgia das academias, dos seminários, do Exército e da Armada. O partido republicano, continuei, é hoje um partido militante em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. "Há 10 anos ninguém falava em República. Hoje raro é o dia em que na tribuna e na imprensa não se clame

por ela, e o Governo ouve os brados sem os poder reprimir. Respondei-me em consciência se não vem perto talvez a vitória do sentimento republicano que tem calado fundamente na alma nacional."

O Sr. Alves de Araújo interrompeu: Apesar de tudo, o país é monárquico.

"Como pode o nobre deputado afirmá-lo?" – redargui. "O povo é, quando muito indiferente, à forma de governo. Lavra descontentamento surdo em todo o Império. Ninguém está satisfeito. O Partido Conservador arroga-se o papel de liberal, de sorte que em breve veremos em prática o *steep-le-chase* de reformas, de que se arreceava o Rei Leopoldo. É significativo o aspecto da Câmara. Acolhe a notícia e a prova de que as instituições perigam, com benevolência risonha. O nobre ministro do Império exhibe a maior tranqüilidade."

– O Sr. Andrade Figueira: É que ninguém acredita nessas profecias de mau agouro.

"Nas de Thiers, anunciando os desastres da guerra de 1870", finalizei, "também ninguém acreditava. O que está patente é que a monarquia não dispõe nesta Casa de defensores entusiásticos e ardentes que se irrirem e se inflamem, ao ouvir que todos os elementos conspiram contra sua permanência."*

Eis a minha linguagem e atitude inalteráveis, durante o Império. Comecei a ser monarquista com todos os seus perigos, no momento em que muitos começaram a ser republicanos, com todas as suas vantagens, a 15 de novembro de 1889.

No discurso de fevereiro de 1882, eu declarara que, aceitando um mandato político e legislativo, me obrigara a colaborar ativamente na marcha dos negócios públicos.

O Partido Republicano não se achava então organizado, e, não anuindo eu aos processos empregados por alguns de seus sectários,

* Sobre a minha atitude republicana na Câmara e ulterior conversão ao monarquismo, vide meu livro *Guerrilhas* Tip. Moraes, Rio de Janeiro, 1895, caps. "Aos Srs. Anônimos", "Até 15 de novembro", "Depois de 15 de novembro", págs. 283, 297 e 313, em que explico os fatos com minuciosidade e máxima isenção.

propus-me a trabalhar com o Partido Liberal, a aliar-me a ele sem sentar praça nas suas fileiras. Era uma aliança mais natural que a dos republicanos de São Paulo naquela época com os conservadores. Nas circulares aos eleitores, em quaisquer atos públicos, jamais me apartei destas normas.

Nunca fui ao Paço. Apenas uma vez, em 1889, procurei o Imperador, então doente numa casa particular da Tijuca, a fim de agradecer o ter indicado espontaneamente o meu nome para importante comissão diplomática que não aceitei. Não exerci cargo algum de nomeação do governo.

Cinco deputados republicanos saíram eleitos em meu tempo: Prudente de Moraes, Campos Sales, Álvaro Botelho, Monteiro Manso, Lamounier Godofredo. Os três últimos nada disseram. Os dois primeiros não usaram de linguagem mais peremptória do que a minha.

Alguns conservadores me apoiaram naquelas manifestações, ou se expressavam de tal modo a respeito das instituições monárquicas e do Imperador que fortemente abalavam essas instituições e desprestigiavam o monarca conforme em mais de um ponto tenho salientado. No meu citado discurso de 22 de junho de 1886, proferido perante o presidente do conselho, Barão de Cotegipe, acentuei que, tenho viajado bastante pelo interior do país, ainda não encontrara um homem disposto a pegar em armas para defender a Monarquia. Em abono dos meus assertos relativos ao próximo advento da República, citei o discurso de Ferreira Vianna, a 31 de julho de 1884, verdadeiro libelo contra o Sr. D. Pedro II, aplaudido pelos conservadores presentes, discurso qualificado pelo orador de protesto contra o príncipe conspirador.

Os deputados, meus colegas, punham timbre em não freqüentar o palácio imperial.

Nas cerimônias oficiais, raros figuravam. Os ministros, uma vez demitidos, lá não voltavam. Havia grande medo de ser-se acoimado de cortesão. Os papos de tucano do Imperador, ao abrir a assembléia-geral, provocavam ferinos remosques.

Apregoava-se geralmente a República forma de governo mais perfeita que a Monarquia, provindo a única objeção à mudança de não se

achar o país preparado. "Eu, no fundo, sou republicano" – afirmava muito funcionário superior. As repartições públicas, as academias regurgitavam de republicanos confessos, sobretudo as academias, onde os lentes faziam nas suas cadeiras franca propaganda revolucionária. Em toda parte, os chefes republicanos recebiam caloroso acolhimento dos monarquistas.

A 6 de julho de 1882, de uma numerosa comissão nomeada para apresentar à sanção imperial os autógrafos de decretos votados, só compareceu perante o monarca um deputado, o Sr. Rodrigues Júnior. O fato determinou longo e cômico debate. Duque Estrada Teixeira ponderou que os edifícios não caem de uma só vez; a história mostra que começam a aluir-se caindo fragmento por fragmento; as enfermidades, as próprias epidemias começam por sintomas precursores. Ferreira Vianna acentuou que aquele abandono significava desprezo pelas instituições. "Parece que já assistimos", disse S. Ex^a, "aos primeiros funerais das instituições do país."

Na sessão de 8 de junho de 1885, Rodrigo Silva, vindouro referendário da Lei de 13 de maio de 1888, concluiu veemente discurso com estes trechos, transcritos fielmente dos *Anais*: "Se, depois de mais de meio século de esforço, de lutas e de imensos sacrifícios, chegamos a este estado deplorável do sistema que nos rege, com razão aqueles três representantes da idéia nova [apontando para os três deputados republicanos] podem perguntar-nos com um sorriso de escárnio nos lábios: O que tendes obtido dessa forma de governo que julgáveis dever ser neste país a única garantia da ordem política, e também a única garantia da estabilidade para todos os direitos e interesses sociais? (*Muitos apoiados*). Eu não responderei a essa pergunta. Direi apenas aos diretores do Partido Liberal do meu país: não elevem uma estátua à liberdade dos negros sobre as ruínas das nossas instituições. Termino dizendo que é caso de se exclamar como o eminente parlamentar do tempo de Carlos X: nada mais nos resta a fazer aqui. Vamos para nossas janelas ver passar os funerais da Monarquia!"

O orador foi muito cumprimentado. O ministro do Império presente, Meira de Vasconcelos, ouviu tudo isso, sem o mínimo protesto.

Realizada a Abolição, recrudesceram as manifestações simpáticas à República. Câmaras municipais entraram a enviar às assembleias provinciais representações pedindo a convocação de uma Constituinte que resolvesse sobre a forma de governo. Iniciou o movimento a de São Borja, no Rio Grande do Sul. O Governo mandou suspender e responsabilizar os vereadores, porque o ato deles importava um desacato às autoridades constituídas e uma subversão das leis fundamentais do país. O povo de Santos, em São Paulo, aderiu à emoção da municipalidade de São Borja. As câmaras de São Simão, São Vicente, Campinas, Itatiba e São João da Boavista, todas em São Paulo, votam moções análogas à do Rio Grande do Sul. Processados os vereadores, por ordem do Governo, não os pronunciou o Poder Judiciário. Esses fatos deram lugar à minha referida interpelação de 6 de junho de 1888, em resposta à qual o Ministro do Império, Costa Pereira, não articulou uma palavra em defesa da Monarquia.

Apurada a legalidade das representações das câmaras municipais sobre a forma de governo, principiaram elas a dirigir-se diretamente à assembleia-geral. Adotaram essa norma de representação as de Pirai e Resende, do Rio de Janeiro, a de Limeira, São Paulo, as de Ouro Fino, Curvelo, Aiuruoca, Minas Gerais. Numerosas outras solicitavam indenização pela propriedade escrava abolida. As assembleias legislativas do Rio de Janeiro e do Maranhão representaram em idêntico sentido.

A 26 de junho de 1888, o Deputado Cesário Alvim, interpelou o Gabinete, na pessoa do presidente do Conselho, sobre se: "Atribuindo o governo, como parecia, a despeitos e interesses feridos, o movimento republicano das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, acreditava que, a ser mesmo assim, não ameaçava ele seriamente as instituições políticas do Império e a sua integridade?"

O interpelante não fundamentou a interpelação. Respondendo, declarou o Sr. João Alfredo nada recear pelas instituições. Replicando, afirmou o Sr. Cesário Alvim não ser atribuível ao despeito o movimento revolucionário que se manifestava em alguns pontos do Império. "Há evidentemente no meu entender", disse o deputado, "uma decadência na lavoura, na indústria, nas artes; o abatimento é geral, provocando a

reação." E concluiu, chamando a atenção do presidente do Conselho para os movimentos revolucionários a que aludira e aconselhando-o a, por meio de reformas legais, restituir a calma, e a tranquilidade às populações agitadas.

Nessa mesma sessão da interpelação o Sr. João Alfredo disse o seguinte: "Mas voltemos ao movimento republicano de que tanto se fala. Senhores, essa república é um desabafo de desgostosos, é a explosão de espíritos impacientes e aterrados que vêm na mudança de forma de governo um remédio a males, cujas proporções exageram. Mas se a revolução vier, invencível e triunfante, pergunto ao nobre deputado: O que há de fazer o Governo? Que providências há de tomar? Não consentir na manifestação livre da opinião? Não é possível; o Governo não o faria, e o nobre deputado não o consentiria. Impedir a organização de clubes e sociedades dentro dos limites da lei? Também o nobre deputado não fá-lo-ia e não há de querer que o Governo o faça. Levantar já o Exército, chamar as reservas às armas, para combater uma república em embrião? É melhor dizer que cresça, e depois ver-se-á com quem teremos de cruzar as nossas armas, ou de ajustar as nossas contas."

Esta última frase deu lugar ao célebre – *cresça e apareça* tão increpado a João Alfredo. Não foi ele quem o proferiu. Foi o Deputado João Penido quem lhe completou o pensamento, pronunciando em aparte o *cresça e apareça*. João Alfredo acrescentou: "Porque, afinal, desde que esta questão se agitar também nas classes mais importantes, pertencendo nós à escola da soberania popular, base em que se funda todo o nosso direito político, creio que nem eu, conservador monarquista, nem o nobre deputado, monarquista liberal, quereremos soffrear a opinião nacional, realmente manifestada em maioria."

A 6 de setembro do mesmo ano 1888, recusou-se Monteiro Manso a prestar juramento, determinando, como já vimos, a reforma do regimento da Câmara. Na discussão dessa reforma, declarou Joaquim Nabuco que "a Monarquia estava na sua base de completa tolerância. Alguém talvez diria – fase de dissolução, por que as instituições que não se defendem, abdicam".

A 11 de setembro, a propósito ainda da reforma regimental, César Zama desta arte se exprimiu: "Enquanto o Ministério 10 de Março governar, o Partido Republicano há de progredir." O Sr. João Penido atalhou:

"Há de progredir, a despeito dele e de qualquer outro." César Zama fechou deste jeito o seu discurso.

"O que há de manter a lealdade dos brasileiros para com Sua Majestade o Sr. D. Pedro II há de ser o procedimento de Sua Majestade com os seus ministros.

"Nas mãos dele é que está manter a instituição monárquica que aqui para nós vai muito abalada. (*Apoiados e não-apoiados*). Deixem o honrado presidente do Conselho rir-se, brincar e dizer aos republicanos que cresçam e apareçam: eles já estão aparecendo, eles já vão crescendo. E praza a Deus que o orador seja um falso profeta: no dia em que o venerando monarca que nos rege fechar os olhos, talvez não se possa firmar o terceiro reinado (*Muito bem!*)."

"Muitas outras manifestações semelhantes a estas encontrará quem respigar nos *Anais*. Colhi apenas as mais salientes. Martinho Campos asseverou uma feita que se envergonhava de ser monarquista. Joaquim Nabuco afirmou noutra ocasião haver mais coragem no Brasil em ser alguém monarquista do que republicano. No Senado deva-se o mesmo. O Senador Silveira Lobo declarou-se francamente republicano, sem renunciar à sua cadeira. Na última eleição senatorial efetuada em Minas, veio, com enorme votação, na lista tríplice apresentada à escolha imperial o nome do republicano Joaquim Felício dos Santos. Viva, pois, se tornara a convicção de que a república não tardaria. Nas denominadas fileiras monarquistas, a fé e o entusiasmo haviam geralmente desaparecido."

De há muito se cogitava na possibilidade de república. Todavia, não falta quem lhe atribua o triunfo exclusivamente aos supostos erros do Ministério Ouro Preto. Quem percorrer os *Anais* sentirá o lento caminhar da idéia, cuja vitória podia ser adiada, ou encaminhada a ponto de não produzir grandes males, mas era fatal.

Contribuiu decididamente para essa vitória a indisciplina do Exército. No Ministério Paranaguá, deu-se primeiro caso grave de indisciplina, o do coronel Frias Vilar, superado pela energia do ministro da Guerra Carlos Afonso. E lembre-se em honra da oposição conservadora da Câmara, que nenhum de seus oradores eminentes tentou então explorar o conflito. Apenas Escragnolle Taunay, Duque Estrada Teixeira e poucos outros, sem apoio de seus correligionários, atacaram o ministro. Defendeu-se Carlos Afonso cabalmente e a oposição não insistiu.

Em 1886, o deputado Simplício de Resende verberou da tribuna o então coronel Cunha Matos. Este oficial, hoje general-de-divisão refor-

mado, e seu colega Sena Madureira, vieram retaliar na imprensa, sustentando defenderem uma prerrogativa das classes armadas: o direito, garantido por lei, de manifestar nos jornais seu pensamento. Sena Madureira, muito prestigioso entre os camaradas, defendia-se de increpações feitas no Senado. Alfredo Chaves, ministro da Guerra, mandou repreendê-los, considerando ilegal e contrário à disciplina o aparecimento deles nas folhas públicas. Ordens e circulares se expediram no sentido de se firmar esta doutrina. A questão repercutiu nas guarnições das províncias, sobretudo nas de Porto Alegre e Rio Grande, onde estacionavam forças numerosas. Numa reunião em Porto Alegre, à qual compareceram oficiais de todas as patentes, levantaram-se veementes protestos contra os atos do ministro, declarados atentatórios à dignidade militar. Deodoro da Fonseca, comandante de armas e vice-presidente da província, em exercício, não só tolerou a reunião, como se lhe mostrou vivamente simpático. O conflito tomou largas proporções. O presidente do Conselho, Barão de Cotegipe, reconheceu-se sem força para impedir o movimento ameaçador das próprias instituições. Deodoro, aos poucos subindo de tom, manifestou-se, em correspondência oficial, solidário aos seus camaradas. Um verdadeiro *pronunciamento*.

Substituído nos cargos que exercia, vem Deodoro para o Rio. Consultado sobre os avisos expedidos pelo Ministro Alfredo Chaves, o Supremo Conselho Militar acoima-os de inconstitucionais. Deodoro, tendo como secretários José Simeão e Sena Madureira, preside a uma avultada reunião (2 de fevereiro de 1887) num teatro, reunião composta de oficiais superiores e subalternos, na qual, após violentos discursos, resolve-se exigir a nulificação das repreensões infligidas a Cunha Matos e Sena Madureira, à vista da decisão do Supremo Conselho Militar. Deodoro escreve com esse intuito enérgicas cartas, quase intimativas, ao Imperador. Abre-se a assembléia-geral no meio dessa crise.

Depois de acre e comovente debate no Senado entre Cotegipe e o marechal visconde de Pelotas, resolve aquela corporação convidar o governo a tornar sem efeito as repreensões determinantes da colisão. Cotegipe cede, confessando sofrer assim alguns arranhões na dignidade governamental.

Em fins de fevereiro de 1888, por motivo da prisão pela polícia de um oficial de marinha reformado e doido, chamado Leite Lobo, trava-se disputa entre a Armada e a força policial. Cotegipe se retira, para não sacrificar o chefe de polícia Coelho Bastos. Vem João Alfredo, o qual

por seu turno arcou com uma questão militar, provocada pelo incidente ocorrido entre o batalhão 17^o estacionado em São Paulo e o chefe de polícia desta província. O comandante e os oficiais do batalhão protestaram pela imprensa contra o procedimento desse chefe, Dr. Cardoso de Melo, penetrando no quartel, sem as formalidades devidas, a fim de pessoalmente tomar conhecimento de uma briga entre praças de polícia e de linha. O batalhão é removido para o Rio, o que ocasiona manifestações populares dirigidas pelos próceres republicanos Campos Sales, Rangel Pestana e Bernardino de Campos. É demitido, por outro lado, o chefe de polícia, Cardoso de Melo.

Preocupado com a excitação dos militares, deliberou o Governo remover boa parte deles, comandada por Deodoro, para Mato Grosso, sob pretexto de ameaçarem rompimento as relações da Bolívia com o Paraguai. Em 1889, o Ministro Ouro Preto, atendendo à requisição do seu ajudante general do Exército, Floriano Peixoto, no qual depositava ilimitada confiança, e acreditando satisfazer a Deodoro que se manifestava desejoso de voltar, anuiu ao regresso da força expedicionária. Pouco depois de chegada ao Rio, fez ela, de acordo com os chefes republicanos, o 15 de Novembro.

Das quatro questões militares – a de Frias Vilar, a de Cunha Matos, Sena Madureira, a de Leite Lobo, a do batalhão 17^o – só a primeira se discutiu com alguma latitude na Câmara. As outras, ocorridas no inter-regno parlamentar, ocuparam de preferência a atenção do Senado. Não me cabe, pois, expô-las minuciosamente.

Os republicanos impacientes exploram constantemente a insubordinação militar. O governo provisório de 15 de novembro denominou-se – constituído pelo Exército e a Armada, em nome da Nação. Daí a repugnância à República por parte de tantos distintos compatriotas, daí em magna quantidade os males produzidos por ela. Começou mal, trazendo em si o gérmen da morte; começou pela traição, pela violação de princípios que não perdoam violações. Se a República era realmente a aspiração do povo brasileiro, não houvera sido difícil consegui-la de maneira nobre, e de conseqüências menos funestas para o Brasil, como se conseguiu a Abolição.

.....

XVI -- A última sessão da Câmara na Monarquia

Efeituou-se a 15 de novembro de 1889, depois de triunfante a sedição militar que destruiu as instituições imperiais. Nenhum jornal fez menção dela; não foi lavrada ou desapareceu a respectiva ata; nada consta dos *Anais*. Entretanto, não deixa de ser interessante o que ocorreu.

Achava-se a Câmara em trabalhos preparatórios. Eleita a 31 de agosto, para substituir a que o Ministério Ouro Preto havia dissolvido, reuniu-se pela primeira vez a 2 de novembro, Dia de Finados, o que a muitos pareceu mau agouro. Devia instalar-se solenemente a 20 de novembro. As eleições tinham-se realizado sem conflitos nem violências, de sorte que muito plácidas correram as sessões preparatórias.

Haviam sido eleitos vários oposicionistas conservadores republicanos. Conservadores – Olímpio Valadão, Alfredo Chaves, Domingos Jaguaribe, Gomes de Castro, Francisco Bernardino, Pedro Luís Soares de Sousa, Araújo Pinho. Republicanos – Carlos Justiniano das Chagas e Gabriel de Almeida Magalhães. Silva Jardim não concorrera por poucos votos a segundo escrutínio, e fora disputar o diploma perante a comissão verificadora de poderes. Desses oposicionistas alguns já se achavam reconhecidos. Um deles, Alfredo Chaves, encetara a campanha contra a

situação formulando a 12 de novembro veemente protesto sobre matéria eleitoral. Não era, pois, uma Câmara unânime como, por ignorância ou má fé, vivem a assoalhar os adversários do Gabinete Ouro Preto.

Na manhã de 15 de novembro, depois de haver tentado em vão penetrar no quartel-general e de ter estado na repartição da Polícia, a me informar dos acontecimentos, parti às onze horas e meia para onde o dever de deputado me chamava – o edifício da Câmara. Foi meu companheiro de bonde o meu colega conselheiro Alfredo Chaves, ex-ministro da Guerra, que se mostrou reservado na apreciação dos fatos. Afigurou-se-me que, como conservador, ele mais considerava a queda da situação liberal do que a da Monarquia. Havia pouca gente nas ruas que percorremos. Liam-se nas fisionomias surpresa e susto. No bonde, comentavam-se os sucessos, aliás ainda mal conhecidos nos seus pormenores, em voz baixa e com atitudes cautelosas.

Encontramos, Alfredo Chaves e eu, no recinto da assembléia, uns vinte representantes da Nação. Lembram-me apenas os nomes de Barbosa de Almeida, Custódio Martins, Zama, Aristides Spínola, Padre Castelo Branco e Francisco Sá. Este último, mineiro, mas representante do Ceará, por onde tem sido eleito igualmente sob a República, esteve constantemente a meu lado.

Notavam-se alguns espectadores nas galerias e junto às bancadas. Era normal o aspecto das coisas.

À hora regimental, assumiu a presidência o conselheiro Barbosa de Almeida, vice-presidente da Mesa provisória e decano dos deputados eleitos. O presidente Carlos Afonso, presidente também da Província do Rio de Janeiro, achava-se retido por seu dever em Niterói.

Aberta a sessão, lida e aprovada a ata da anterior, lido e encaminhado o expediente, pareceres, reconhecendo alguns deputados – reconhecimento que constituía a ordem do dia –, pediu a palavra o Deputado César Zama.

Em caloroso discurso, perguntou Zama à Mesa se sabia estarem presos ministros, senadores e deputados, e se era certa a deposição do Ministério pela força militar amotinada. Mostrou as tristes consequên-

cias que adviriam do atentado, e opinou que à Câmara cumpria tomar enérgica resolução a respeito.

Desenvolveu ponderosas considerações, no meio de respeitosa atenção, cortada de vibrantes *apoios*.

Respondeu por parte da Mesa, declarando nada constar a esta, o primeiro secretário Aristides Spínola. Levantou-se a sessão.

Nisto, ouviu-se na rua grande rumor. Cresceu e aproximou-se; os circunstantes abandonaram os seus lugares correndo para as janelas.*

Era um batalhão que desfilava em direção ao Arsenal de Guerra, precedido e acompanhado de imensa mó de gente maltratada. Provinha de tal gente a vozeria indistinta. O batalhão trazia desfraldada a bandeira imperial.

Ao enfrentar a multidão com a Câmara, vendo nas sacadas vários deputados, supôs naturalmente que se iam proferir discursos. Estacou; fez-se silêncio. Então, César Zama debruçou-se na janela, e, com largo gesto, gritou:

– Viva Sua Majestade o Imperador!

Parte da multidão, a maior, correspondeu ao viva. A outra parte permaneceu calada. De repente, ergueu-se dentre ela um brado:

– Ataca a Câmara!

A esse brado, produziu-se um movimento de pânico entre os deputados e mais pessoas aglomeradas às janelas. Fugiram quase todos em várias direções.

Ficamos cinco ou seis.

Na rua, a multidão hesitava. Mas soaram vozes de comando no batalhão.

A música tocou. Os soldados puseram-se em marcha; o povo seguiu.

* A narrativa neste ponto difere um tanto da que por mim foi publicada no *Correio da Manhã* de 22 de junho de 1901. É que o Dr. Aristides Spínola forneceu-me, depois da publicação, indicações sobre incidentes que me escaparam, ou das quais me não recordava.

No grupo de deputados restantes, ainda se debateu rapidamente a possibilidade de um protesto da Câmara.

– Mas nós estamos apenas em sessões preparatórias – objetou um deles –, nada poderemos praticar regularmente.

– Somos os eleitos da Nação – retrucou Francisco Sá, – a maioria já foi reconhecida; achamo-nos na plena posse das nossas prerrogativas constitucionais: podemos e devemos agir.

Estas palavras não encontraram eco. A sala se esvaziara. Compreendi que meu lugar não era mais ali. Acompanhado de alguns amigos, dirigi-me para o quartel-general. Ao passar em face do café do Globo, avistei, na mesa contígua à porta, um sujeito de São Paulo que, dias antes, se me apresentara munido de numerosas cartas de recomendação em prol de uma pretensão que nutria perante o Ministério Ouro Preto. Como fosse um tanto suspeito a este, excedera-se em manifestações de dedicado aplauso à situação e, sobretudo, ao presidente do conselho.

– "Seu ilustre pai – exclamara ao despedir-se apertando-me com força ambas as mãos –, pode contar em tudo comigo, especialmente na sua gloriosa campanha contra os inimigos da Pátria!"

Os inimigos da Pátria eram os republicanos.

Na mesa do café do Globo, o sujeito e dois companheiros empunhavam copos de cerveja, muito excitados. Ao dar comigo, desviou ele os olhos sem me cumprimentar. Soltou depois um estrepitoso – *Viva a República!* – que os companheiros secundaram timidamente. Foi o primeiro adesista que vi e a primeira saudação ao novo regime que escutei.

Mas o que desejo assinalar é que o derradeiro discurso proferido na tribuna da Câmara monarquista, consistiu num veemente protesto contra o levante militar vitorioso.

Diante da tropa insubordinada, prestou um deputado intrépida homenagem ao magnânimo Sr. D. Pedro II.

Quão diversamente passaram-se as coisas no Senado!

A 16 de novembro, indagando o Sr. Conselheiro Correia se constava estarem presos senadores, declarou o presidente, Paulino de Sousa, que nenhuma comunicação tinha a Mesa para responder à pergunta,

pois as únicas notícias que conhecia eram as publicadas nas folhas do dia, as quais cabia a ele, presidente, repetir da cadeira presidencial. O Visconde de Lima Duarte ponderou então que os jornais relatavam acontecimentos gravíssimos, e inquiriu se não seria conveniente que o Senado tomasse qualquer demonstração sobre os fatos que estavam ocorrendo.

O Sr. Paulino de Sousa replicou com estas palavras:

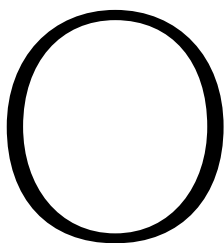
"O Senado está em sessões preparatórias que se abrem com qualquer número, ainda que insuficiente para deliberar. Mantendo hoje, como sempre, a estrita legalidade constitucional e observando o regimento, como me cumpre, não posso consentir debate que não seja restrito à constituição desta Câmara." Nada mais havendo a tratar, S. Exa. convida os Srs. Senadores para se reunirem no dia seguinte, às horas do costume.

É o que consta da ata. Achavam-se presentes 22 senadores: Paulino, Barão de Mamanguape, Gomes do Amaral, Castro Carreira, Cristiano Otoni, Visconde de Lima Duarte, Marquês de Paranaguá, Meira de Vasconcelos, Visconde de Taunay, Pereira da Silva, Barão de Mamoré, Correia, Fausto de Aguiar, Leão Veloso, Visconde de Jaguaribe, Saraiva, Luís Filipe, Soares Brandão, Visconde de Assis Martins, Visconde do Serro Frio, Visconde do Cruzeiro e Visconde do Bom Conselho – dos quais 2 ex-presidentes do Conselho, 13 ex-ministros e 5 conselheiros de estado. A sessão durou 10 minutos, levantando-se às 11 horas e 40 minutos da manhã.

Vinte e quatro horas antes fora deposta à Monarquia. O *Diário Oficial* do dia estampara a proclamação e os primeiros decretos do governo provisório constituído pelo Exército e a Armada em nome da Nação.

.....

XVII -- *O parlamentarismo no Brasil*



parlamentarismo foi no Brasil uma lenta conquista do espírito público, jamais consagrada em lei. Estribava-se no direito costumeiro, não no direito escrito.

Segundo os publicistas, regime parlamentar é aquele em que a Câmara, representante imediata da Nação, exerce preponderante influência sobre a marcha dos negócios políticos. Nesse regime, o Ministério não passa de uma delegação da maioria da Câmara popular. Sem o apoio da maioria, não pode o Ministério conservar-se no poder. Entre os membros da maioria, deve o chefe do estado escolher os seus ministros, preferindo os indicados por sua capacidade e prestígio, os que se salientaram. Posto em minoria na Câmara, o Gabinete ou se exonera ou dissolve a Câmara, no intuito de consultar a Nação.

Ora, semelhante régimen não se achava estatuído na Constituição de 25 de março de 1824, nem no Ato Adicional de 1834. O art. 9^o da Constituição Imperial estabelecia a harmonia e divisão dos poderes, todos os quais eram delegações da nação (art. 12). O art. 98 insistia sobre a independência dos poderes, e o art. 101, § 6^o determinava expressamente que o Imperador exercia o Poder Moderador – *nomeando e demitindo livremente os seus ministros*. Claro é, à vista e destes e outros textos, que a Constituição de 1824 não autorizava o parlamentarismo.

Durante o reinado de D. Pedro I, as Câmaras não influíram na política e na administração do estado. A Constituinte de 1823 foi dissolvida por causa da sua oposição ao governo, cujos atos contrariava e cuja autoridade procurava cercear. Criadas pela Constituição de 1824, reuniram-se pela primeira vez as câmaras legislativas em 1826. Até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, estiveram em antagonismo com o monarca. Os ministros não saíam do seio delas. O Ministério Paranaguá que governava desde 1823 e do Visconde de São Leopoldo, seu sucessor (1827), compunham-se de homens alheios às Câmaras, ou de senadores. É verdade que D. Pedro I tentou duas vezes governar de acordo com a maioria da Câmara, formando o Ministério Araújo Lima em 1827 e o Ministério Carneiro de Campos em 1830. Mas pouco durou esse acordo, continuando o Imperador a nomear e demitir livremente os ministros. Da revolução de 1831 foi causa ocasional o fato de haver D. Pedro I organizado um Ministério exclusivamente composto de senadores, recusando-se reintegrar o Ministério parlamentar.

Em 1826, negara o Governo à Câmara elementos para elaborar ela o orçamento. O ministro do Império, José Feliciano Fernandes Pinheiro, declarou-lhe em ofício, datado de 31 de maio, não se julgar obrigado a lhe prestar contas de seus atos, nem a lhe endereçar relatórios. Em 1827, encerra-se a discussão da resposta à Fala do Trono, sem que os ministros houvessem comparecido uma única vez às sessões e sem que uma só voz os defendesse. A própria Câmara não reputava anormal o fato, a despeito dos protestos de Vasconcelos, Vergueiro, Caravelas, Paula e Sousa. Os deputados correspondiam-se diretamente com o Imperador, prescindindo dos ministros.

Em fins do citado ano, o Marquês de Maceió, ministro da Marinha, compareceu pela primeira vez à sessão para acompanhar o debate da propostas do Governo relativa à fixação das forças navais. Ouvindo censuras, não voltou no dia imediato, oficiando que os seus afazeres não lhe permitiam comparecer mais. A proposta do Governo foi rejeitada.

Votou-se o primeiro orçamento de receita e despesa, o de 1828, em oposição ao Ministério. Em 1829, adota a Câmara moções de censura aos ministros e aos diplomatas do Imperador. Este encerra a sessão de modo áspero e brusco.

Depois de 1831, começa o ramo temporário do legislativo a preponderar, mas, no período regencial, ainda não dominava o parlamentarismo. Feijó governou algum tempo contra a maioria dos deputados, e se deixou a Regência, em 1837, por causa da forte oposição que sofria, fê-lo voluntariamente. Esse ano, na discussão da resposta à Fala do Trono, sustentou Limpo de Abreu, mais tarde Visconde de Abaeté, não ser a Câmara a intérprete exclusiva da confiança nacional, e defendeu a prerrogativa imperial de nomear e demitir livremente os ministros. A doutrina contrária, afirmava ele, tornaria o Parlamento tão independente que os ministros não passariam de seus pupilos.

De outro lado, Vasconcelos, Rodrigues Torres, Honório Hermeto propugnavam a preponderância parlamentar. Em contraposição, o ministro Tristão Pio afirma, discursando na Câmara, que o Poder Executivo, separado do Legislativo, e como este, delegado da Nação, não tinha que apresentar à assembléia senão o resultado de seus atos. Ainda em 1840, Feijó combatia no Senado a pretensão da maioria da Câmara de intervir na organização dos Ministérios, insistindo em que o Poder Executivo era independente do Legislativo, não competindo ao segundo impor sua política ao primeiro. A Constituição, argumentava o ex-regente, não reconhece o poder das maiorias, nem quer que elas governem, tanto que confere ao Poder Executivo a faculdade de não sancionar a lei, e de adiar e dissolver as câmaras.

No segundo reinado, o primeiro Ministério, Holanda Cavalcanti, foi escolhido entre os membros da minoria.

Mas, pouco a pouco, firmou-se a doutrina de que Ministério sem maioria na Câmara, ou dissolvia a Câmara ou se demitia. Em 1847 (20 de julho), cria-se o cargo de presidente do Conselho de Ministros, com o fim – diz o decreto respectivo –, de dar ao Ministério uma organização mais adequada às condições do sistema representativo.

Pode-se datar daí a fixação do parlamentarismo no Brasil. O Imperador adota a prática de consultar o presidente do Conselho demissionário sobre a escolha do seu sucessor. Outorga ao presidente do Conselho ampla liberdade para nomear seus colegas. Com raras e profligadas exceções, só entram para o Ministério, salvo o caso de mudança de situação,

membros influentes da maioria da Câmara e do Senado. As Câmaras intervêm em todos os atos administrativos. Os ministros prestam-lhes contas minuciosas. Ministro derrotado nas urnas, sem maioria na Câmara, ou simplesmente malvisto nela, sai logo.

No meu tempo, nada menos de 6 ministros – Homem de Melo, Pedro Luís, Bento de Paula e Sousa, Pádua Fleuri, Mata Machado e Machado Portela, deixam as pastas, em virtude de insucesso eleitoral.

Em 1883, Rodrigues Júnior convidado por carta do presidente do Conselho, Lafaiete, a solicitar exoneração de ministro da Guerra, recorreu ao Imperador, e S. M. lhe disse que, havia tempos, transmitira aos presidentes do Conselho a faculdade de propor a nomeação ou demissão de seus companheiros.

Por fim, nos últimos anos da Monarquia, em caso de crise ministerial, o Imperador ouvia os presidentes das duas câmaras e os chefes políticos mais eminentes. De 1882 a 1885, a Câmara derrubou, por meio de votação de moções, 4 Ministérios: Martinho Campos, Paraguaçu, Lafaiete e Dantas.

Portanto, o parlamentarismo introduziu-se lentamente nos costumes políticos do Brasil, sem que o texto legal o consagrasse. Iam-se seguindo, quanto possível, as normas do parlamentarismo inglês. A opinião pública dominava. Ministro impopular não se demorava no poder. O Ministério do Marquês de São Vicente retirou-se em março de 1871, em virtude da oposição da imprensa, conforme nobremente confessou o ilustre estadista.

Foi um bem? Foi um mal?

O modo como se estabeleceu o parlamentarismo prova que a vontade do país o exigiu. Daí a sua legitimidade. O fato de surgir agora, após 11 anos de República presidencial, uma forte corrente parlamentarista mostra que este sistema deixou algumas saudades e produziu benefícios.

Silvio Romero, na sua interessante monografia – *Parlamentarismo e Presidencialismo* – coteja os dois regimes, realçando as vantagens do primeiro e refutando as objeções dos seus antagonistas.

Eis, resumidamente, os argumentos do ilustre publicista:

O parlamentarismo seguiu a sua evolução, dotando a Grã-Bretanha do governo mais livre existente sobre a Terra, e repercutindo nos povos progressistas e liberais. A Holanda, a Bélgica, a Suécia, a Itália, a França, a Espanha entraram no grande ciclo dos governos de discussão, de responsabilidade, de vida às claras, graças aos governos de opinião.

Os ministros, membros da Câmara, e dirigindo os trabalhos legislativos, melhor conhecem as necessidades, as dificuldades do governo; vêem mais lucidamente que os outros quais as leis urgentes. É sob a sua responsabilidade que vão ser executadas as medidas votadas; terão cuidado em prevenir as inconsideradas e perigosas.

Levados ao poder pela maioria da Câmara, têm escrúpulo os ministros em se conservar nele, quando essa maioria os abandona. Basta o mais leve sinal de desconfiança para que se retirem. Personagens considerados, chefes obedecidos, oradores admirados, fazem questão de honra em que não se lhes diga duas vezes que deixaram de agradar. Em caso de dissidência, a resolução dos conflitos não se demora. Os ministros, desautorados por um voto contrário, demitem-se; cedem o lugar aos representantes de uma opinião mais conforme à da maioria; a harmonia reina de novo entre os poderes. É um mecanismo infinitamente sensível.

No parlamentarismo, o governo tem o recurso de apelar para o país e indagar das preferências populares. Segundo Laboulaye, a responsabilidade ministerial, como existe na Grã-Bretanha, é uma garantia mais eficaz de *governo popular* do que a maior parte dos sistemas organizados pelas constituições inventadas há sessenta anos. O sistema constitucional dos ministros responsáveis é muito mais republicano e apresenta menos inconvenientes do que o sistema dos Estados Unidos. É um sistema mais verdadeiro, mais franco, mais democrático, pois, todas as vezes que uma dificuldade grave se produz entre os poderes, apela para o povo e este decide a questão.

O parlamentarismo, em sua fórmula completa, é produto histórico mais recente do que o presidencialismo, porque, na sua radical integração, é filho dos últimos anos do século XVIII e primeiras décadas do XIX. No regime parlamentar, atingem-se as altas posições pelo prestígio, pela in-

fluência, pela posição ganha a golpes de talento, pela superioridade conquistada a golpes de saber. O ministro imposto pela representação do povo é outra figura, ostenta outro porte, porque sabe ter atrás de si, para o segurar, a força incontrastável da opinião.

A amplidão dos debates parlamentares na Câmara dos Comuns inglesa abre uma larga esfera às inteligências, às vistas elevadas, às idéias novas, contribui para formar a opinião; associa a nação inteira a resoluções largamente estudadas, abundantemente contestadas e justificadas, diante dela, e faz descer de novo de algum modo até às massas a vida política superior que se tinha concentrado e exaltado no Parlamento.

O sistema parlamentar não é perfeito, mas é menos arbitrário, menos compressor, menos abusivo do que qualquer ditadura.

As tradições mais profundas da raça ariana, desde os seus primórdios, são acordes em indicar o conceito do governo com uma participação de todos na gerência dos negócios públicos que a todos interessam. Vede as reuniões públicas da Grécia, as de Roma e, mais especialmente, as assembléias da Idade Média, de que a Suíça atual oferece ainda admiráveis exemplos. A complicação dos assuntos políticos e as dificuldades práticas da co-participação de todos nos grandes núcleos populares trouxeram a idéia de delegação. Nada mais simples, mais justo, mais lógico, mais de harmonia com o intuito geral da ação governativa.

Nos sessenta e sete anos do Império Brasileiro, o Parlamento representou, defendeu, amparou as liberdades públicas. Com todos os empecos, todas as pressões que se lhe opunham, todas as vacilações, incertezas, abusos – ao Parlamento cabem as páginas mais fulgurantes na história das nossas liberdades. Na legislação civil, criminal, política, econômica, não existe um só feito de valor, um só ato de importância cuja maior parte não pertença ao Parlamento. "Negá-lo seria um atentado contra a verdade, um ultraje à História, e um sistemático desdém pelo espírito nacional naquilo que ele tem de mais elevado. E, quando fosse possível tudo esconder, quando fosse razoável o plano de sistematizar a mentira, seria fácil tapar a boca aos detratores, lembrando toda a epopéia da liberdade dos escravos. Não era preciso mais nada."

Militava a favor do parlamentarismo no Brasil a experiência de mais de sessenta anos de vida que se pode dizer normal. Porque não morreram, nem podiam morrer, nem se atrofiaram as nossas liberdades de reunião, de pensamento, de imprensa, de ensino, de locomoção, de segurança individual, de profissão? Porque lá estava o Parlamento com os seus processos de ampla discussão, de forte fiscalização, dos atos dos governos.

O parlamentarismo, cenário de solenes debates, arena de idéias, dispõe da maleabilidade, do elastério indispensáveis ao jogo político da democracia moderna. Encarna a feição geral da vida social contemporânea; atrai a atenção das massas consorciando-as ao exame e à solução dos grandes negócios; tem por si, no Brasil, a índole do povo, no que ele mostra de mais liberal, e as suas tradições no que elas possuem de mais seletivo.

.....

XVIII -- Observações finais

Procuerei cumprir o meu dever, da melhor maneira, durante os meus oito anos de deputação. Intervi ativamente nos debates; votei a favor de todas as medidas patrióticas e liberais; apresentei vários projetos sobre elemento servil (25 de julho de 1883, 12 de outubro de 1886 e 4 de maio de 1887), no mais adiantado sentido; ofereci também projetos sobre reforma da administração provincial (17 de julho de 1884); considerando de festa nacional o dia da abolição do cativo (13 de maio de 1888); autorizando o governo a se fazer representar oficialmente na Exposição Universal de Paris em 1889 e ocorrendo às respectivas despesas – projeto este convertido em lei (21 de maio de 1888); auxiliando o teatro nacional (14 de junho do mesmo ano); abolindo a pena de morte (8 de junho do mesmo ano); mandando efetuar o recenseamento geral do Império (3 de outubro do mesmo ano). Se mais não fiz, foi, repito, por escassez de inteligência e não de vontade.

Guardo daquele tempo saudosas recordações. Entretanto, quando fosse possível, não volveria de bom grado à vida parlamentar. Não se coadunam com tal vida o meu temperamento, as minhas predileções. Essas predileções são pelas letras, as doces e poderosas consoladoras, cujo maior benefício é a paz que derramam nas almas, no dizer de Prévost Paradol: "Sois como essas fontes límpidas escondidas a dois passos da estrada, debaixo de frescas sombras. Aquele que ignora a vossa existên-

cia continua a caminhar apressadamente ou cai extenuado no caminho. Aquele que vos conhece dirige-se para vós, refresca a fronte e rejuvenesce o coração. Sois eternamente belas, eternamente puras; clementes a quem volta para vós, fiéis a quem vos ama..."

Eu conhecia as queridas letras, deixei-as pela política, mas regresssei a elas. Ser-lhes-ei de novo inconstante? Creio que não! Sejam-me elas propícias – como assegurava o poeta!

Algumas das minhas observações pessoais naquele período podem ser algo proveitoso. Vejamo-las.

Muitos homens de valor não atingem no Parlamento o devido lugar, por timidez, ou excessivo amor-próprio. Receiam estrear, ou ficam à espera de uma boa oportunidade que nunca chega. Dá-se isto com os que vêm precedidos de larga nomeada. A apreensão de não corresponderem à expectativa tolhe-os e lhes amortece as faculdades. O acertado é estrear na primeira ocasião azada, sem andar à procura dela, sem escolher muito o momento e o assunto. Perdido o medo da tribuna, readquirida e confiança em si, fácil se torna, em seguida, empenhar-se em qualquer debate. Há muita verdade no ditado: os poetas nascem, os oradores se fazem. Com o hábito da tribuna, ganha-se aptidão oratória e se desenvolve a inata. É n'água que se aprende a nadar e, quanto mais água, melhor.

Prejudica também muitas vezes o fato de haver o novel deputado produzido grande efeito no seu discurso inicial. O temor de ficar abaixo de si próprio, de decair no conceito conquistado, inibe certos oradores de insistirem na tribuna. É o caso do célebre parlamentar inglês William Gerard Hamilton, conhecido pela designação de – homem de um só discurso – *single-speech-Hamilton*. Deputado aos 26 anos, precedido de brilhante fama, poeta, jurisconsulto, talhado para as culminâncias, falou pela primeira vez na Câmara dos Comuns um ano após ter entrado para ela e alcançou enorme triunfo. Proclamaram-no rival de Chatam. Esse triunfo o anulou. Durante 40 anos, ali permaneceu silencioso, com invencível covardia da tribuna. Narram os seus biógrafos que o agitavam mil veleidades de se atirar à batalha dos partidos, mas, no último instante, pretextava fadiga ou moléstia, não debelava a nervosidade or-

guhosa, e o notável discurso anunciado perdia-se em conversas nos corredores. Funcionário, nem sequer defendia os seus atos. Timorato e inquieto, escreveu uma *Lógica Parlamentar*, fruto de suas prolongadas meditações, mas não se animou a publicar a obra. Na *Lógica Parlamentar* fez a anatomia da eloquência. Contém centenas de máximas e ponderações de que todo homem político auferirá proveito. Jeremias Bentham, autor do *Sofismas Parlamentares*, admira muito o tratado de Hamilton.

Nesse livro, no dos *Oradores* de Timon e em outros, colhi preceitos que vou expor, entremeados de reflexões individuais. Mas a retórica seria facilíma e dispensável se pudesse ser condensada em pequeno número de regras. Cumpre ao orador ser antes de todos um espírito inventivo e criador, que saiba variar os seus processos, segundo as causas, as conjunturas, as ocasiões e as relações.

Em geral, se não sempre, os discursos decorados não calam, não causam moessa. A forma escrita diverge profundamente da forma oratória. Para agradar na tribuna, convém certa imprecisão, certa redundância, certas repetições, certas flutuações e variedades de estilo que repugnam à forma escrita. Pode-se escrever o plano geral, os principais argumentos, as imagens, quando muito o exórdio e a peroração, nunca a parte expositiva e a demonstrativa. O orador deve pensar fortemente o assunto, conhecê-lo a fundo, arquitetar mentalmente o conjunto, preparar cuidadosamente os materiais, porém empregá-los, modificando, a sua disposição, conforme a situação do auditório e as impressões que for recebendo.

Não se deve falar diante da Câmara, pondera Timon, como se falaria diante do povo. O povo ama os gestos expressivos que se avistam de longe e por cima das cabeças: ama as vozes quentes e vibrantes. O recitador traz o olhar mormo, o gesto falso. Nunca vibra com a assembléia. Não interrompe, com medo de que se lhe replique, não replica com medo de que o interrompam. Não sente o deus interior, esse deus da Pitonisa que agita e domina. Tem a eloquência que se lembra e não a eloquência que inventa. É o homem da véspera, enquanto o orador deve ser o homem do momento. É o homem da arte, não o homem da natureza. Finge a verdade, representa a perturbação, engana o público, a Câmara, o estenógrafo e a si próprio.

O político que está sempre a falar da sua probidade faz desconfiar que é tratante; da sua vigilância, que é preguiçoso; da sua gratidão, que é ingrato; da sua coragem, que é covarde.

Não deve o orador, a toda hora, a propósito de tudo, subir à tribuna, discorrer, prodigalizar-se. Não se mostre altivo nem humilde: seja verdadeiro. Se a atenção da Câmara estiver exausta, não peça a palavra, porque não será escutado e é mortal para um orador não ser ouvido. Não fale senão para dizer alguma coisa e não somente para que conste que falou. Enfim, reflita que as leis vão determinar a felicidade ou a desgraça do povo, protegê-lo ou oprimi-lo, moralizá-lo ou corrompê-lo. Fale o orador como se o povo todo o escutasse, fale como se todo o povo o visse. Tenha sempre diante dos olhos a grande e veneranda imagem do povo.

A antiga definição do orador – *Vir bonus dicendi peritus* – comprova-se todos os dias. O bom orador, aquele cujo discurso persuade e convence, não pode deixar de ser homem de bem. Só da palavra desse decorrem conseqüências fecundas, salutare e duradouras. Os cétricos, os de consciência avariada conseguem deleitar, arrastar mesmo, num dado momento, mas não inspiram a confiança necessária às grandes resoluções. A verdadeira eloqüência é a paixão por uma causa justa. De três maneiras a razão se convence: pelo caráter do orador, pela disposição do auditório e pela força da argumentação. A primeira é a única segura e eficaz.

Os homens honestos, maus oradores, conseguem mais, mesmo nas assembléias ávidas de eloqüência, do que os desonestos verbosos. O meio de influir numa vasta assembléia consiste em proceder bem, de forma a merecer acatamento. A um hábil retórico, ouve-o a assistência um momento com satisfação; não possui ele certos predicados morais, e o seu discurso estéril passará como um "vento de palavras". Um público desconhecido o aplaudirá, talvez; mas na Câmara todos se conhecem, reina íntima convivência entre todos; as frases têm ali simplesmente o peso de quem as proferiu. O destro, o jeitoso, o unicamente esperto, raro se impõe. Seus serviços podem ser apreciados. Consideram-no uma utilidade. No fundo, desprezam-no.

Em política, os princípios certos são os que Paulo Louis Courier arvorava como programa: entre dois pontos a linha reta é a mais curta; o todo é maior que a parte; duas quantidades iguais cada uma a uma terceira são iguais entre si; dois e dois fazem quatro.

A franqueza, a hombridade, o trabalho honrado, ainda constituem, a despeito de tantas decepções, os instrumentos mais firmes para ascensão, para se superarem os obstáculos. Nada de impaciências. Os trêfegos e ardilosos enredam-se afinal nos próprios manejos.

Há também um elemento misterioso e importante: a boa estrela, a felicidade de cada um.

Não é se esforçando para se pôr em evidência, açodada e inoportunamente, que o político se salienta. Cumprindo o seu dever com escrúpulo, laborando indefeso – sincero, sério, calmo e ponderado em tudo, angaria insensível e naturalmente consideração e prestígio. Cumpre observar para com companheiros e adversários inalterável lealdade, estrito cavalheirismo. Aos companheiros jamais prejudicá-los, jamais expeli-los, sem razão de ordem geral, dos lugares que ocupam. Impeli-los para cima, se for o caso de os impelir. A lealdade e o cavalheirismo relativamente aos adversários não excluem a energia e a decisão no atacá-los, quando mister. Justiça sempre, em quaisquer emergências. Nas repulsas, haja fortaleza; a reação domine, exceda a ação. A glória dos discursos é efêmera. A decorrente do caráter, da correção em todos os atos, sobrevive.

Em suma, todas estas ponderações, cujo valor, se o têm, deriva apenas da sua cordialidade, se sintetizam na máxima do velho José Bonifácio: a política é filha da moral e da razão.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abaeté (visconde de) – V. Limpo de Abreu
Abolição – 56, 86, 110, 112, 115, 116, 119, 120, 122, 124, 125, 127, 129, 134, 138
Afonso Celso – V. Ouro Preto (visconde de)
Afonso Celso Júnior – 114, 117, 118
Aguiar, Fausto de – 143
Aiuruoca – 134
Albuquerque, Lourenço de – 42, 48, 70, 121, 130
Alcoforado Júnior – 94
Alencar, José de – 54
Almeida Nogueira – 95, 112
Alves de Araújo – 62, 64, 131
Alvim, Cesário – 134
Amazonas (estado) – 124
Amazonas (rio) – 44
Andrade, Joaquim Vieira de – 96, 128
Andrade Figueira – 36, 48, 62, 64, 85, 86, 118, 119, 120, 131
Antunes Maciel – 71
Araçagi (barão de) – 120
Araújo Góis Júnior – 121
Araújo Pinho – 94, 139
Assis Martins (visconde de) – V. Martins, Inácio.

B

Bahia – 15, 35, 88
Barbosa, Rui – 40, 41, 43, 81, 82, 104, 122, 123
Barbosa de Almeida – 140
Barradas – 80
Barral (conde de) – 35
Barreto, Joaquim Tavares de Melo – 94
Barros Cobra – 96
Barros de Lacerda – 94
Bélgica – 128, 149

Belisário, Francisco – 53, 73
Belmonte – 15
Bentham, Jeremias – 155
Bezamat, Alberto – 120
Bezerra, Amaro – 88
Bezerra Cavalcanti – 48
Bezerra de Meneses – 95
Bom Conselho (visconde do) – 143
Botelho, Álvaro – 42, 88, 132
Brandão, Silviano – 96, 128
Brasil, Tomás Pompeu de Sousa – 94
Buarque de Macedo – 31
Bulhões Carvalho – 94, 120
Bulhões, Leopoldo de – 94, 112

C

Camargo, Eleutério de – 76
Campinas – 134
Campos – 115
Campos, Martinho – 31, 32, 33, 34, 35, 37, 51, 52, 62, 69, 111
Campos Sales – 41, 88, 89, 96, 132, 138
Caravelas (visconde de) – 146
Canavieiras – 15
Cardoso de Melo – 138
Carlos X – 133
Carlos Afonso – 35-36, 62, 71, 92, 112, 136, 140
Carneiro da Rocha – 76
Carvalho Resende – 96
Castelo Branco (padre) – 140
Catrioto – 120
Castro Carreira – 143
Castro, Apulcro de – 38
Castro, Gentil José de – 15, 16
Ceará – 37, 140

160 Oito Anos de Parlamento

Cebolas (fazenda) – 33
Chagas, Carlos Justiniano das – 139
Chatam – 154
Chaves, Alfredo – 76, 120, 137, 139, 140
Chile – 37
Chrockatt de Sá – 15
Cleveland, Grover – 53
Coelho Bastos – 137
Coelho Rodrigues – 88, 121
Coelho, Tomás – 55, 76
Coquelin – 31
Correia (conselheiro) – 142, 143
Correia, Alfredo – 118, 122
Costa, D. Antônio de Macedo – 59
Costa Aguiar – 124
Costa Pereira – 130
Cotegipe (barão de) – 24, 48, 50, 53, 55, 94, 113, 121, 122, 132, 137
Courier, Paulo Louis – 157
Cromwell – 122
Cruzeiro (visconde do) – 143
Cunha, Anísio Salatiel Carneiro da – 94
Cunha Leitão – 120
Cunha Matos (coronel) – 136, 138
Curvelo – 132

D

Dantas (conselheiro) – 31, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 51, 90, 111, 115, 122
Dantas, Rodolfo – 34, 40, 69, 112
D'Ávila, Henrique – 71
D'Eu (conde) – 35
Dória, Franklin – 31, 62, 64, 76
Duarte de Azevedo – 88, 118, 121
Duque Estrada Teixeira – 87, 133, 136

E

Espanha – 149
Estados Unidos – 62, 93, 149
Estância (barão de) – 94

F

Fardão, José – 95
Feijó, Antônio Diogo – 147
Fernandes de Oliveira – 94, 95
Ferreira de Moura – 62, 64

Ferreira Viana – 36, 55, 69, 75, 79, 80, 129, 132, 133
Fleuri, André – 62, 64
Fócion – 86
Fonseca, Manuel Deodoro da – 137, 138
França – 62, 149
Francisco I – 68
Francisco Bernardino – 139
Frias Vilar (coronel) – 35, 136, 138

G

Gabinetes (ou Ministérios)
Araújo Lima – 146
Martinho Campos – 69, 109, 146
Carneiro de Campos – 144
Caxias – 50
Cotegipe – 9, 10, 72, 112, 119
Dantas – 19, 40, 41, 42, 43, 44, 63, 88, 89, 106, 115-116, 148
Holanda Cavalcanti – 147
João Alfredo – 75, 84, 119
Lafaiete – 36, 39, 40, 69, 70, 71, 148
Ouro Preto – 9, 52, 65, 126, 136, 139, 140, 142
Paranaguá – 71, 136, 146, 148
São Leopoldo – 146
Saraiva – 31, 37, 70, 111, 112
Sinimbu – 37
Gambetta – 78
Garcia, José Maurício Nunes – 92
Godói – 115
Gomes, Carlos – 92
Gomes de Castro – 35, 56, 62, 64, 78, 79, 139
Gomes do Amaral – 143
Gonçalves Ferreira – 94, 118
Grã-Bretanha – 149
Grão-Mogol – 15, 18, 24, 25
Grécia – 128, 150
Guai (visconde e barão de) – 42, 94

H

Hamilton, William Gerard – 154, 155
Henrique IV – 62
Henriques, Antônio José – 94
Hermeto, Honório – 147
Holanda – 149
Homem de Melo (barão) – 14, 31, 148
Hugo, Victor – 87

I

Inglaterra – 62, 128
Irlanda – 122
Isabel (princesa) – 53
Itaboraí (visconde de) – 76
Itália – 149
Itatiba – 134
Jaguaribe, Domingos (visconde de Jaguaribe) – 139, 143
Jaguaribe Filho – 114
Jequitinhonha (rio) – 15
João Alfredo – 44, 53, 54, 55, 56, 57, 111, 114, 117, 134, 135, 137
João Manuel (padre) – 58, 73, 88
José Bonifácio – 37, 157
José Mariano – 48, 87
Júlio César – 53, 75
Junqueira Aires – 88

L

Laboulaye – 74, 149
Lacerda Werneck – 88, 120
Lafaiete (conselheiro) 37, 38, 39, 56, 91, 109, 111, 148
Lamounier Godofredo – 132
Leão Veloso – 76, 143
Leão XIII – 124
Leite Lobo – 137, 138
Leopoldo (rei) – 131
Lima Duarte – 31, 62, 63, 143
Limeira – 134
Limpó de Abreu – 147
Lucena (barão de) – 62, 65, 117
Luís Filipe – 76, 143
Luís XIV – 49

M

Macaulay – 49, 50
Mac-Dowell, Samuel – 74
Maceió (marquês de) – 146
Machado Portela – 83, 112, 148
Magalhães, Gabriel de Almeida – 139
Maia, José da Silva – 93, 94
Mamanguape (barão de) – 143
Mamoré (barão de) – 143
Manuel Fulgêncio – V. Pereira, Manuel Fulgêncio Alves

Maranhão – 37, 93, 94, 134
Marques, Henrique – 94
Martim Francisco – 44, 62
Martim Francisco Júnior – 88
Martins, Custódio – 140
Martins, Inácio – 95, 115
Mata Machado – 41, 96, 121, 128, 148
Mato Grosso – 91, 138
Megara – 85
Meira de Vasconcelos – 133, 143
Mendonça, Antônio Pinto de – 94
Meneses, Francisco Idelfonso Ribeiro de – 94
Mesquita, Elpidio de – 113
Minas Gerais – 9, 14, 15, 16, 17, 96, 128, 130, 136
Missões – 53
Mitre, Bartolomeu – 124
Moisés – 44
Montandon, Eduardo – 96
Monteiro Manso – 96, 97, 132, 135
Moraes, Prudente de – 42, 88, 89, 90, 96, 132
Moreira de Barros – 41, 42, 62, 63, 89
Município Neutro – 93

N

Nabuco, Joaquim – 43, 48, 82, 83, 84, 111, 112, 116, 120, 135, 136
Nestor – 46
Niterói – 140
Nogueira, José Luís de Almeida – 95
Nordau, Max – 29

O

Oliveira, Cândido de – 41, 72
Olivier, Emílio – 45
Osório – 124
Otoni, Cristiano – 143
Ouro Fino – 134
Ouro Preto (cidade) – 14, 16
Ouro Preto (visconde de) – 13, 14, 40, 44, 58, 113, 138

P

Pádua Fleuri – 48, 112, 148
Paradol, Prévost – 153
Paraguai – 53, 91, 138
Paraíba do Sul – 113

162 Oito Anos de Parlamento

Paranaguá (visconde e marquês de) – 31, 35, 37, 48, 143
Pardo (rio) – 18
Patrocínio, José do – 43, 112 114, 123-124, 125
Paula e Sousa – 146
Pávia – 68
Pedro Luís – 14, 31, 119, 148
Pedro I – 146
Pedro II – 75, 132, 136, 142
Peixoto, Carlos – 96
Peixoto, Floriano – 138
Pelotas (visconde de) – 31, 137
Pelotas – 31
Pena, Afonso – 34, 70, 112
Penido, João – 75, 95, 113, 128, 135
Pereira, Manuel Fulgêncio Alves – 23, 24
Pernambuco – 87, 94
Piauí – 88
Pinheiro, José Feliciano Fernandes – 146
Pirai – 134
Plutarco – 45
Pio, Tristão – 147
Porto Alegre – 137
Portugal – 47
Prado, Antônio – 42, 74, 114
Prado Pimentel – 87

Q

Queirós, Eusébio de – 44
Quintiliano – 86

R

Rampolla (cardeal) – 124
Ratisbona, Leandro – 80, 88, 112
Resende – 134
Resende, Simplicio de – 136
Rio Branco (barão do) – 44
Rio de Janeiro – 16, 18, 20, 32, 94, 101, 102, 130, 134, 138, 140
Rio Grande – 135
Rio Grande do Sul – 76, 130, 134
Rodrigues Alves – 130
Rodrigues Júnior – 39, 148
Rodrigues Lima – 94
Rodrigues Torres – 147
Roma – 150
Romero, Silvio – 148

Rosa, Jaime – 88
Rosa e Silva – 54, 94, 121

S

Santos, Joaquim Felício dos – 128, 136
Sá, Francisco – 140, 142
Sá, Franco de – 69
Santos – 134
São Borja – 134
São Francisco (rio) – 44
São João da Boavista – 134
São João d'el-Rei – 31
São Miguel – 15
São Paulo – 55, 132, 134
São Simão – 134
São Vicente (marquês de) – 76, 146
São Vicente (cidade) – 134
Saraiva – 31, 40, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 70, 143
Saraiva (lei) – 10
Sena Madureira (coronel) – 137, 138
Serro Frio (visconde do) – 143
Seiyès – 74
Sganarello – 38
Silva, Felisberto Pereira da – 87, 95, 141
Silva Jardim – 139
Silva Mafra – 76
Silva, Rodrigo – 55, 74, 75, 84, 106, 115, 117, 119, 120, 133
Silveira da Mota – 115
Silveira Lobo – 136
Silveira Martins – 54
Simeão, José – 137
Sinimbu (conselheiro) – 40, 49
Siqueira, Antônio de – 87
Soares Brandão – 76, 143
Soares, Manuel José – 95
Sousa, Bento de Paula e – 69, 148
Sousa Carvalho – 93
Sousa, Paulino de – 55, 91, 121, 123, 140, 142
Sousa, Pedro Luís Soares de – 139
Spinola, Aristides – 87, 113, 140, 141
Sterne, Lawrence – 114
Suécia – 149

T

Talleyrand – 51-52, 126

Taunay, Alfredo de Escragnoille (visconde de)
– 72, 91, 92, 115, 129, 129, 130, 136, 143
Tavares Bastos – 47
Temple, Wiliam – 49, 50
Thiers – 29, 131
Timon – 155
Tocantins (rio) – 44

V

Valadão, Olímpio – 96, 139
Valadares, Benedito – 88
Vale, Ponciano Caetano do – 113
Vasconcelos – 146, 147
Vedia, J. – 124

Vergueiro (senador) – 146
Versalhes – 49
Viana, Ulisses – 87
Vila da Barra (barão de) – 94
Virgínia – 57
Voltaire – 127

W

Washington – 57
Witt, Cornelis de – 57

Z

Zacarias (Góis e Vasconcelos) – 44
Zama, César – 64, 87, 113, 121, 135, 140, 141